



Unioeste - Toledo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO

TIAGO MARTINS DA SILVA

COOPERATIVISMO, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O
CASO DA COAPROCOR DE CORUMBATAÍ DO SUL E REGIÃO

TOLEDO-PR

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO

TIAGO MARTINS DA SILVA

COOPERATIVISMO, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O
CASO DA COAPROCOR DE CORUMBATAÍ DO SUL E REGIÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE/Campus de Toledo como requisito para obtenção de título de mestre.

Orientador: Prof. Erneldo Schallenberger

TOLEDO/PR

2013

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

S586c Silva, Tiago Martins da
Cooperativismo, capital social e desenvolvimento local : o
caso da COAPROCOR de Corumbataí do Sul e região / Tiago
Martins da Silva. -- Toledo, PR : [s. n.], 2013.
1307 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Erneldo Schallenberger
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Economia regional - Paraná, Sul 2. Cooperativismo –
Corumbataí do Sul, PR 3. Capital social 4. Desenvolvimento
regional 5. Cooperativismo agrícola 6. Cooperativa
Agroindustrial de Corumbataí do Sul (COAPROCOR) I.
Schallenberger, Erneldo, Org. II. T

CDD 20. ed. 334.68098162

TERMO DE APROVAÇÃO
TIAGO MARTINS DA SILVA

COOPERATIVISMO, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO
DA COAPROCOR DE CORUMBATAÍ DO SUL E REGIÃO

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, nível de mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, em fevereiro de 2013.

Prof. Dr. PERY FRANCISCO ASSIS SHIKIDA

Coordenador

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos professores:

Prof. Dr. ERNELDO SCHALLENBERGER

Orientador

Prof. Dr. MOACYR PIFFER

Examinador Interno - UNIOESTE

Prof. Dr. FRANK A. MEZZOMO

Examinador Externo - FECILCAM

Dedico este trabalho ao meu pai e minha mãe por terem me ensinado um caminho bom e a ser um homem de valor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a Ele toda a honra e glória.

Aos meus pais que, mesmo muito doentes durante essa minha trajetória no mestrado, nunca deixaram de me dar apoio, em especial a minha mãe que mesmo vítima de AVC (no primeiro dia de aula na UNIOESTE) nunca deixou de me apoiar em todos os momentos principalmente os mais difíceis; é nesses que conhecemos o valor das pessoas.

A minha noiva Cristiane que foi uma joia preciosa que Deus colocou no meu caminho, que juntamente com minha irmã Talita às vezes passava a noite me ajudando a tabular os dados de minha pesquisa de campo. Amo vocês!!!

Agradeço ao meu orientador professor Erneldo Schallenberger, não só pelo auxílio nessa dissertação, mas pela força nos meus momentos difíceis. Com certeza é nele que me espelho para minha vida acadêmica e como ser humano também.

Por todos os anjos que Deus colocou na minha vida durante esse período, desde a internet emprestada nos hospitais em Curitiba (em alguns já me chamavam de “o menino do mestrado”) até as cobertas emprestadas nas frias noites dormidas na rodoviária de Campo Mourão.

Aos meus companheiros de sala, em especial a Tati Dinca, espero que nossa amizade perdure para sempre. Aos meus mestres da UNIOESTE pelas contribuições durante meu aprendizado.

A toda diretoria, funcionários e cooperados da COAPROCOR que gentilmente me atenderam com tanto carinho durante minhas visitas, sempre dispuseram documentos com toda presteza para que eu pudesse tirar as informações necessárias, vocês são demais!!!

SILVA, Tiago Martins da. **Cooperativismo, capital social e desenvolvimento local**: o caso da Coaproc de Corumbataí do Sul e região. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, UNIOESTE, Toledo.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo central estudar a importância da organização cooperativa do ramo agropecuário no processo de desenvolvimento local em Corumbataí do Sul. Visto que a organização cooperativa tem fundamental importância no processo de formação e fortalecimento do capital social, destacando-a ainda como elemento chave na formação de laços de confiança com o produtor rural. Além da inegável importância para o desenvolvimento sustentável do meio rural, as cooperativas também contribuem para seu associado em duas grandes dimensões, a econômica revelada principalmente através da melhoria de renda e a social pela promoção do conhecimento e bem estar do mesmo. Neste contexto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em torno dos temas cooperativismo, desenvolvimento local e capital social, como também uma pesquisa de campo junto aos cooperados da COAPROCOR para avaliar e demonstrar se a organização cooperativa contribui de alguma forma para o desenvolvimento local em Corumbataí do Sul e o fortalecimento do capital social entre seus associados.

Palavras chave: cooperativismo, capital social, desenvolvimento local.

SILVA, Tiago Martins da. **Cooperativismo, capital social e desenvolvimento local**: o caso da Coaproc de Corumbataí do Sul e região. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, UNIOESTE, Toledo.

ABSTRACT

This dissertation has the main objective to study the importance of organization agricultural cooperative in the strengthening of the social capital and in the process of the sustainable urban development in Corumbataí do Sul. Since the cooperative in the process of formation and strengthening of the social capital, and also as a principal element in the formation of confidence ties with the rural worker. Beyond the importance for the sustainable development of the rural society, the cooperatives also contributes for the associate in two big dimensions; the economic shown through of the improvement in income and the social by promotion of knowledge and well-being of the associate. In this context, was done a biographical research about cooperative, place development and social capital, as well as a field research together with the associates of COAPROCOR for to value and to demonstrate if cooperative contributes for the local development in Corumbataí do Sul and for the social capital strengthening between the associates.

Key-words: Cooperative, social capital, local development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Reformulação e evolução dos princípios cooperativistas, de acordo com a ACI...	39
Tabela 2 – Dados populacionais de Corumbataí do Sul 2000 e 2010	54
Tabela 3 – Evolução demográfica do município de Corumbataí do Sul, 1970-2010.....	54
Tabela 4 – Densidades demográficas de Corumbataí do Sul e do Paraná, 2000 e 2010.....	55
Tabela 5 – Distribuição da faixa etária do município de Corumbataí do Sul, 2007 e 2010.....	55
Tabela 6 – Habitação do município de Corumbataí do Sul, 2000 e 2010	56
Tabela 7 – Estabelecimentos de ensino/alunos município de Corumbataí do Sul, 2006 e 2011.....	57
Tabela 8 – Alunos por grau de ensino do município de Corumbataí do Sul, 2006 e 2011	57
Tabela 9 – Total de Professores 2006 e 2011	57
Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Educação Básica – IDEB comparativo município de Corumbataí do Sul/ Estado do Paraná, 2010.....	58
Tabela 11 – Taxa de analfabetismo segundo faixa etária do município de Corumbataí do Sul, 2000 e 2010	58
Tabela 12 – Energia elétrica do município de Corumbataí do Sul, 2006 e 2010.....	59
Tabela 13 – Abastecimento de água do município de Corumbataí do Sul, 2006 e 2010.....	59
Tabela 14 – Atendimento de esgoto do município de Corumbataí do Sul, 2006 e 2010	60
Tabela 15 – Produto interno bruto e per capita do Município de Corumbataí do Sul, 2005 e 2009.....	60
Tabela 16 – Estabelecimentos agropecuários por grupos de área total, 2006.....	61
Tabela 17 – Estabelecimentos recenseados por condição do produtor, 2006	61
Tabela 18 – Receitas correntes do município de Corumbataí do Sul segundo as categorias em R\$, 2006 e 2010	62
Tabela 19 – Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas – Corumbataí do Sul - 2006.....	62
Tabela 20 – Produto e área colhida lavouras permanentes município de Corumbataí do Sul, 2006-2010.....	63
Tabela 21 – Produto e área colhida lavouras temporárias município de Corumbataí do Sul, 2006-2010	64
Tabela 22 – Composição do setor secundário e terciário do município de Corumbataí do Sul, 2010	65

Tabela 23 – Indicadores de pobreza do município de Corumbataí do Sul, 1991 e 2000	66
Tabela 24 – Indicadores da fonte de renda do município de Corumbataí do Sul, 1991 e 2000.....	67
Tabela 25 – Índice de desenvolvimento humano municipal e suas três dimensões do município de Corumbataí do Sul, 1991 e 2000.....	68
Tabela 26– Intensidade da pobreza municípios da COMCAM, 2000.....	68
Tabela 27 – IDH-M dos municípios da COMCAM, 2000	70
Tabela 28 – Índice de GINI dos municípios da COMCAM, 2000.....	71
Tabela 29 – Renda per capita municípios da COMCAM, 2000.....	72
Tabela 30 – Número de empregos na região da COMCAM, 2010	73
Tabela 31 – Evolução do número de associados da APROCOR, 2001 a 2008.....	77
Tabela 32 – Relação da comercialização de maracujá para mercado, 2001 a 2008.....	79
Tabela 33 – Relação da comercialização de maracujá entregues para indústria, 2001 a 2008.....	79
Tabela 34 – Evolução dos numero de cooperados e de empregados – COAPROCOR	82
Tabela 35 – Distribuição dos associados por cidade e ano, 2009 a 06/2012.....	82
Tabela 36 – Escolaridade dos membros da COAPROCOR, 06/2012.....	84
Tabela 37 – Faixa etária dos associados da COAPROCOR, 06/2012.....	84
Tabela 38 – Quantidade de terra dos associados da COAPROCOR, 06/2012.....	85
Tabela 39 – Gênero dos associados da COAPROCOR, 06/2012.....	85
Tabela 40 – Produção (kg) por cultura/município – ano base 2010.....	86
Tabela 41 – Produção (kg) por cultura/município – ano base 2011	87
Tabela 42 – Evolução das quantidades (kg) comercializadas anos 2010 e 2011	88
Tabela 43 – Receitas da COAPROCOR – Anos 2010 e 2011	89
Tabela 44 – Evolução, em valores reais, das sobras à disposição da AGO – COAPROCOR (R\$) – base 2011.....	89
Tabela 45 – Rendimentos (R\$) repassados ao produtor por cultura/município – ano base 2010.....	91
Tabela 46 – Rendimentos (R\$) repassados ao produtor por cultura/município – ano base 2011.....	92
Tabela 47- Valor fiscal de Corumbataí do Sul anos 2007 e 2010 – em R\$ 1,00.....	93
Tabela 48 – População ocupada segundo as atividades econômicas – 2010	94
Tabela 49 - Quantidade de empregados COAPROCOR 2010 A 06/2012.....	95

Tabela 50 – Fatores característicos nas relações entre membros da cooperativa e a COAPROCOR	99
Tabela 51 – Rendimentos mensais antes e após vincular-se a cooperativa.....	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de divisão territorial do Paraná, destacando Corumbataí do Sul	49
Figura 2 – Mapa da região da COMCAM, microrregião 12	50
Figura 3 – Via de acesso a Corumbataí Do Sul	51
Figura 4 – Vista parcial de uma propriedade familiar no município de Corumbataí do Sul....	52
Figura 5 – Mapa da pobreza do estado do Paraná	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Principal motivo de adesão a cooperativa	98
Gráfico 2 – Existência na cooperativa de pessoas que só pensam em si mesmas	100
Gráfico 3 – A cooperativa COAPROCOR quanto organização voltada a sustentabilidade econômica e social	102
Gráfico 4 – O cooperado possui outra renda	103
Gráfico 5 – Rendimentos provenientes de outras fontes não agropecuárias	104
Gráfico 6 – Representatividade dos rendimentos agropecuários aos rendimentos totais	106
Gráfico 7 – Periodicidade dos recebimentos antes de cooperar-se e após cooperar-se	107
Gráfico 8 – Culturas desenvolvidas para a cooperativa	108
Gráfico 9 – Tipo de relação considerada mais importante entre os produtores	109
Gráfico 10 – Participação em eventos promovidos pela Coaprocor	110
Gráfico 11 – Relação da renda do cooperado ao montante gasto em Corumbataí do Sul	112
Gráfico 12 – Percentual da renda anual investida em Corumbataí do Sul	113
Gráfico 13 – Visão do cooperado quanto a importância econômica da COAPROCOR ao município de Corumbataí do Sul	114
Gráfico 14 – Visão do cooperado quanto a importância da COAPROCOR à organização rural de Corumbataí do Sul	115
Gráfico 15 - Visão do cooperado quanto a importância da COAPROCOR ao meio ambiente de Corumbataí do Sul	116

LISTA DE SIGLAS

ACI	– Aliança Internacional Cooperativa
AGO	– Assembleia Geral Ordinária
AMACOR	– Associação dos Moradores e Agricultores de Corumbataí do Sul
APROCOR	– Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul
CEASA	– Centrais de Abastecimento
COAPROCOR	– Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e região
COMCAM	– Comunidade dos Municípios de Campo Mourão
DLIS	– Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
EJA	– ‘Educação de Jovens e Adultos
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEP	– Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAT	– Fundo de Amparo do Trabalhador
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social
MEC	– Ministério da Educação e Cultura
OCB	– Organização das Cooperativas do Brasil
OCEPAR	– Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
ONGs	– Organizações não Governamentais
PIB	– Produto Interno Bruto
PNUD	– Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	– Paraná
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	– Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SERT-PR	– Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	DESENVOLVIMENTO LOCAL E CAPITAL SOCIAL	21
2.1	DESENVOLVIMENTO LOCAL	21
2.2	CAPITAL SOCIAL.....	25
2.3	CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL	29
2.4	CAPITAL SOCIAL E COOPERATIVISMO	33
3	COOPERATIVISMO	36
3.1	DEFINIÇÃO E FINALIDADE	36
3.2	PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS	38
3.3	COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	40
4	METODOLOGIA.....	45
4.1	DETERMINAÇÃO DA AMOSTRAGEM.....	46
4.2	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	47
5	O MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.....	49
5.1	ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS	49
5.2	ASPECTOS POPULACIONAIS DO MUNICÍPIO	53
5.3	ASPECTOS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO.....	56
5.4	A INFRAESTRUTURA DE CORUMBATAÍ DO SUL	59
5.5	ASPECTOS ECONÔMICOS E AGROPECUÁRIOS DO MUNICÍPIO	60
5.6	SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO DO MUNICÍPIO	64
5.7	DIMENSÃO SOCIAL DE CORUMBATAÍ DO SUL	65

6	A COOPERATIVA COAPROCOR.....	75
6.1	APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A FORMAÇÃO DA COAPROCOR.....	75
6.2	ASPECTOS ESTRUTURAIS DA COAPROCOR	80
6.3	PERFIL DO COOPERADO DA COAPROCOR.....	81
6.4	DADOS ECONÔMICOS DA COAPROCOR	86
6.5	COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL: A COAPROCOR ENQUANTO AGENTE INDUTOR DESSE PROCESSO EM CORUMBATAÍ DO SUL.....	90
7	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	97
7.1	RAZÕES PARA A ADESÃO À COAPROCOR.....	97
7.2	RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE COOPERADOS E A COOPERATIVA	98
7.3	A COAPROCOR ENQUANTO ORGANIZAÇÃO CONTRIBUTIVA PARA A FORMAÇÃO OU MELHORA DE RENDA DO COOPERADO	102
7.4	A COAPROCOR ENQUANTO PROMOTORA DE REDES DE RELACIONAMENTOS COM OUTROS COOPERADOS E ACESSO A NOVOS CONHECIMENTOS	109
7.5	POSIÇÃO DO COOPERADO FRENTE À ESTRUTURA ECONÔMICA DE CORUMBATAÍ DO SUL.....	111
7.6	VISÃO DO COOPERADO QUANTO A IMPORTÂNCIA DA COAPROCOR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL DE CORUMBATAÍ DO SUL.....	113
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
	REFERÊNCIAS	120
	APÊNDICE	124
	APÊNDICE 1 - ENTREVISTA A CAMPO	125

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mundo tem assistido a um crescimento tecnológico intenso em todos os campos. Reduziram-se os esforços necessários para execução de serviços e produção de bens, através da criação e contínuo aperfeiçoamento de máquinas, ferramentas e equipamentos. Inúmeras alternativas surgiram no campo do lazer e diversão. Porém, os benefícios da tecnologia encontram-se muito mal distribuídos entre povos e nações e concentram-se nos países mais industrializados, poderosos e ricos.

O progresso e o desenvolvimento gerados pela indústria e tecnologia não estão sendo compartilhados por todos. Concentração da riqueza, do poder e do acesso aos bens e serviços produzidos, bem como, a exaustão e degradação do ambiente em que vivemos, são efeitos que não se podem mais sublimar.

Em nossos dias, como também em outras épocas, levantam-se vozes clamando por justiça e melhor distribuição de renda. Congressos e reuniões têm acontecido, com a participação de vários países, para debater alternativas e criar um modelo de desenvolvimento que integre novos atores; que gere mais liberdade de expressão e acesso a uma vida mais digna para todos; que reduza o nível de pobreza e que preserve o meio ambiente. Sobre a liberdade Amartya Sen (2000) apresenta uma ampliação do conceito de desenvolvimento, afirmando ser este, essencialmente, um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam. Para Sen (2000) são exemplos desta liberdade: oportunidades econômicas, liberdade política, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora concedida a todos os indivíduos.

Com a globalização, além da clássica fala da queda das fronteiras e do encolhimento figurativo das distancias geográficas, cada vez mais vem se dando valor ao local, pois é nesse espaço onde realmente as coisas acontecem.

Embora as transformações geradas por esse fenômeno entre países ou empresas e até mesmo entre pessoas, o ambiente local tem conquistado seu verdadeiro papel nas práticas produtivas e nas relações entre cidadãos. Mesmo com a decorrência de certos aspectos globais, como a internacionalização de tecnologias e capitais, sempre será em um determinado local que as firmas produzem e as relações humanas acontecem (CARON, 2003).

Normalmente, a extensão local possui quatro níveis pertinentes de análise que podem ser distintas da seguinte forma: o mundial, o supranacional (blocos-econômicos), nacional (país) e o regional (local). O fim figurativo da geografia, atentada pela mundialização dos processos econômicos, sustentada, sobretudo pelos progressos tecnológicos de comunicação e informação, passaram a valorizar as regiões (o local), tornando-as fontes de prerrogativas concorrenciais. Com isso, os locais passam a ter um atributo interno e próprio, permitindo tanto o direcionamento para ações interdependentes com interesses econômicos locais, como a renovação da vida comunitária (BENKO, 2001).

A determinação do local pode incorporar um grupo de países ou limitar-se a um pequeno conjunto de ruas de uma determinada imediação, esta definição dependerá do objeto que se deseja analisar.

Do ponto de vista do capitalismo clássico, o desenvolvimento do local é visto a partir da urbanização e da industrialização, que são considerados exterioridades fundamentais para o processo de desenvolvimento. A racionalidade econômica deste modelo é dos equilíbrios regionais e das concentrações espaciais. A busca impulsiva pelo lucro, pelo aumento do faturamento e pelos aumentos constantes de produtividade materializaram-se como subsídios básicos do processo de concentração e acumulação de capital no nível empresarial e espacial, resultando em uma concentração econômica (CUNHA, 1998).

Neste panorama competitivo, o ambiente local terá que determinar a sua identidade para se desenvolver em meio à globalização, se organizando de forma viável e buscando a própria dinâmica local de desenvolvimento.

A organização de uma comunidade é um fator de grande importância para criar-se uma dinâmica própria e prosseguir para o desenvolvimento local, Frey (2003) destaca Robert Putnam que menciona o capital social como componente indispensável de organização social por meio de redes e das normas de confiança social, que promovem a coordenação e a cooperação em benefício mútuo. Um grupo local de pessoas organizadas, que possui relacionamentos sociais consistentes e engajamento cívico, estará mais focado e irá desenvolver um alto índice de capital social. Com isso, o capital social é considerado de grande importância na consolidação dos processos democráticos e para uma efetiva estrutura urbana, ambiental e local.

Contrapondo-se ao valor atribuído ao capital econômico, impõe-se a valorização do capital humano (a dignidade de cada pessoa, seu conhecimento e habilidades) e do capital social (capacidade de cooperação, confiança e reciprocidade de um grupo de pessoas para o benefício de uma comunidade) construir um novo sistema não é tarefa fácil. Abandonar um

paradigma fundamentado na competitividade e acreditar que é possível promover o desenvolvimento, através destes valores pessoais e sociais, exige experimentação, perseverança e convicção de que os resultados tornam válida toda à luta. É certo que o espírito de competitividade estimula os indivíduos e leva-os a agir buscando continuamente, novos desafios. Muitas vezes a necessidade de uma sociedade também impulsiona a ação, não só para alcançar resultados em benefício próprio, mas para resolver um problema ou atender à necessidade do outro ou da comunidade. Para Franco (2000) o conceito de que o homem é um ser de natureza competitiva é questionável diante das inúmeras demonstrações de solidariedade. Ele afirma que:

Num “capitalismo do capital social”, em vez de nos centrarmos na competitividade e nos preocuparmos apenas com a identificação de vantagens competitivas e com a formação de competitividade sistêmica, nos centraríamos na cooperatividade e nos preocuparíamos com a identificação de vantagens cooperativas e com a formação de cooperatividade sistêmica. (FRANCO, 2000)

A solidariedade e a capacidade de cooperação podem ser consideradas como capital social latente, que pode ser convertido em capital social ativo, através da aproximação de diferentes pessoas de uma comunidade, para discutirem e decidirem sobre questões que afetam a coletividade em geral.

Uma das formas de organização da sociedade local é através de sociedades cooperativas. Segundo Neto (2002), os empreendimentos cooperativos são meios organizacionais que apresentam grande função pública de desenvolvimento social e econômico, aliada, sobretudo à geração e distribuição de emprego e renda. As cooperativas por suas próprias bases doutrinárias podem distribuir suas sobras econômicas proporcionais às operações com seus cooperados, contribuindo assim para a efetiva distribuição de renda entre seus associados.

As cooperativas, de acordo com Oliveira (2001) são organizações sem fins lucrativos que por si promovem o desenvolvimento local, pois trabalham pelo crescimento e pelo desenvolvimento sustentado dos grupos humanos onde atuam.

A discussão que se insere neste trabalho traz como denominador comum, o simples fato de que a formação e o fortalecimento do capital social, aliados às organizações cooperativistas, apresentam estratégias capazes de melhorar as condições locais de vida das pessoas, viabilizando uma sociedade organizada, voltada a sustentabilidade social e o desenvolvimento local.

Diante dessa hipótese, surge a seguinte problemática: considerando a importância da estruturação local, a formação e o fortalecimento do capital social, o processo de desenvolvimento de Corumbataí do Sul está associado ao tipo de organização local existente?

Por isso, como objeto desta pesquisa, delimita-se o município de Corumbataí do Sul no Estado do Paraná, onde a organização social por meio da COAPROCOR - Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região - está se iniciando.

Para responder a essa questão, utilizou-se um referencial teórico devendo-se chegar a sua formulação na forma de questões e objetivos a serem atingidos (GIL 2000). Com isso, a metodologia será de natureza descritiva a partir da análise das fontes documentais, das entrevistas e da observação de campo, caracterizada como um estudo de caso. Outra característica adotada neste estudo é o perfil exploratório com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses (GIL, 2002).

Desta forma, esta pesquisa fundamentou-se na busca de dados primários, sendo obtidas as informações diretamente na Cooperativa COAPROCOR, assim como visita de campo aos produtores cooperados no município de Corumbataí do Sul, mediante a aplicação de técnica de entrevista (GIL, 2000).

Foram realizadas várias visitas a cooperativa e cooperados, objetivando examinar se a cooperativa COAPROCOR tem melhorado a condição socioeconômica do associado. A estruturação do questionário foi desenvolvida com o intento de avaliar se a cooperativa de alguma forma contribui para o fortalecimento do capital social dos cooperados e avaliar se é uma organização local promotora do desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, a relevância do presente trabalho justifica-se na constatação de Pavarina (2003) onde descreve em sua tese sobre desenvolvimento, crescimento e capital social que a sistemática organizacional de uma cooperativa é citada no processo de mensuração do capital social, destacando a organização cooperativa como elemento chave na formação de laços de confiança com o produtor rural. O cooperativismo tem fundamental importância para o desenvolvimento sustentável do meio rural.

Souza (2004) cita as cooperativas no processo de mensuração de desenvolvimento regional. O autor discorreu a ocorrência de uma relação entre cooperação e dinâmica de desenvolvimento local.

Esta dissertação procurou discutir a sociedade cooperativa agropecuária como uma organização civil e cívica local que promove o ajuntamento dos produtores rurais, criando credibilidade e laços de confiança com esta organização. E se esta exterioridade contribui para

a constituição e fortalecimento do capital social da comunidade cooperada. Outro aspecto é que este trabalho busca investigar a importância da cooperativa, sob o olhar dos seus associados, como agente do desenvolvimento sustentável local. Com isso, esta pesquisa estrutura seus pressupostos em estudos que visam prosseguir na discussão da relação entre cooperativismo e desenvolvimento local.

Dessa forma, esse estudo tem objetivo central avaliar a importância da organização cooperativa agropecuária no processo de desenvolvimento local sustentável em Corumbataí do Sul, bem como seus efeitos junto aos pequenos produtores arrolados a COAPROCOR. E para que nosso objetivo geral possa ser alcançado, são propostos os seguintes objetivos específicos: definir a relação teórica entre capital social, cooperativismo e desenvolvimento local; identificar se houve influência do cooperativismo no processo de desenvolvimento da comunidade cooperada local e; avaliar a participação do cooperativismo no fortalecimento do capital social na comunidade cooperada local.

A estrutura do trabalho ficou organizada em sete partes principais, incluindo essa breve introdução, a qual caracteriza o tema, apresentando o problema da pesquisa, bem como as hipóteses, os objetivos, partindo do geral para os específicos, a delimitação da área de estudo, a justificativa e a metodologia aplicada.

A segunda parte, para dar “luz” ao problema de nossa pesquisa, apresentar-se-á a revisão da literatura norteando o desenvolvimento local e capital social. O texto abordou o conceito, fundamentos e relações do desenvolvimento local e do capital social, introduzindo ainda o conceito de capital social aos fundamentos cooperativistas.

Na terceira parte apresentou a instituição cooperativista, resgatando num breve relato o histórico do cooperativismo, sua definição e finalidade destacando ainda seus princípios voltados à valorização e promoção do indivíduo na sociedade. Discutiu-se ainda, o cooperativismo agropecuário como espaço de desenvolvimento local capaz de produzir melhoria na qualidade de vida de seus associados envolvidos.

Na quarta parte tratou-se da metodologia de estudo, apresentando também a determinação da amostragem e algumas limitações da pesquisa.

Para destacar nosso objetivo geral, teve na quinta e sexta parte um estudo sobre o município de Corumbataí do Sul, e a Cooperativa COAPROCOR respectivamente. Sendo que, no quinto capítulo, discutiu-se com mais detalhes a caracterização do município de Corumbataí do Sul, trazendo informações importantes da sua realidade socioeconômica e do setor agropecuário. E, na sexta apresentou-se de forma sintética a origem e o processo de desenvolvimento da COAPROCOR, dando ênfase à sua evolução institucional, com destaque

para a sua estrutura, atuação e forma de trabalho enquanto empreendimento cooperativista, e de uma forma dinâmica apresentar o perfil do cooperado da COAPROCOR.

Ainda na sexta parte, através dos dados já coletados do município de Corumbataí do Sul e da COAPROCOR, já iniciou-se uma discussão trazendo a pauta o cooperativismo e o desenvolvimento local, inserindo a COAPROCOR quanto agente indutor desse processo em Corumbataí do Sul.

Na sétima parte, apresentou-se os resultados da pesquisa de campo bem como a análise de seus resultados, onde se pode avaliar, sob a percepção do cooperado, se a COAPROCOR contribui de fato para o desenvolvimento local sustentável bem como a formação e fortalecimento do capital social em Corumbataí do Sul.

E na sequência, para finalizar o estudo, foi feito as considerações finais, levando em conta a construção da pesquisa através de nosso problema, hipótese, objetivos, justificativa e metodologia, articulando-as com o arcabouço teórico e a realidade cotidiana da COAPROCOR em Corumbataí do Sul, *locus* do objeto de pesquisa.

Espera-se que esse trabalho contribua para ampliação do debate sobre capital social e cooperativismo no processo de desenvolvimento local, fortalecendo a necessidade de mudança da abordagem puramente economicista para uma abordagem um pouco mais social, cujo foco e objetivo maior sejam a melhoria permanente das condições de vida da população inserida nesse contexto.

2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E CAPITAL SOCIAL

2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

É notório que a discussão que permeia o desenvolvimento local é muito vasta na literatura acadêmica brasileira. Nesta discussão é sabido que o desenvolvimento local compreende diversos fatores, sejam eles sociais, políticos e culturais, e não se ajusta unicamente ao sistema de mercado, uma vez que é caracterizado pelo conjunto dos elementos da cultura em que se situa. O desenvolvimento local pode ser considerado, portanto, como o conjunto de atividades econômicas, sociais, culturais, e políticas que compartilham de um projeto de transformação da realidade local.

Desenvolvimento local para Buarque (2004) é um processo endógeno restrito a pequenas esferas territoriais e agrupamentos humanos capaz promover uma dinâmica econômica local e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida de sua população. Concebe uma transformação em suas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, descobrindo as suas potencialidades e capacidades específicas. Para ser um processo sustentável e consistente, o desenvolvimento deve abranger as oportunidades sociais, a competitividade e a viabilidade da economia local, aumentando com isso a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que garante a conservação dos recursos naturais.

Nesta lógica, o desenvolvimento é uma questão de qualidade de vida, não sendo determinado apenas pela riqueza material, mesmo que fosse mais bem distribuída (BROSE, 2002). Inerente à ideia de desenvolvimento humano está o conceito de que o desenvolvimento significa, antes de tudo, um processo de dilatação das possibilidades de escolha e liberdade para cada pessoa sobre como estruturar sua vida, sem, porém desconsiderar a liberdade de escolha das gerações futuras, considerando assim, a dimensão da sustentabilidade (BROSE, 2002).

Quando se trata de novas formas de dinamizar o desenvolvimento, é importante se ter claro, que o território, embora deva desenvolver-se de forma economicamente sustentável, deve ser compreendido e analisado não somente a partir de suas variáveis econômicas ou geográficas, segundo Furtado (2005, p. 227),

o verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, uma forma de ativação e direção de forças sociais, de melhora da capacidade cooperativa, em exercício da ação e criatividade. Assim podemos tratá-lo de um processo primeiramente social e cultural, e conseqüentemente econômico.

O desenvolvimento local, normalmente, está associado a ações inovadoras e que mobiliza toda uma coletividade, proferindo os potenciais locais nas condições dadas pela situação do momento. Haveri, *apud* Buarque (2004), descreve que as comunidades buscam valer-se de suas particularidades locais e em suas qualidades superiores, especializando-se nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões.

Dessa forma, a expressão “desenvolvimento local”, não se refere apenas ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento humano, social, cultural, ambiental e político. Por isso, se faz preciso realizar investimentos em capital social, capital humano e capital natural, além do tradicional capital financeiro e econômico. A abordagem do desenvolvimento local tem por si uma visão unificada de todas essas dimensões, não sendo possível afastar essa interdependência existente entre todas essas variáveis.

O conceito de desenvolvimento local, segundo Zapata (2001), se ampara no entendimento de que os territórios e as localidades dispõem de recursos humanos, econômicos, culturais, institucionais e ambientais além de economias de escalas pouco ou não exploradas que podem estabelecer seu potencial de desenvolvimento.

As iniciativas e estratégias de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo com isso o aparecimento e o desenvolvimento de empresas. As economias regionais e locais desenvolvem-se quando se difundem as inovações e a cooperação entre as empresas ou indivíduos situados em um mesmo território geográfico. Falar em desenvolvimento local é falar de um processo de mudanças de paradigmas aliadas ao crescimento econômico, liderado por sua própria comunidade local através da utilização de seus ativos e suas potencialidades (ZAPATA, 2001; CAMPOS, 2003).

A estratégia de apoio ao desenvolvimento local e territorial segundo Zapata (2001) tem como eixos a edificação de capital social, o fomento apropriado aos pequenos e micros empreendimentos e o fortalecimento da governança local, por meio da construção de parcerias, da cooperação e da formalização de convênios entre atores sociais por um projeto coletivo de desenvolvimento, por uma sociedade equitativa, justa e fraterna.

Torna-se importante ressaltar, conforme argumenta Zapata (2001), que a sociedade encontra-se numa fase de mudança tecnológica e de reestruturação de cunho econômico e

social, onde a variável chave é a inclusão de inovações estratégicas na conjuntura produtiva, assim como a qualificação do capital humano, contígua à adaptação institucional, onde se requer novas formas de gestão no conjunto das organizações, tanto em empresas privadas como entidades públicas. Todos esses elementos determinantes devem ser considerados numa política ajustada aos diversos contextos territoriais. As fórmulas centralizadas e agregadas não são as mais adequadas por serem ineficientes e ineficazes na conjunção do novo paradigma da gestão flexível.

A visão do desenvolvimento econômico local crê em um planejamento integral e menos simplificador sobre o funcionamento das economias. Essa visão leva a uma estratégia que deve seguir acompanhada pelos esforços do ajuste macroeconômico e externo, com ações para obter o ingresso de inovações tecnológicas e de gestão no conjunto dos diferentes sistemas ou arranjos produtivos locais e do tecido empresarial existente. (ZAPATA, 2001),

No que se refere a desenvolvimento local, argumenta Silveira (2006, p. 230), que

uma nova visão política está surgindo: os atores e instituições governamentais são, obviamente, relevantes em todo o processo de promoção do desenvolvimento local [...] na forma de metodologias e programas de apoio – estão claramente presentes na cena pública, com o papel ativo de diversos núcleos irradiadores [...]. Mas, o fulcro dessas dinâmicas, e do que hoje emerge como um movimento social associado à perspectiva do desenvolvimento local, não é o protagonismo do Estado ou das grandes instituições: é, seguramente, o protagonismo local, é a percepção dos atores envolvidos em dinâmicas locais como sujeitos de seu próprio projeto de mudança, como sujeitos de seu desenvolvimento, através da valorização dos ativos locais, especialmente das potencialidades de cooperação ocultas em cada território.

A privatização, a abertura de mercados e a desregulamentação das economias contribuem, segundo Zapata (2001), principalmente na esfera privada, para a crescente concentração de capital, diante do qual é necessário reforçar a habilidade dos diferentes sistemas. Isto, para minimizar as disparidades nas condições de competitividade regional e empresarial, para atender aos desígnios de coesão social e a junção de forças dos atores inseridos no “local”, pode se concretizar na forma mais dinâmica e eficaz de se alcançar o desenvolvimento. Prévost (2005) ressalta que o desenvolvimento local somente se torna possível na medida em que os agentes locais sejam o centro do desenvolvimento, ou seja, todas as forças indutoras do desenvolvimento deverão ser focadas no intuito de valorizar os potenciais locais, dinamizando e estimulando as iniciativas econômicas já existentes através da coerência dos atores envolvidos e da capacidade desses em associar de modo harmônico a um conjunto variado de processos e elementos que seja comum a todos.

Torna-se importante ressaltar que o desenvolvimento tem raízes locais, uma vez que o conhecimento se transforma num atributo cada vez mais essencial para o processo de produção, competição e crescimento econômico. Neste sentido, a tomada de decisão de uma empresa no que tange a sua localização vem a ser uma questão imperativa e central para a sua capacidade competitiva, que depende em última instância, da reunião de dois elementos-chave: competência individual e os ativos locais.

Na realidade, a atual concepção de desenvolvimento acaba por endossar a importância do ambiente local. Entretanto, o desenvolvimento somente será viabilizado naquelas localidades que forem capazes de mobilizar as suas vantagens comparativas num intenso processo que requer efetivamente diálogo, sendo que este diálogo tem de ser, por necessidade, gerador de novos conhecimentos e indutor de aprendizado, que assume importância capital. De fato, o aprendizado depende não só do conhecimento, condições de suporte e infraestrutura, mas principalmente da cooperação, que vem a ser um elemento crucial no potencial local de competição na medida em que está assentada na capacidade dos diversos atores em gerar consenso (SERRA e PAULA, 2007).

Um dos desafios que permeiam o desenvolvimento local é expandir as formas organizativas da sociedade, sobretudo através de parcerias entre os agentes da comunidade. A organização é o fruto do exercício da solidariedade, compartilhamento de objetivos, do avanço do capital social (ARNS; ZAPATA; PARENTE; OZORIO; BRITO, 2000).

Sobre ações associativas, Jara (1998) enfatiza que, nestas circunstâncias, nasce um ajuntamento coesivo de pessoas que se articulam pela cooperação e que se comprometem para atingir determinados objetivos coletivos. Franco (2000) refere que para atingir o fenômeno do desenvolvimento local, o capital humano (conhecimento) deve gerar o capital social (confiança) que gera capital empresarial (riqueza) que passe a gerar mais renda e que volte a gerar capital humano.

Para chegar ao desenvolvimento local é necessário analisar as potencialidades existentes no local, juntamente com a comunidade e com a sustentabilidade. O espaço, as pessoas e a sustentabilidade devem ser analisados de forma sistêmica e interdependente, necessitando avaliar a inter-relação entre estes aspectos e pôe uma estratégia denominada DELIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (que será estudado adiante).

2.2 CAPITAL SOCIAL

O potencial das pessoas pode se tornar uma força produtiva e promover a geração de satisfação de necessidades. Esse potencial se baseia na quantidade e na qualidade das conexões que os indivíduos são capazes de estabelecer entre si e com outros grupos de indivíduos e/ou com outros grupos organizados em associações, cooperativas, sindicatos, partidos políticos. Esta “força” baseada em valores sociais ou recursos cooperativos, formando relações sociais estáveis e duráveis, pode ser grande impulsionadora de progresso e prosperidade, uma vez que, quando ampliada e reproduzida, forma novos atores sociais e fortalece a sociedade civil. Isto é importante especialmente em pequenas localidades, onde em geral, há poucas oportunidades de desenvolvimento.

A análise da literatura disponível nos permite elencar características deste potencial ou força, denominado Capital Social, que, por ser uma variável do desenvolvimento, ser algo reproduzível, acumulável e ampliável constitui uma forma de capital e, porque acontece através de relações sociais, é de origem social.

A relação do capital social com o desenvolvimento está, segundo Augusto Franco (2001), na afirmativa que, na presença deste fator, há maior eficiência nas organizações, as instituições apresentam melhor funcionamento e os atores sociais aumentam em número e capacidade, tornando a sociedade civil mais apta para explorar melhor as oportunidades de progresso e desenvolvimento que estão ao seu alcance. Raul Átria (2003) afirma que esta relação favorece boa governança e aprofunda a democracia, pois a quantidade deste fator, disponível em um grupo ou comunidade, interfere na possibilidade de acesso dos agentes sociais, membros deste, em acessar as informações, os serviços, os recursos materiais e os bens culturais que circulam na sociedade. Pode afirmar que, em geral, a maior quantidade deste fator contribui para melhorar a qualidade de vida social de um grupo ou dos indivíduos que o compõem.

Para que o Capital Social exista numa sociedade é necessário que as pessoas, subordinem seus interesses individuais aos interesses coletivos; trabalhem em conjunto, buscando objetivos compartilhados e benefícios estendidos a toda comunidade, e sejam capazes de constituir associações, cooperativas, grupos e redes, partilhando valores, normas e gestão comunitária (FRANCO, 2001).

Nos últimos anos iniciou-se uma ampla discussão acerca do conceito de capital social. O debate em curso abarca fundamentos teóricos do conceito nas distintas disciplinas

sociais e, também, questões práticas relacionadas com a sua operacionalização e medição. O conceito ainda encontra-se em construção, o que justifica abordarmos, neste trabalho, várias afirmações dos diferentes autores que se debruçam sobre o tema, de modo que, ao final, seja possível elaborar um entendimento próprio sobre o mesmo.

Durante o século XX, muitos autores discorreram sobre o capital social, permitindo-nos afirmar que o conceito, antes de ser uma novidade, traz à tona, de forma mais elaborada, antigas noções de civismo.

Quanto aos precursores da ideia, não existe bem um consenso, mas apoiados na leitura de Augusto de Franco (2001), podemos atribuir a Lyda Judson Hanifan, em 1916, à primeira referência ao conceito de capital social ao descrever que os ativos existentes entre indivíduos e seus familiares (como benevolência, companheirismo, simpatia, cooperação) foram importantes no processo de envolvimento da comunidade para o sucesso das escolas nos Estados Unidos.

A expressão Capital Social, segundo Robert Putnam (1996, p. 19) é creditada à urbanista Jane Jacobs (1961), que no livro, “Morte e vida das grandes cidades americanas”, explora a forma sociológica da ideia, ao procurar explicar o caráter associativo das vizinhanças nas grandes cidades americanas. James Coleman (1988) destaca, nos anos 1970, o economista Glenn Loury (1977; 1987) que, ao analisar questões concretas de desenvolvimento, introduziu o conceito de capital social como relação de confiança que melhora o uso dos recursos individuais.

De maneira mais concreta, para Franco (2001), o conceito de Capital Social foi elaborado, primeiramente, pelo sociólogo Frances, Pierre Bourdieu (1983) e por James Coleman em 1988. Para Bourdieu (1985, p. 248 apud Pontes, 1996, p. 3) este conceito pode ser definido como “o agregado de recursos atuais ou potenciais que estão ligados por posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de aquiescência ou reconhecimento mútuo”.

Este autor se concentra nos benefícios que os indivíduos auferem pela sua participação em grupos e complementa que o capital social pode decompor-se nos seguintes elementos: primeiro, na relação social mesmo, a qual permite aos indivíduos reclamar acesso aos recursos possuídos por seus associados e, segundo, no montante e qualidade desses recursos.

Em 1988, James Coleman, professor de sociologia na Universidade de Chicago afirmou que o capital social constitui um tipo específico de fonte disponível para um ator, o qual está sob seu controle. Quando este ator tem interesse em eventos que estão,

completamente ou parcialmente, sob o controle de outros atores, acontecem vários tipos de trocas e transferências unilaterais de controle, contribuindo para que os atores se engajem para alcançar seus interesses, formando assim, as relações sociais. (COLEMAN, 2000).

Para explicar melhor, Coleman (2000, p. 303) afirma que o capital físico é gerado a partir de mudanças em materiais, para criar ferramentas facilitadoras da produção. Dessa forma, o capital humano é criado para mudar as pessoas e para lhes dar habilidades e capacidades, as quais os tornem capazes de agir de novos modos. Sendo assim, o capital social é gestado através das mudanças nas relações entre as pessoas que facilitam a ação. Por exemplo, um grupo, cujos sócios manifestam lealdade e integridade de caráter e mostram extensiva confiança um no outro, com certeza, através destas relações, poderá realizar muitas ações benéficas a todos (COLEMAN, 2000, p. 303).

Assim, Coleman (2000) define o Capital Social como recurso de valor, presente na estrutura social, ou seja, maneira como as pessoas se relacionam para satisfazer suas necessidades dentre os aspectos desta estrutura social estão:

- a) Expectativa entre as pessoas de que, algo que foi realizado para outro, será retribuído.
- b) O potencial de informação inerente nas relações sociais, servindo como base para ação. Um meio através do qual a informação pode ser adquirida é pelo uso de relações sociais que são mantidas para outros propósitos.
- c) A existência de normas e cumprimento das mesmas. Para Coleman (2000), uma norma prescritiva dentro de uma coletividade, que constitui uma forma especialmente importante de Capital Social é a norma que as pessoas devem renunciar ao egoísmo e agir conforme os interesses da coletividade.

Este autor também apontou para certos tipos de estruturas sociais que são especialmente importantes para a manifestação do capital social. As chamadas estruturas sociais com fechamento estão relacionadas às ligações adicionais nas comunidades que tem efeito de reforço mútuo e estabelecem expectativas em relação uns aos outros. Outro tipo de estrutura é a organização social aplicável, isto é a organização criada para satisfazer um conjunto de propósitos que pode também ajudar os outros.

De acordo com Coleman (2000), as relações do tipo “multiplex”, onde as pessoas estão interligadas por mais de um contexto (vizinhos, colegas de trabalho, dentre outras), permitem que os recursos de uma relação sejam adequados para serem usados em outras.

Atualmente, destacam-se no debate em torno do conceito Capital Social: Robert Putnan, Peter Evans e Francis Fukuyama. Putnan (1996 e 2002) define Capital Social como

normas ou valores (confiança), que tem origem cultural, ou seja, decorrem da religião, tradição ou hábito e que, quando compartilhados, promovem a cooperação.

Putnam realizou um estudo por 20 anos buscando compreender as razões históricas que marcaram o desempenho das instituições em diferentes áreas da Itália. Comparando os resultados obtidos nas diferentes regiões, Putnam (2002) percebeu que as cidades no centro-norte da Itália eram mais desenvolvidas que as do sul e atribuiu este desenvolvimento à duas origens: a) aos padrões e sistemas dinâmicos de engajamento cívico, e b) aos diferentes regimes políticos estabelecidos.

Com relação aos regimes políticos, há quase um milênio, estabeleceu-se uma poderosa monarquia no sul da Itália, contrastando com um conjunto de repúblicas comunais no centro e no norte as quais evidenciavam o engajamento cívico e a solidariedade social. Sobre o engajamento cívico, na região norte, Putnam (2002) constatou que os cidadãos eram atuantes e providos de espírito público e nas suas relações eram igualitárias firmadas na confiança. Enquanto na região sul as estruturas sociais eram verticalizadas, dominadas por uma cultura de desconfiança.

O estoque de participação cívica é, pois, representado por organizações baseadas em regras de cooperação e confiança que promovem o aumento no desempenho das instituições e eficiência da sociedade denominado Capital Social. A diferença de desempenho econômico e institucional dos governos locais na Itália foi comprovada pela existência do capital social no norte e a ausência no sul.

Foi Evans (1996) que liderou a chamada reação neo-institucional a Putnam, fazendo severos reparos às suas afirmações sobre o determinismo cultural, pois em um de seus artigos sobre capital social, destaca o valor das estratégias de sinergia entre o Estado e a sociedade civil, afirmando ações criativas elaboradas e implementadas pelo Governo, que podem alimentar o capital social, estimular a mobilização das comunidades e promover a eficácia da gestão pública. Ou seja, a combinação de instituições públicas fortes e comunidades organizadas é uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento e deveria ser um componente das futuras teorias para este fim.

O conhecimento desses diferentes enfoques mostra que esses cientistas deram uma importante contribuição ao estudo das relações sociais existentes em sistemas de redes, estruturas, organizações e normas que sustentam a importância do capital social na construção de uma nova cultura de desenvolvimento.

Alguns autores, como vimos, concluem que o capital social está intimamente ligado à sociedade civil e ao setor das organizações não governamentais; para outros é uma questão

de redes. Há também alguns observadores que consideram as famílias e o estado como fontes de capital social; outros porém não pensam assim. Sendo essas colocações suficientemente similares, permitem diálogo acerca do paradigma Capital Social, pois o núcleo central das definições, como cita David e Malavassi (2003), apontam sempre para a conformação de “formas coletivas” com relações simétricas, entre as quais predominam relações de confiança e comportamentos de reciprocidade e cooperação.

2.3 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nos dias atuais, a discussão sobre desenvolvimento não pode ser debatida sem a presença de Amartya Sen, uma das fundadoras do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia de Desenvolvimento – Universidade da ONU – pois suas ideias, baseadas na qualidade de vida, medida por nossa liberdade e não por nossas riquezas, têm revolucionando a teoria e a prática do desenvolvimento.

Amartya Sen (2000) amplia o significado de desenvolvimento, conhecido como crescimento de Produto Interno Bruto (PIB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Em seu livro, “*Desenvolvimento como Liberdade*”, o desenvolvimento é percebido como eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente, isto é, agentes ativos de mudanças, e não recebedores passivos de benefícios (SEN, 2000, p. 10). Para a autora, as principais fontes de privação de liberdade são:

1. A pobreza – necessidade de saciar a fome ou de obter uma nutrição satisfatória, de comprar remédios para doenças tratáveis, de vestir-se ou morar de modo apropriado;
2. A carência de oportunidades econômicas – de trabalho digno;
3. A negligência de serviços públicos – educação básica, assistência médica e acesso à água tratada ou saneamento básico, e;
4. A intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos, ou seja, restrições à liberdade dos indivíduos de ter uma vida longa e viver bem.

Em outras palavras, como ressalta Sen (2000, p. 18) a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições a liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

Esta autora apresenta uma situação vivida em sua infância que retrata a realidade de privação da liberdade: quando tinha dez anos, Sen (2000, p. 22) presenciou um homem pedindo socorro desesperadamente, pois havia sido esfaqueado nas costas.

Era uma época em que os hindus e muçumanos matavam-se nos conflitos grupais que precederam a independência e a divisão da Índia e Paquistão. Kader Mia, o homem esfaqueado, era um trabalhador muçumano que viera fazer um serviço em uma casa vizinha – por um pagamento ínfimo – e fora esfaqueado na rua por alguns desordeiros da comunidade hindu majoritária naquela região. (...) Kader Mia não parava de nos contar que sua esposa lhe dissera para não entrar em uma área hostil naquela época tão conturbada. Mas Kader Mia precisava sair em busca de trabalho e um pouco de dinheiro porque sua família não tinha o que comer. A penalidade por essa privação de liberdade econômica acabou acarretando sua morte, que ocorreu mais tarde no hospital.

O desenvolvimento, segundo a teoria de Amartya Sen (2000), exige uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, que envolvem uma multiplicidade de instituições (organizações do mercado, governo, autoridades locais, partidos políticos e outras instituições cívicas) e o relacionamento interativo de muitos agentes, contendo cinco aspectos significativos de liberdade:

1. Liberdade Política – liberdade de expressão e eleições livres;
2. Facilidades econômicas – oportunidades de participação no comércio e produção;
3. Oportunidades sociais – serviço de educação e saúde;
4. Garantia de transparências – confiança na sinceridade de opiniões e propósitos das pessoas, e;
5. Segurança protetora – criação de redes de segurança social, que impedem a população afetada seja reduzida à miséria e, em alguns casos, até mesmo à morte.

O desenvolvimento, na concepção de Amartya Sen (2000) decorre da interação de diferentes atores ou agentes num ambiente de respeito e estímulo às liberdades individuais, grupais e institucionais, ambiente este que favorece a utilização e ampliação da confiança, cooperação e reciprocidade.

Outra consideração relevante na busca do desenvolvimento é o aspecto referente à sustentabilidade. Para Augusto de Franco (2000), o desenvolvimento é o processo de mudança pelo qual uma organização – empresa, Estado ou até mesmo a comunidade – tende a ser uma entidade sustentável. Assim a ideia de desenvolvimento deve estar intimamente ligada à ideia de movimento (de formação, crescimento e mudança) em direção a sustentabilidade. Ser sustentável, para o autor, é criar um padrão, crescer mantendo esse padrão, renovar-se, reinventar-se, ou seja, mudar esse padrão para adaptar a organização às

mudanças internas e externas. Na medida em que aumentarem o número e os tipos de relações entre o ambiente interno e externo, será intensa a interação, e, portanto, mais condições de troca de energia, matéria e informação aumentarão a capacidade de mudança e de desenvolvimento.

Apoiado nestas considerações, este autor ressalta que o desenvolvimento só é mesmo desenvolvimento se for humano e sustentável, ou seja, que melhore a vida das pessoas (desenvolvimento humano); de todas as pessoas (Desenvolvimento social); das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável). Para conseguir este desenvolvimento Franco (2000) propõe a estratégia denominada “desenvolvimento local Integrado e Sustentável” - DLIS, baseada em sua obra: “Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?” Destaca a importância das seguintes palavras:

O desenvolvimento pode ser percebido pela melhoria na vida das pessoas, através da melhoria do acesso à renda, à riqueza, ao conhecimento, ao poder e a possibilidade de influir nas decisões públicas. Portanto, para Franco (2000, p. 30), o desenvolvimento não pode ter vínculo somente com a dimensão econômica; devem ser incluídas as dimensões: social, cultural, ambiental e físico-territorial, político institucional e científico-tecnológico.

O local faz referência a um determinado município ou a uma microrregião, isto é, um conjunto de várias pequenas cidades, como no caso do Paraná: a microrregião de Campo Mourão que descobre suas potencialidades e reconhece uma ou mais vantagens em relação às demais localidades.

A integração significa formação de redes sociais com a participação do governo, de empresários e da sociedade, que, através da cooperação, buscam planejamento, execução e monitoramento de ações, à construção de um processo de desenvolvimento para a localidade.

A sustentabilidade diz a respeito, na maioria das vezes, ao não esgotamento dos recursos naturais que são necessários para as gerações atuais e futuras. Segundo Franco, os recursos não se limitam aos naturais, mas todos os recursos que se foram gastos sem previsão de seu esgotamento, farão falta para a posteridade. Portanto, a sustentabilidade está ligada à capacidade de auto-organização, de auto-reprodução, de auto-criação das condições para sua continuidade.

Augusto Franco (2000) apresenta cinco razões para a adoção da metodologia do DLIS, são:

- Em primeiro lugar, o DLIS pode ser visto como uma forma de superar a pobreza, pois afeta as pessoas que vivem em locais marginalizados, melhorando os índices

de habitação e saneamento, educação, mortalidade, estado nutricional, emprego e renda, enfim, buscando melhorar as condições de vida desta população.

- Segundo motivo é ver o DLIS como uma estratégia complementar de desenvolvimento sustentável do país, que estimula o crescimento econômico dos municípios e também o desenvolvimento humano e social.
- Em terceiro lugar, o DLIS estimula a participação das pessoas na condução do seu próprio processo de desenvolvimento através das iniciativas associativas ou cooperativas, por exemplo, para busca de inserção social e competitividade em diversos mercados.
- A quarta razão enfoca a sustentabilidade dos programas, ou seja, a preocupação na continuidade dos programas voltados para a questão do desenvolvimento, sem estar vinculado exclusivamente a um tipo de governo.
- A quinta razão é que o desenvolvimento local integrado e sustentável pode ser entendido como uma estratégia de transformação da sociedade, almejando cada vez mais a democracia, cidadania e a participação popular.

Mas qual a formula para este desenvolvimento? Para Franco (2000), é necessário investir no aumento da renda (capital tradicional) e em outros quatro tipos de capitais: humano, social, empresarial e natural, descritos a seguir:

O capital humano refere-se ao conhecimento, as habilidades e competências da população local que dependem das condições de educação, de saúde, de alimentação e de nutrição adequadas, e de acesso às informações e conhecimentos gerais. Todos estes aspectos influenciarão na expectativa e na qualidade de vida dos moradores do Município.

O capital social diz respeito aos recursos, tais como confiança, cooperação e reciprocidade, associados à existência de conexão ou cooperação entre pessoas e ao empoderamento (ou seja, à democratização do poder que se efetiva com aumento da possibilidade e da capacidade das pessoas influírem nas decisões públicas).

O capital empresarial é a capacidade de geração de riqueza através da descoberta das potencialidades e das oportunidades locais de forma comercial, ou seja, criando ou expandindo a propriedade produtiva.

O capital natural está relacionado às condições ambientais e físico-territoriais de uma cidade, que devem ser aproveitadas sem inviabilizar a vida das gerações futuras.

Franco (2000) conclui que, o DLIS é uma estratégia de incentivo ao desenvolvimento, fundamentado na geração de capital humano para gerar mais capital social,

que impulsionará mais capital empresarial. A partir daí, cria-se um círculo virtuoso, pois o capital empresarial propiciará mais capital humano e este mais capital social, que levará ao desenvolvimento humano, social e sustentável.

Levando-se em consideração a finalidade deste trabalho em estudar as relações do cooperativismo e Capital social no processo de desenvolvimento local sustentável em Corumbataí do Sul adotaremos a estratégia do DLIS, focando o desenvolvimento no contexto local já que esse faz referência a um determinado município no caso Corumbataí do Sul, nossa variável dependente. E para explicar a fórmula, ou possível fórmula, para este processo de desenvolvimento focaremos o cooperativismo e capital social já que é este que trata de vínculos de cooperação, conexão e confiança entre pessoas.

2.4 CAPITAL SOCIAL E COOPERATIVISMO

Sabe-se que o capital social sobrevém na base local e está diretamente ligado ao processo de desenvolvimento de uma localidade. O progresso de uma comunidade com o crescimento do capital social propiciará que se obterá a sustentabilidade local. Assim, a partir do momento que o local ganha uma maior autonomia terá também que proporcionar sustentabilidade própria. A sustentabilidade do desenvolvimento local é dada pelo desenvolvimento do ser humano que permite a constante inovação e renovação do processo de desenvolvimento social, econômico, cultural, institucional e político (CARON, 2003).

Em seus estudos, Franco (2000) relaciona a comunidade com o processo sustentável expondo uma nova expressão chamada de “comunidade”, que é uma comunidade que conseguiu um grau de complexidade de tamanha proporção que a combinação do seu exemplo de organização (em rede) com o seu modo de regulação.

À medida que as variáveis próprias à dinâmica econômica, social e ambiental são dependentes a conduta da inter-relação e interdependência delas próprias e dos assuntos institucionais, culturais e espaciais, deve-se abranger cada uma delas em suas inter-relações para projetar e cumprir as ações que visem à sustentabilidade do local, contemplando assim as redes sociais que se formam.

O espaço de análise deve limitar os atores e meios empregados para identificar o processo de desenvolvimento em curso. Essa delimitação depende dos objetivos da apreciação e da própria dinâmica da região em questão.

A preocupação com dimensões do desenvolvimento é relacionada, em alguns casos, aos resultados esperados. Contudo, abranger essas dimensões sob a ótica do desenvolvimento local sustentável determina uma reflexão sobre o processo de evolução de cada dimensão e do inter-relacionamento para consecução da história e futuro da comunidade.

Tal compreensão não tende segmentar ao limite do indivíduo, mas a verdadeira dinâmica local, a fim de que se possam situar os objetivos e recursos existentes em uma região e refletir sobre a influência mútua com os demais elementos.

A relação entre confiança e cooperação se dá segundo Franco (2000, p. 104) quando “a confiança promove a cooperação. Quanto mais alto o nível de confiança numa comunidade, maior a expectativa de existir cooperação. É a própria cooperação que suscita a confiança”.

Em localidades onde as cooperativas operam há uma intensa correlação positiva entre o valor da produção, níveis de educação e menor disparidade na posse da terra, assim as cooperativas são organizações importantes, pois geram tanto a distribuição de renda como também um acúmulo de capital social, principalmente na agricultura (BIALOSKORSKI NETO, 2002).

Com relação ao desenvolvimento de um local, Souza (2004) recomenda um modelo de mensuração do desenvolvimento endógeno de um local. O autor avalia determinadas variáveis que ajuíza importantes, sendo uma delas o cooperativismo. Analisou como variável o número de cooperados existentes em cada região. Como resultado o autor constatou que sucede uma relação estatística expressiva entre cooperação e dinâmica local.

Em um estudo desenvolvido a cerca do desenvolvimento do capital social no ambiente agropecuário, Bialoskorski (2001) destaca que as evidências iniciais são de que em localidades que mostram maior grau de renda e desenvolvimento da agricultura, há maior nível de educação, entre os produtores rurais, maior volume de associados em cooperativas agrícolas, e ausência de problemas arrolados aos direitos de domínio da terra. Nestas regiões pode-se deparar a presença de relações contratuais mais apuradas. Pode-se estimar, preliminarmente, que o capital social e humano são variáveis de suma importância, positivamente correlacionadas e expressivas, para o nível de valor por unidade de produção agropecuária e assim sendo possivelmente importante para o processo de desenvolvimento. Assim, não só chamado capital humano (como a educação) é relevante como variável que determina o processo de desenvolvimento, como também, a capacidade de se organizar e estabelecer os processos produtivos também se apresenta como elemento fundamental, isto é capital social.

As sociedades cooperativas operam em um ambiente balizado pela rede estabelecida entre os cooperados. Com o ingresso de uma pessoa a um sistema cooperativo ela torna-se um agente participante do desenvolvimento local. A sua aptidão de articulação e de influencia dependerá, entretanto, da forma como interage com os demais cooperados. A confiança, interação, fixação de objetivos comuns e estruturação da rede social são assuntos fundamentais para abranger o processo cooperativista e a importância referente ao capital social para o desenvolvimento do local onde ocorre. Assim, as cooperativas contribuem para o desenvolvimento da região e para o aumento do capital social da comunidade.

3 COOPERATIVISMO

3.1 DEFINIÇÃO E FINALIDADE

A ideia do cooperativismo veio da constatação de que a cooperação era a melhor maneira para encontrar soluções que interessavam a determinado grupo de indivíduos.

Cooperativismo, segundo Veiga (2001) é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho e aparece historicamente junto com o capitalismo, mas se propõe como uma das maneiras de sua superação.

De acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB (2009), cooperativismo é um movimento que alia a filosofia de vida e modelo socioeconômico, o qual é capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Desse modo, seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI), define o cooperativismo como uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer suas necessidades comuns, através de uma empresa de negócios da qual possuem a propriedade em conjunto e a controlam democraticamente, pelos seguintes princípios: a) adesão voluntária e livre; b) gestão democrática pelos membros; c) participação econômica dos membros; d) autonomia e independência; e) educação, formação e informação; f) intercooperação; g) interesse pela comunidade. (OCEPAR, 2012).

Segundo Netto (2011), esse conjunto de princípios pretende constituir, de forma bastante consistente e orgânica, a base teórica e as ideias motrizes do cooperativismo. Deles derivam uma série de premissas e consequências organizacionais e administrativas que caracterizam o empreendimento cooperativo.

Para Silva (2007), cooperativismo é um movimento materializado em empresa através de um grupo de pessoas, devendo reunir os fatores de produção com a melhor eficácia e razão possível, onde os associados são, ao mesmo tempo, donos e usuários da organização cooperativa, devendo assumir efetivamente sua responsabilidade na escolha da direção, na definição das políticas da organização, visando ao atendimento das reais necessidades dos seus associados.

Segundo Maia (1985 p. 23), a cooperação supõe necessariamente a liberdade de trabalhar em comunidade. Assim a cooperação possui duas condições e imprescindíveis: liberdade e comunidade; trabalho livre e grupal.

Para Ricciardi (2000), o cooperativismo utiliza um método de trabalho conjugado, ao mesmo tempo em que pode ser visto como um sistema econômico peculiar em que o trabalho comanda o capital. É que as pessoas que se associam cooperativamente são as donas do capital e as proprietárias dos demais meios de produção, além de constituírem a própria força de trabalho. Como essa disposição de se associarem tem o objetivo de realizar um empreendimento que venha prestar serviços mútuos. É obvio que essa união busca a elevação dos padrões de qualidade de vida desses associados.

Com isso pode-se afirmar que o trabalho em cooperação resulta numa economia humanizada, cujo valor maior reside no indivíduo, acima do capital, pois o resultado final da ação conjunta reverterá para o desenvolvimento integral daquele grupo humano.

O ideal cooperativista, segundo Veiga (2001), se disseminou pelo mundo e atua em todos os setores da economia. É reconhecido como um sistema participativo, que em sua essência preza a justiça, democracia e indicado para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores. Ou seja, é o sistema que propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio do coletivo.

De qualquer forma, o cooperativismo é um sistema de ideias, valores e forma de organização de pessoas para valorização da produção de bens e serviços e de otimização do consumo.

O cooperativismo como sistema e as cooperativas como a unidade e espaço de convívio e transformação dos seus integrantes devem sempre estar articulados com questões globais, nacionais e locais (VEIGA, 2001). Entretanto damos ênfase forte ao desenvolvimento local porque achamos que é no local onde vive que o cidadão encontra sua primeira experiência de cidadania, podendo cobrar e verificar resultados mais concretamente. É também no município que os trabalhadores podem começar a estabelecer relações com o mercado.

Segundo a lei Cooperativista 5.764 de 16/12/1971, a cooperativa é “uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados”.

Pode-se definir uma cooperativa como uma associação voluntária de no mínimo vinte pessoas, sem fins lucrativos, porém com fins econômicos, que exercem uma atividade para realizar objetivos comuns.

As cooperativas, para Veiga (2001), são organizações voluntárias abertas a todos, desde que estejam aptos a assumir responsabilidades e utilizar os seus serviços, sem discriminação de raça, classe social, sexo, opção política e religiosa.

3.2 PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS

Os princípios cooperativistas vieram da cooperativa de Rochdale, no ano de 1844, na Inglaterra. De acordo Rech (2000) sofreram, posteriormente, em 1932, 1966 e 1995 consideráveis modificações, além de serem adicionados também outros princípios. Boesche (2005) expõe em seus trabalhos as alterações nos princípios cooperativistas, com isso cita que ocorreram outras alterações em 1097, 1966 e 1995, em congressos da Aliança Cooperativista Internacional ACI.

Em suas obras, Boesche (2005) afirma que o cooperativismo está ligado em sete princípios mundiais que estão inteiramente voltados à promoção e a valorização do indivíduo na sociedade. Esses princípios mundiais são citados nas obras de Oliveira (2001), Boesche (2005) e Rech (2000):

1. Adesão voluntária e livre – ninguém é obrigado a entrar na cooperativa e nem impedido a se retirar. As cooperativas são organizações livres, abertas para todas as pessoas aptas para usarem seus ofícios e disponha a aceitar suas diversas responsabilidades, sem discriminação social, de gênero, racial, política ou religiosa;
2. Gestão democrática – autogestão, ou seja, no processo decisório a sociedade cooperativa se orienta através do auxílio, cooperação e decisões de todos seus integrantes (os associados);
3. Participação econômica dos membros – os sócios, de maneira específica, contribuem e controlam o capital da cooperativa de forma democrática;
4. Autonomia e independência – as cooperativas são organizações autônomas de autoajuda controladas por seus membros;
5. Educação, formação e informação – as cooperativas devem oferecer educação e treinamento para seus cooperados, administradores, representantes eleitos e funcionários, com isso eles podem efetivamente contribuir para o seu desenvolvimento;

6. Interesse pela comunidade – as cooperativas operam pelo desenvolvimento local e sustentável das comunidades onde se situam;
7. Intercooperação – que também faz menção ao interesse pela comum.

Esses princípios conduzem o sistema cooperativista e fundamentam a viabilidade da criação de novas cooperativas. Através da tabela 1 é possível identificar as reformulações e evoluções ocorridas nos princípios cooperativos em diferentes momentos.

Tabela 1 – Reformulação e evolução dos princípios cooperativistas, de acordo com a ACI

Princípios de Rochdale 1844	Congresso da ACI em 1937 (Paris)	Congresso da ACI em 1966 (Viena)	Congresso da ACI em 1995 (Manchester)
1 – Adesão Livre	1 – Adesão Livre	1 – adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social)	1 – Adesão livre sem discriminação de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.
2 – Gestão Democrática	2 – Gestão Democrática	2 – Gestão Democrática	2 – Gestão Democrática e livre.
3 – Retorno “Pro rata” das operações	3 – Retorno “Pro rata” das operações	3 – Distribuição das sobras: ao desenvolvimento da cooperativa; serviços comuns; aos associados “pro rata” das operações	3 – Participação econômica dos membros
4 – Juros limitados ao capital - Vendas a dinheiro	4 – Juros limitados ao capital 5 – Vendas a dinheiro	4 – Taxa limitada de juros à capital social 5 – Constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral	4 – autonomia e independência 5 – Educação, formação e informação
6 - Educação dos membros	6 - Desenvolvimento da educação em todos os níveis	6 – ativa cooperação entre as cooperativas em plano local, nacional e internacional	6 – Intercooperação
7 – Cooperativização global	7 – Neutralidade política, religiosa e racial.		7 – Interesse pela comunidade

Fonte: Boesche L. Fidelidade Cooperativa: Uma abordagem Prática. Curitiba, 2005.

Estes princípios, segundo Boesche (2005), são considerados pilares para a confecção do estatuto social de uma sociedade cooperativa. Com base na reformulação do ano de 1995, os três primeiros princípios remetem à dinâmica interna de uma cooperativa, e os três últimos implicam na conduta interna, porém ativam as relações externas da sociedade cooperativa. O

quarto princípio cooperativista complementa os três primeiros princípios e apresenta a responsabilidade da sociedade cooperativa diante dos três últimos.

3.3 COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Com a crise dos modelos *Welfare State* e a incapacidade dos governos promoverem o bem estar da população, ou pelo menos, minimizar os efeitos negativos do liberalismo econômico, os governos mantêm somente algumas políticas assistencialistas de caráter emergencial e começam a buscar estratégias de combate à exclusão social focadas nos pequenos empreendimentos que se formam à margem do mercado globalizado, fomentando a economia popular (MOURA et al., 2002).

Convém destacar a grande contribuição de Amartya Sen, para a evolução do pensamento sobre desenvolvimento, pois suas ideias eram baseadas na qualidade de vida, medida por liberdade e não por riquezas. Segundo Nalle Jr (2006), seu principal mérito foi apontar que a pobreza não deve ser medida unicamente pelo nível de renda da população, mas através de outros indicadores de qualidade de vida, como escolaridade e saúde.

A obra de Sen enfatiza a relação entre pobreza e precariedade de acesso da população aos bens e serviços essenciais para qualidade de vida. Sua preocupação com a pobreza e a desigualdade orientou profundamente sua obra, expandindo suas contribuições muito além do referencial teórico.

Nos anos seguintes, foram introduzidos temas, como meio ambiente, sustentabilidade, sociedade e cidadania nas discussões sobre desenvolvimento humano.

Portanto, se não houver mudança social não há desenvolvimento, pois mudanças sociais, geradoras de desenvolvimento social, são sinônimas de desenvolvimento.

Apoiado nessas considerações construiu-se um alicerce sobre o qual se edificam o conceito e as práticas de desenvolvimento local. Segundo Nalle Jr (2006), o desenvolvimento necessário envolve mudanças no estado atual das coisas. É necessário que haja mudanças nos indivíduos e nas relações entre os componentes da sociedade.

O desenvolvimento local, alternativa de pensamento sobre desenvolvimento, tem chamado à atenção tanto da academia, como de setores empresariais e dos governos, além de ONG's e agências de desenvolvimento. Neste sentido, de acordo com Franco (2002), promover o desenvolvimento econômico local é criar a necessidade de formação de

identidades e de diferenciação de setores, e, também de localidades, trata-se de uma estratégia que posiciona vantajosamente espaços sócio territoriais delimitados em face do mercado globalizado.

Falar em desenvolvimento local, não se refere apenas em desenvolvimento econômico, mas também em desenvolvimento cultural, social, humano e político. Por isso, se faz necessário investir em capital social e capital humano, além do conhecido capital financeiro e econômico. Na visão do desenvolvimento local há uma exterioridade conexa de todas essas dimensões, já que nele não é possível afastar a interdependência dessas relações.

Para Buarque (2002), o desenvolvimento local representa uma mudança própria nas suas bases econômicas e na sua configuração social em nível local, resultante da ação social, através das suas inúmeras potencialidades e capacidades. Em sua essência básica nada mais é que um processo endógeno restrito a pequenos agrupamentos humanos ou pequenas unidades territoriais capaz de gerar uma dinâmica econômica e a melhora na qualidade de vida de seu contingente populacional.

A importância do desenvolvimento local, segundo Zapata (2001), se sustenta no conceito de que as regiões e localidades dispõem de recursos culturais, humanos, econômicos, institucionais, e ambientais, além de economias de escalas não empreendidas, e que podem estabelecer um grande potencial de desenvolvimento.

O desenvolvimento local, entre outros, pode ser encarado como um processo de mudanças de paradigmas e de crescimento econômico, administrado pela sociedade local no pleno uso suas potencialidades, buscando assim a melhora na qualidade de vida de sua comunidade.

O desenvolvimento local, conforme Coelho (1995), só pode ocorrer se respeitadas as especificidades de cada espaço sociocultural e de cada região onde ocorrer. De acordo com Brito (1999) os motivos de determinado lugar buscar o desenvolvimento local pode ser explicado por diversas razões, das quais destacamos razões econômicas e sociais.

Segundo Brito (1999), por razões econômicas, o desenvolvimento local oferece uma alternativa de reação à crise econômica. O nível local aparece como lugar de regulação de disfunções, propiciando interação entre tecnologia, cultura e economia. No ambiente local pode-se vislumbrar as especificidades na criação de processos produtivos diferenciados e na cultura da população.

As crises econômicas têm suas origens nos países centrais e desencadeiam uma série de problemas que irão afetar as economias mais frágeis. Ao se buscar o desenvolvimento local, ter-se-á meios para regular a crise, se for exógena.

Para Brito (1999), por razões sociais é mais acessível se conhecer os problemas socioculturais no local do que no global e as soluções para esses problemas serão muito mais fáceis de serem encontradas no local já que é nele que eles existem.

O debate sobre o desenvolvimento e cooperativismo também é bastante rico no meio acadêmico, principalmente, quanto à sua relação como um processo de mudanças e transformação de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Nesse sentido, muitos esforços têm sido feitos para compreender o surgimento de diversos aspectos sociais bem como sua participação no processo decisório em âmbito regional ou local onde atuam.

O cooperativismo contém o desenvolvimento local. A cooperativa promulga uma relação eficaz, uma afinidade circular, em direção a um espaço melhor pela ação coletiva. O desenvolvimento também é um procedimento constituído em relações sociais cooperativas. (FRANTZ, 2002, p. 25).

Falar em cooperativismo é falar de formas de integração social permanente no tecido socioprodutivo. Segundo Veiga (2001) se cooperativas são empresas de caráter distinto, que combinam lógicas sociocoletivas e eficiência empresarial, portanto, operam em relação ao mercado e em formas de interação e solidariedade social.

O caminho do cooperativismo provoca um diálogo repleto de desafios onde a potencialidade humana abre espaço para o processo desenvolvimento, determinando a edificação de diversas formas de estilo de vida social através da própria atuação humana. Assim, no processo do desenvolvimento de uma localidade é indispensável à consideração das diversas potencialidades do ser humano. (FRANTZ, 2002, p. 1).

Para Frantz (2002, p. 30) “adotar a ação humana como promotora do desenvolvimento abre espaço à ascendência cultural, à educacional. Como decorrência, recoloca a problemática do desenvolvimento no ambiente local, nas proximidades humanas, nas relações entre pessoas e nos espaços democráticos do cooperativismo”.

O cooperativismo é peça fundamental para o que seres humanos em suas unidades produtivas sejam donos de sua própria vida e para o desenvolvimento de qualquer localidade ou região e para também ser a ligação entre o individual e a coletividade. (CANTERLE, 2004, p. 5).

Nesse sentido fica claro que a promoção do cooperativismo é de suma importância para desenvolvimento, principalmente de pequenas cidades, cuja dificuldade está em reverter contrassensos e estabelecer a organização entre as pessoas, unindo-as e engajando-as em torno

da satisfação de suas necessidades individuais e coletivas. (CANTERLE, 2004, p. 8). Assim, a cooperação, se torna a força que induz a modificação do comportamento de seus agentes e abre os caminhos para absorver novos conhecimentos e práticas. (CANTERLE, 2004, p. 5-6).

O conceito de participação nas práticas cooperativistas, ligadas ao crescimento econômico, no Brasil, reflete-se a altura de participação diferenciada segundo o “status” socioeconômico da população. As dificuldades cooperativistas da nossa sociedade e, principalmente, das camadas sociais menos favorecidas do atual padrão econômico, apresenta uma deficiência a ser debatida para viabilizar a concepção de economia social para determinado local ou região (FERREIRA, 1999).

Para Canterle (2004, p. 6), nós brasileiros temos poder de idealizar e criar alternativas que possibilitem o surgimento de novas ações e organização cooperativas, tanto no meio rural como urbano. Mesmo assim, este fato muitas vezes se dá de forma isolada, mesmo destacando o sucesso da atuação em conjunto com sujeitos articulados para superar diversos tipos de dificuldades e criar uma forma de capital social sem que eles mesmos percebam.

Na análise Canterle (2004), as cooperativas acolhem um sistema complexo de interação social que vão se estruturando com as necessidades e interesses entre os indivíduos que cooperam e com isso enfrentando dificuldades e limitações. Do movimento dessas relações humanas, abroham atores que se destacam no campo da economia e da política, constituindo com isso estruturas de poder.

As consequências dessas relações humanas ainda não podem ser bem avaliadas, com isso, o que é perceptível é que no mundo globalizado, os atores envolvidos, vêm sendo densamente atingidos pelas mutações e variações de um mercado altamente competitivo. Isso leva-nos a criar ou introduzir novas organizações de trabalho, novos processos de produção, e com isso implicando em induzir o indivíduo a uma modificação na sua mentalidade por meio de um artifício de reeducação que o faz produzir na grandeza do trabalho coletivo – o cooperativismo.

O desenvolvimento local está, em muitos casos, ligado a iniciativas inovadoras e da coletividade, articulando o potencial local dentro das condições impostas pelo contexto. Como diz Haveri (apud BUARQUE, 2004): “toda sociedade deveria buscar valer-se de suas peculiaridades individuais além se especializar nos ramos em que se têm vantagens comparativas em relação a outros locais ou regiões”; nesse contexto o cooperativismo pode apresentar ótima prerrogativa.

Segundo discussões de Zapata (2001), a estratégia de base ao desenvolvimento local e territorial tem como eixos principais a edificação e fortalecimento do capital social e o fortalecimento da economia local através da prática baseadas na cooperação, fomento adequado aos micro e pequenos empreendimentos rurais.

As diversas estratégias através de iniciativas cooperativistas de desenvolvimento local, conforme Zapata (2001) incita dentre outros o processo de diversificação da economia local, favorecendo com isso a expansão de empreendimentos locais. As bases econômicas locais e regionais crescem e desenvolvem-se quando há uma ação difusora do conhecimento e inovação entre os territórios e empreendimentos. Nesse sentido, se entende como território um ator perspicaz, que tem poder de gerar a promoção de mudanças e não apenas um mero pivô das atividades e recursos econômicos.

Com isso, ao delinear um consenso mesmo que ainda limitado sobre desenvolvimento local na perspectiva do cooperativismo, podemos deduzir que, conforme as experiências dos produtores rurais de Corumbataí do Sul, a mudança na vida local é oportunizada através da participação na cooperativa, pois, mesmo concentrando uma taxa significativa de desemprego, o município buscou a promoção de geração de frentes de trabalho e renda, com bases cooperativas.

4 METODOLOGIA

A metodologia aplicada a este trabalho é documental, exploratória, qualitativa, complementada por elementos de análise quantitativos e aplicada em estudo de caso. Esta classificação da pesquisa está embasada em Magalhães & Orquiza (2002), que considera a pesquisa aplicada a um estudo de caso como aquela que envolve verdades, interesses locais e problemas específicos.

Quanto ao procedimento documental, a dissertação teve a sua estrutura bibliográfica focada no desenvolvimento local, através da exploração de bibliografia centrada no desenvolvimento sustentável e na dimensão espacial. Com este direcionamento, aprofundou-se a questão do fortalecimento da comunidade local através da formação do capital social. Na etapa seguinte, a pesquisa centrou atenção em torno de trabalhos que tratam do cooperativismo e a relação com o local e com a comunidade.

Na sequência foi centrada atenção nas peculiaridades locais, com ênfase nas características socioambientais do município de Corumbataí do Sul, situando a atuação da COAPROCOR como agente da promoção do capital social.

O estudo exploratório conduz o pesquisador, conforme Cooper e Schindler (2003), a desenvolver conceitos mais claros, estabelecendo prioridades. O qualitativo possibilita, segundo Bruyne (1977), o uso de várias técnicas de coleta, o tratamento e análise de dados e, nas palavras de Silva (2007), a abordagem quantitativa, quando não exclusiva, serve de fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa. Ambas devem convergir, de forma sinérgica, na complementaridade mútua.

O método aplicado é o estudo de caso, com a pesquisa de campo direcionada para os cooperados da COAPROCOR, que atuam nos diversos segmentos, principalmente de frutas, com destaque para o maracujá. Entende-se por estudo de caso, conforme Yin (2005), a realização da investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real. É um método aplicável e com boa adaptação em ciências sociais e os resultados, poderão ser usados como piloto para o desenvolvimento de estudos de casos múltiplos semelhantes.

4.1 DETERMINAÇÃO DA AMOSTRAGEM

Para determinação da amostragem de cooperados, necessária a ser pesquisada, partiu-se da população cooperada apenas no município de Corumbataí do Sul, tendo como base o número oficial de cooperados em 30 de junho de 2012, conforme demonstra o relatório de Gestão do primeiro semestre.

Com base em cálculos estatísticos sugeridos por Gil (2002, p. 101), aplicou-se o método de amostragem, através da utilização da fórmula de população finita demonstrada a seguir:

$$n = \frac{Z^2 \frac{a}{2} \cdot P(1-P) N}{e^2 (N-1) + z^2 \frac{a}{2} \cdot P(1-P)}$$

Onde:

N = Número da amostra

$Z^2 \frac{a}{2}$ = Grau de confiança

P = Percentagem

N = Tamanho da população

E = Erro máximo da amostra

Ficaram estabelecidos os seguintes valores para cada componente da fórmula:

$Z^2 \frac{a}{2}$ = grau de confiança para 90% = 1,64

P = 50%

N = 354

E = 11%

Com relação ao percentual estimado para “P”, Gil (2002) recomenda que, quando não se conhece uma estimativa para qual o fenômeno ocorre, a sugestão é que se use 50%.

Aplicando a fórmula, obteve-se a seguinte amostra:

$$N = \frac{1,64^2 \times 0,50 \times (1 - 0,50) \times 1,64}{0,11^2 \times (1,64 - 1) + 1,64^2 \times 0,5 \times (1 - 0,50)} = 41,69$$

Considerando um desvio padrão de 11% e um nível de confiança de 90% para a população de 164 cooperados em Corumbataí do Sul, foi atingida uma amostra mínima de 42 cooperados.

Para este universo foi aplicado um questionário com 30 perguntas fechadas, e 1 pergunta com resposta aberta, visando avaliar a geração ou fortalecimento do capital social da cooperativa junto a seus associados, como também para verificar se a cooperativa contribui para o processo de desenvolvimento local em Corumbataí do Sul.

A pesquisa foi realizada apenas com cooperados, não envolvendo em nenhum momento funcionários ou informações oriundas da cooperativa.

Na elaboração do questionário de pesquisa, buscou-se também vincular aspectos teóricos apresentados neste trabalho. Nas questões de 01 a 09 procurou-se avaliar o que levou o produtor a se associar a COAPROCOR, vinculando com isso uma análise sobre o fortalecimento do capital social com a criação de laços de confiança, cooperação e de credibilidade do produtor rural com a cooperativa. Nas questões 10 a 16 procurou-se verificar aspectos relativos à formação e ao melhoramento de renda, considerando o aspecto temporal antes e depois de associar-se junto a COAPROCOR. Nas questões 17 a 22 procurou-se estudar a criação de redes de relacionamento com outros cooperados, analisando através desses laços verticais e horizontais a ligação ao fortalecimento do capital social. Da questão 23 a 26 procurou-se analisar a vertente econômica do cooperado e da COAPROCOR. Da questão 27 a 30 avaliou-se a relação da COAPROCOR com o meio rural e a população local de Corumbataí do Sul, procurando vincular a existência da cooperativa com as dimensões do desenvolvimento sustentável. A pergunta 31 foi um questionamento aberto pelo qual se procurou levar em consideração a opinião do cooperado sobre a importância da COAPROCOR para desenvolvimento local de Corumbataí do Sul.

4.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Este trabalho tem o município de Corumbataí do Sul como limitação espacial. É importante salientar também que foi abordada, apenas, a organização social no contexto da

Cooperativa COAPROCOR, não sendo realizados estudos comparativos com outros modelos de organização local.

Quanto à pesquisa de campo é importante mencionar que as informações foram captadas unicamente dos cooperados, não havendo nenhuma outra fonte de dados.

5 O MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

5.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Corumbataí do Sul é um nome Tupi-Guarani que significa “Pequeno Lugar Distante”. A história relata que houve constantes investidas dos bandeirantes na região, chefiados por Antônio Raposo Tavares a fim de aprisionar índios da região.

O município foi loteado pela empresa “Organizações Lunardelli”. Ele foi designado distrito administrativo do município de Barbosa Ferraz em 13/01/1967, permanecendo assim até o dia 27/05/1986. A instalação do município foi oficializada em 01/01/1989.

O município de Corumbataí do Sul está situado geograficamente a uma latitude sul de 24°05'49, e longitude a oeste 52°06'55. Em relação a sua altitude varia, de 550 a 650 metros acima do nível do mar. Está localizado na Mesorregião Centro Ocidental do Estado do Paraná, apresentando o município de Campo Mourão como polo da Microrregião. Está distante aproximadamente 447,82 km de Curitiba, a capital do Estado.

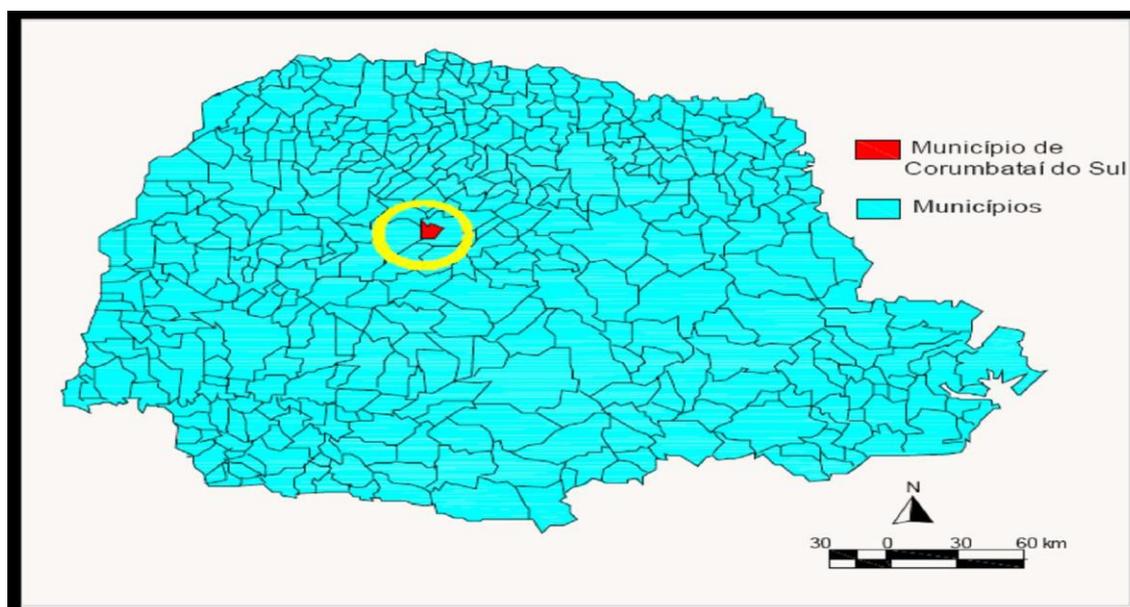


Figura 1 - Mapa de divisão territorial do Paraná, destacando Corumbataí do Sul

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012.

O referido município localiza-se na Região do Vale do Piquirivaí, sendo um dos vinte e cinco municípios integrantes da Microrregião da COMCAM (Comunidade dos Municípios de Campo Mourão - Microrregião 12), como pode ser visualizado na figura 1. Ele está situado a Noroeste do Estado do Paraná, possuindo uma área de 206,00 Km².

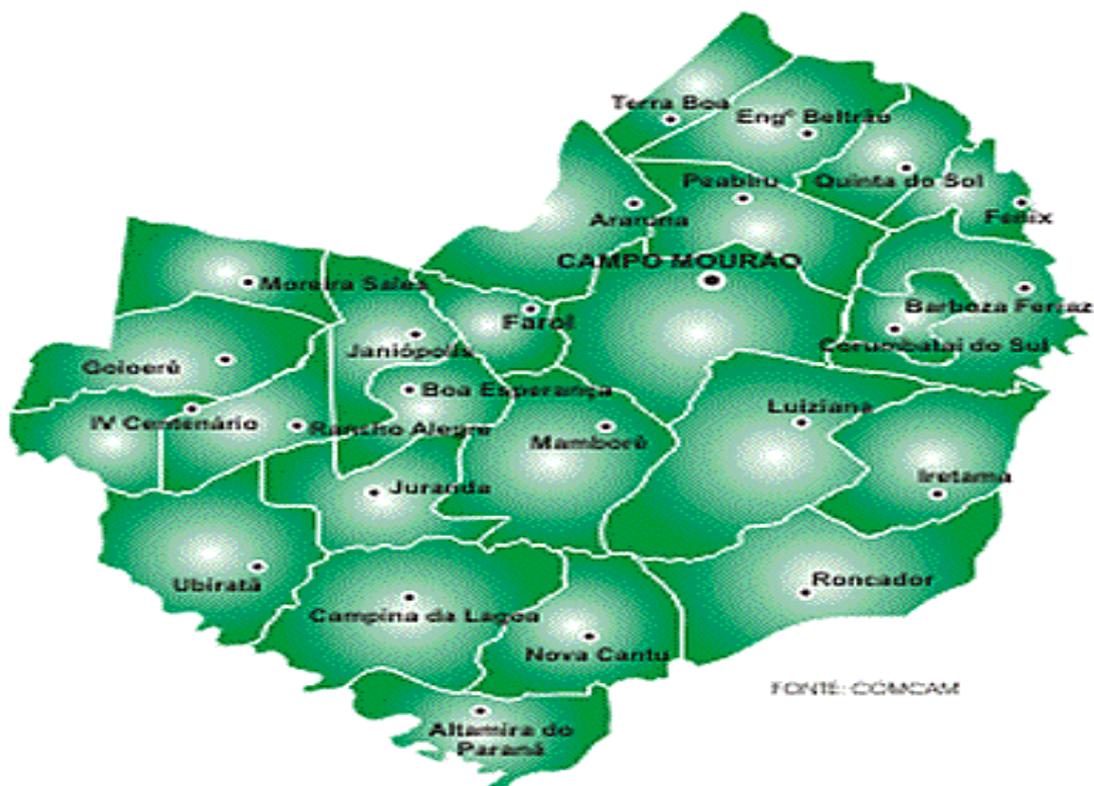


Figura 2 – Mapa da região da COMCAM, microrregião 12

Fonte: Comcam, 2012.

Como pode ser observado na figura 2, Corumbataí tem fronteiras com os seguintes municípios: Barbosa Ferraz ao Norte, Sul e Leste; e Campo Mourão e Peabiru a Oeste. Os principais rios do município são: Rio das Lontras, São Joaquim, Ribeirão do Meio, Jacutinga e Lontrinha. O clima do município é subtropical, sendo que a sua temperatura oscila entre 21° a 32° graus durante o ano.

Em relação ao acesso à Corumbataí do Sul tem-se a PR 549. Essa rodovia transcorre relevos acidentados e uma vegetação diversificada. Através dela escoam-se toda a produção do município e Região, sendo também viabilizado o traslado de seus moradores.

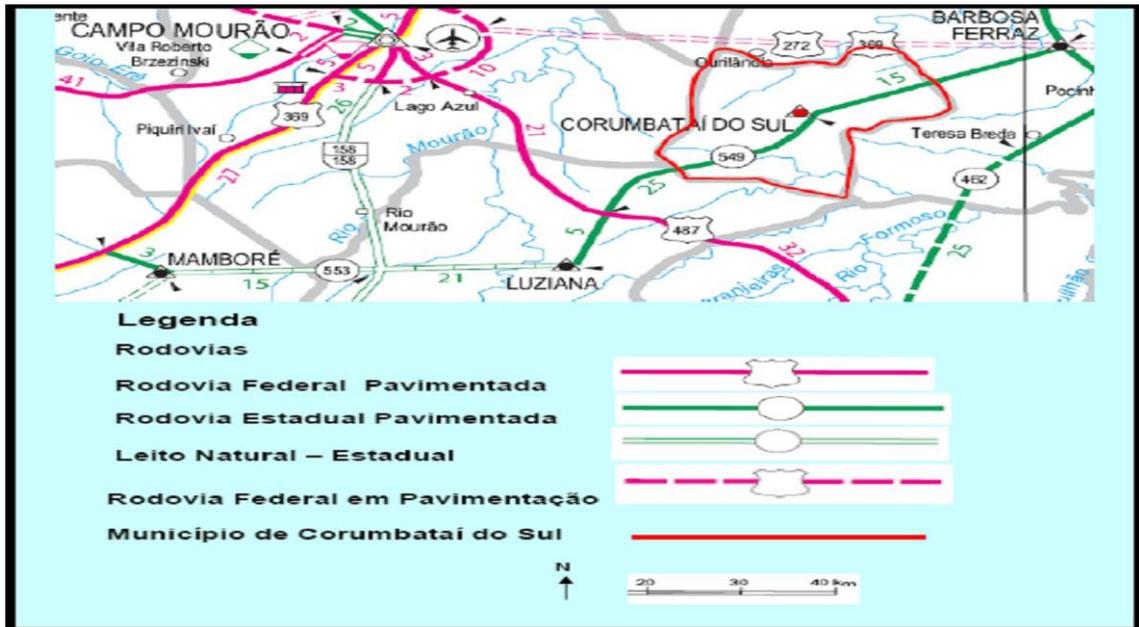


Figura 3 – Via de acesso a Corumbataí Do Sul

Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, 2012.

É complexa a formação do relevo do município de Corumbataí do Sul, pois apresenta quatro formas principais: a) montanhas; b) planaltos; c) planícies e d) depressões. O planalto em que está situado é chamado planalto meridional. A formação do solo, de acordo com a nova nomenclatura da Classificação Brasileira de Solos (EMATER-PR, 2009) é denominada LATOSSOLO ROXO, bastante fértil, argilosa, solos profundos, boa porosidade e boa drenagem. O tipo de vegetação pertence à Mata Atlântica, destacando-se o ipê, a imbuia, e a figueira.



Figura 4 – Vista parcial de uma propriedade familiar no município de Corumbataí do Sul
Fonte: COAPROCOR, 2012.

Ainda nos anos de 1930, a região onde hoje se localiza o município de Corumbataí do Sul era praticamente desconhecida pela “civilização”, trazendo os primeiros colonos em meados das décadas de 1940.

O início das invasões populacionais às regiões abrangidas pela Mesorregião Centro Ocidentais remete ao período colonial, marcadamente com a projeção das frentes expansionistas bandeirante, do planalto paulista, encomendeira e missionária, espanholas (SCHALLENBERGER, 2006). Os desdobramentos da Guerra contra o Paraguai aceleram a disputa pela apropriação do território. A efetiva ocupação pelas frentes de colonização se dá, no entanto, no século XI, ganhando impulso a partir da década de 1940, sobretudo nas décadas 1950 e 1960, quando da expansão da fronteira agrícola do Paraná, com o aparecimento de colônias de povoamento inseridas tanto pelas sociedades privadas quanto pelo governo do Estado.

A forma de ocupação das fronteiras que predominou nessa região foi similar à do norte do Estado, ou seja, sob forma de loteamento das terras para posterior venda em parcelas pequenas, as agências de colonização chamavam para a região milhares de trabalhadores, que, ao lado de suas famílias, constituíram pequenas e médias propriedades aptas ao cultivo para comercialização e ao próprio consumo.

Entretanto, diferente do ocorrido na região norte, o cultivo do café não se alojou na região Centro Ocidental com a mesma força, sendo consorciado com outras culturas agrícolas como o arroz, milho, feijão, algodão, hortelã, exploração da madeira e a suinocultura.

Na história, a característica mais forte em relação ao povoamento dessa região provém da incidência de dois fluxos populacionais de ascendências distintas, que, por sua vez, possuíam fortes aspectos características da formação socioeconômica e cultural típica de suas regiões de origem. Em relação ao primeiro fluxo, ele decorreu das frentes de colonização do café do norte do Estado, compostos especialmente de nordestinos, mineiros e paulistas. E o segundo fluxo resultou de nativos das regiões do sudeste e oeste paranaense, integrados por catarinenses e gaúchos, oriundos de colônias de imigração européias (IPARDES, 2004).

Assim, a Mesorregião Centro Ocidental comportou no início dos anos 1970 aproximadamente de 530 mil habitantes, representando uma área consideravelmente populosa no interior do Estado, traço principal do processo histórico da ocupação desta região. Ainda que não seja considerada uma rica economia cafeeira, nos anos seguintes, como a Mesorregião Norte Central, o Centro Ocidental uniu-se ligeiramente ao movimento de expansão da agricultura moderna, a qual se instaurou no Paraná principalmente a partir da década de 1970, marcada pela entrada de novas técnicas de cultivo, substituição da cultura do café pela produção de soja/trigo e aumento das áreas de pastagens, sendo todos estes fatores extremamente poupadores de mão de obra no campo.

Com isso, entre os anos de 1970 e 1980 essa Mesorregião foi uma das que demonstraram as mais elevadas taxas de déficit populacional, tanto em relação à população rural quanto ao conjunto populacional.

Nesse cenário demográfico, o componente migratório, sem dúvida, vem apresentando grande relevância. Na capacidade de introdução de modernizadas atividades agrícolas, do meio rural da região emanaram contingentes migratórios negativos significativamente elevados no passar dos últimos dez anos do século XX.

5.2 ASPECTOS POPULACIONAIS DO MUNICÍPIO

A população de Corumbataí do Sul, em 2000, era composta por 4.946 habitantes, distribuídos entre as zonas urbana e rural. Em 2010, conforme dados do Censo 2010 (IBGE), essa população reduziu-se para 4.002 habitantes. As maiores concentrações populacionais da

zona rural desse município encontram-se nas seguintes comunidades: Bairro Mercadão, Bairro dos Borges, Bairro Guaraci, Bairro Santo Antonio, Bairro Souza Leão e Bairro Água do Jucá.

O comparativo dos dados populacionais demonstra que o município teve perda de população em torno de 20% (2000-2010), sendo, em 2010, o índice de concentração demográfica maior na área urbana, como mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Dados populacionais de Corumbataí do Sul 2000 e 2010

População	2000		2010	
	Quant	%	Quant	%
Urbana	1.998	40,39%	2.127	53,14%
Rural	2.948	59,61%	1.875	46,86%
Total	4.946	100%	4.002	100%

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

Comprovando a tendência de perda de população do município, pode-se observar que, num período de 40 anos, houve uma redução da população superior a 63,60%, como mostra a Tabela 3.

O fenômeno de perda de população é observado em muitos dos municípios da região, e também brasileiros, onde a população em busca de melhores condições socioeconômicas migra para outros centros. Geralmente essa tendência está associada à perda da capacidade produtiva do município de origem, o que acarreta a falta de condições de subsistência de sua população.

No caso do município de Corumbataí do Sul, a perda de população demonstrada, pode ter como causa provável, a redução da cultura do café no município, a qual pela sua característica demandava considerável contingente de mão de obra. A erradicação de vários hectares plantados fez com que a população residente na área rural, onde a perda de residentes é mais acentuada, procurasse nos centros urbanos melhores condições de subsistência.

Tabela 3 – Evolução demográfica do município de Corumbataí do Sul, 1970-2010

Ano	População					
	Urbana	%	Rural	%	Total	%
1970	609	5,54	10.384	94,46	10.993	100%
1980	1.396	15,78	7.453	84,22	8.849	19,50%
1990	1.762	26,53	4.800	73,47	6.642	39,58%
2000	1.998	40,39	2.948	59,61	4.946	55,01%
2010	2.127	53,14	1.875	46,86	4.002	63,60%

Fonte: IBGE e IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

A perda de população que o município de Corumbataí do Sul sofreu (ver Tabela 3) também está refletida na sua densidade demográfica, que apresenta um decréscimo de 2,62% no período de 2000 a 2010. Especificamente em relação ao Estado do Paraná, podem-se notar dois aspectos importantes: 1) que os percentuais do município em questão são bem inferiores aos do Paraná e 2) que Corumbataí do Sul e o Paraná apresentam trajetórias inversas, ou seja, a densidade demográfica diminuiu no município ao passo que há um aumento de 6,80% na do Estado.

Tabela 4 – Densidades demográficas de Corumbataí do Sul e do Paraná, 2000 e 2010

Município/Estado	Habitantes km²	
	2000	2010
Corumbataí do Sul	25,80	23,18
Paraná	45,16	52,40

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

A tabela cinco mostra claramente que a população está concentrada na faixa etária entre 10 e 49 anos. Além disso, pode-se igualmente observar que houve um decréscimo populacional na faixa de 0 a 4 anos, o que significa que a taxa de fertilidade diminuiu, ou seja, que o número médio de filhos por mulher decresceu.

Outro aspecto claro é o crescimento da população acima de 50 anos em especial os de idade acima de 60 anos, com um crescimento de quase 8%, o que supõe que a população de Corumbataí do Sul está envelhecendo.

Tabela 5 – Distribuição da faixa etária do município de Corumbataí do Sul, 2007 e 2010

Faixas	2007	2010
0 a 9 anos	599	539
10 a 19 anos	856	731
20 a 29 anos	622	523
30 a 39 anos	550	552
40 a 49 anos	567	579
50 a 59 anos	431	456
60 anos ou mais	576	622
Total	4.262	4.002

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

Na Tabela 6, pode-se verificar que houve uma queda no número total de domicílios, porem verifica-se um aumento de 24% nos domicílios urbanos e uma queda expressiva de quase 25% dos domicílios rurais de acordo com as informações apresentadas nas tabelas 1, 2 e 4.

Tabela 6 – Habitação do município de Corumbataí do Sul, 2000 e 2010

Indicadores habitacionais	2000			2010		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Numero de Domicílios	643	931	1.574	801	707	1.508
% Relativa	40,85%	59,15%	100%	53,11%	46,89%	100%

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

5.3 ASPECTOS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO

Outra dimensão importante no perfil socioeconômico do Município de Corumbataí do Sul é a educação. No que tange especificamente a esta dimensão, o ensino no município está distribuído em estabelecimentos educacionais municipais e estaduais. A tabela 7 mostra que houve, entre os anos de 2006 e 2011, uma diminuição no número de alunos matriculados principalmente na rede estadual, a qual é responsável pelas séries finais do ensino fundamental e ensino médio.

A estrutura educacional do município (tabela 7) apresentava, em 2006, um total de sete estabelecimentos de ensino, sendo seis de responsabilidade municipal e um de responsabilidade do governo do Paraná. Após 4 anos, o que se pode verificar é a redução do número de estabelecimentos de ensino municipal, permanecendo no mesmo patamar o que era de responsabilidade estadual. Essa redução também pode ser constatada no número de alunos matriculados.

Tabela 7 – Estabelecimentos de ensino/alunos município de Corumbataí do Sul, 2006 e 2011

Instituições	2006		2011	
	Quant.	Nº Alunos	Quant.	Nº alunos
Municipal	6	434	3	298
Estadual	1	729	1	520
Federal	0	0	0	0
Particular	0	0	0	0
Total	7	1.163	4	818

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

A Tabela 8 apresenta o número de alunos matriculados no ensino fundamental e médio nos anos de 2006 e 2010. Os números da tabela mostram claramente que houve uma redução da quantidade de alunos nos dois níveis em quatro anos. A redução no nível fundamental foi de 31,97% ao passo que no ensino médio a diminuição foi de aproximadamente 22,42%.

Tabela 8 – Alunos por grau de ensino do município de Corumbataí do Sul, 2006 e 2011

Ensino	2006	2011
Fundamental	882	600
Médio	281	218
Superior		
Total	1.163	818

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

Na Tabela abaixo, pode-se notar que em relação aos professores da rede estadual e municipal houve uma redução no número de professores no Município de Corumbataí do Sul em aproximadamente 40,54%, evidenciando os dados das tabelas 7 e 8.

Tabela 9 – Total de Professores 2006 e 2011

Indicadores	2006	2011
Total de Professores	74	44

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é utilizado pelo Governo Federal para medir a taxa de aprovação e o desempenho escolar do ensino fundamental. A

tabela 10 mostra que o município de Corumbataí do Sul apresenta melhor rendimento na fase inicial do que na final do ensino fundamental. Outro aspecto a ser sublinhado aqui é o fato do desempenho escolar do referido município ser inferior ao do Estado do Paraná.

Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Educação Básica – IDEB comparativo município de Corumbataí do Sul/ Estado do Paraná, 2010

	Corumbataí do Sul	Paraná
IDEB/Anos iniciais	4,9	5,6
IDEB/Anos finais	4,0	4,3

Fonte: INEP/MEC, 2012. Organização Própria

Os dados apresentados na tabela 11 referem-se ao percentual de analfabetos nas diversas faixas etárias, sendo considerado analfabeto aquele indivíduo que não sabe ler e nem escrever um simples bilhete. Como se pode observar, houve uma redução na taxa de analfabetismo de todas as faixas etárias.

Tabela 11 – Taxa de analfabetismo segundo faixa etária do município de Corumbataí do Sul, 2000 e 2010

Faixa Etária	2000	2010
De 15 ou mais	23,3	19,22
15 a 19 anos	3,4	1,82
20 a 24 anos	3,9	2,33
25 a 29 anos	7,1	4,14
30 a 39 anos	15,1	7,97
40 a 49 anos	28,0	16,97
Maior que 50 anos	53,0	40,17

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

Os dados acima confirmam que houve progressos consideráveis na área educacional, não sendo coincidência o fato de que foi a dimensão educação a principal responsável, segundo o IPARDES (2012) e PNUD (2003), pelo crescimento do IDH-M, conforme será apontado mais adiante.

5.4 A INFRAESTRUTURA DE CORUMBATAÍ DO SUL

Outra dimensão que não pode deixar de ser mencionada para se ter uma radiografia socioeconômica completa do Município de Corumbataí do Sul é a infraestrutura. No que concerne a esta dimensão, é interessante notar que o município possuía, em 2006, um total de 1.377 consumidores ligados à rede elétrica nas diversas classes, sendo este número acrescido de 127 consumidores em quatro anos (ver Tabela 12).

Tabela 12 – Energia elétrica do município de Corumbataí do Sul, 2006 e 2010

Classe	2006	2010
Residencial	694	826
Industrial	8	8
Comercial	76	78
Rural	559	548
Outras Classes	40	47
Total	1.377	1.504

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

No que tange ao abastecimento de água tratada no município pode-se verificar que Corumbataí do Sul apresenta um aumento de 21% no período de 2006 a 2010 (ver Tabela 13), no atendimento deste serviço.

Tabela 13 – Abastecimento de água do município de Corumbataí do Sul, 2006 e 2010

Classe	2006	2010
Residencial	710	853
Comercial	39	52
Industrial	0	1
Utilidade pública	12	15
Poder Público	21	26
Total	782	947

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

Em relação aos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário (Tabela 14), há uma visível melhoria na medida em que se pode observar a expansão da rede de esgoto

sanitário. Entretanto, a situação apresentada pelo município está aquém da desejada, pois como se observa, das unidades atendidas com abastecimento de água, pouco mais de 38% contam com o serviço de atendimento da rede de esgoto sanitário.

Tabela 14 – Atendimento de esgoto do município de Corumbataí do Sul, 2006 e 2010

Classe	2006	2010
Residencial	390	508
Comercial	28	39
Utilidade Pública	11	13
Poder público	14	16
Total	443	576

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

5.5 ASPECTOS ECONÔMICOS E AGROPECUÁRIOS DO MUNICÍPIO

Torna-se importante discutir outra dimensão essencial na confecção do perfil socioeconômico do Município de Corumbataí do Sul: a dimensão econômica. Neste sentido, este município apresentava, em 2005, um PIB per capita no valor de US\$ 5.670, o qual passou, em 2009, para o patamar de US\$ 7.201,00. Pode-se observar na Tabela 15 que houve o crescimento do PIB per capita tanto do Estado do Paraná quanto do referido município, sendo que o crescimento deste último foi mais acentuado cerca de 27%.

Tabela 15 – Produto interno bruto e per capita do Município de Corumbataí do Sul, 2005 e 2009

Variáveis	2005		2009	
	Corumbataí do Sul	Paraná	Corumbataí do Sul	Paraná
PIB	13.304 (mil)	126.677 (mil)	30.389 (mil)	189.991 (mil)
PIB Per Capita	5.670	15.711	7.201	17.779

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

O município de Corumbataí do Sul possui aproximadamente 666 propriedades rurais, que são ocupadas com as atividades de agricultura e pecuária. Como se pode observar na

Tabela 16, há uma predominância da pequena propriedade rural, que responde por 52,56% do total geral. Cabe aqui salientar que mais de 95% das propriedades possuem menos de 100 hectares.

Tabela 16 – Estabelecimentos agropecuários por grupos de área total, 2006

Grupo de áreas	Quantidade	%
Menos de 10 ha	309	52,55%
De 10 a menos de 100 ha	201	43,39%
De 100 a menos de 1000 ha	13	3,90%
Mais de 1000 ha	1	0,16%
Total	524	100%

Fonte: IPARDES, 2012. Elaboração Própria

Outra característica importante do município é a agricultura familiar, que responde por 78% do total das propriedades, conforme a tabela 17. De fato, são 410 propriedades ocupadas e gerenciadas pelos próprios proprietários.

Tabela 17 – Estabelecimentos recenseados por condição do produtor, 2006

Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
Estabelecimento	ha	Estabelecimento	ha	Estabelecimento	ha	Estabelecimento	ha
410	13.236	46	842	53	694	15	1.064
78%		8%		10%		4%	

Fonte: IPARDES, 2012. Elaboração Própria

A tabela 18 apresenta os diversos tipos de receitas do município de Corumbataí do Sul. A lista das receitas correntes do município demonstra que, com exceção das receitas provenientes da agropecuária e as outras receitas correntes, a grande maioria delas sofreu um significativo aumento, sendo as mais expressivas aquelas referentes às transferências correntes, receita tributária e serviços. Esta última, de fato, apresenta um aumento aproximado a 160%.

Tabela 18 – Receitas correntes do município de Corumbataí do Sul segundo as categorias em R\$, 2006 e 2010

Discriminação/Ano	2006	2010
Receita Agropecuária	37.838,00	15.798,00
Receita de contribuições	60.697,44	69.650,81
Receita de Serviços	23.747,75	61.711,53
Receita patrimonial	25.820,24	59.050,60
Receita Tributária	184.451,03	258.951,05
Receita de Transferências correntes	6.508.241,66	8.196.397,40
Outras receitas correntes	96.817,92	43.177,05
Total	6.937.614,04	8.704.736,44

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

Em relação à utilização das terras no município de Corumbataí do Sul, pode-se verificar que a maior parte da área, com 9.579 ha, é destinada à atividade pecuária. Uma explicação plausível para este fenômeno é o fato do município ter um relevo bastante acidentado, o que dificulta a mecanização da agricultura em grande escala. Neste sentido, 26% do total da área municipal são utilizadas para culturas permanentes e 11,8% para culturas temporárias (ver Tabela 19).

Tabela 19 – Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas – Corumbataí do Sul - 2006

Destinação	Estabelecimentos	Áreas em hectares
Horticultura e Fruticultura	10	194
Lavoura permanente	261	4.133
Lavoura temporária	54	1.870
Pecuária e outros animais	185	9.579
Produção Florestal de florestas nativas	1	X ¹
Produção florestal de florestas plantadas	2	X ²
Total	524	15.836

Fonte: IPARDES, 2012. Elaboração Própria

(1) A soma das parcelas não corresponde ao total porque os dados das unidades territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o caráter “x”.

(2) Idem.

Como se pode observar na tabela 20, até o ano de 2006 a cultura permanente predominante era o café, que possuía no período analisado um total de 2.100 hectares de área ocupada. Em 2010, a área plantada com essa cultura caiu para 2.010 ha; queda de 4,28% devido ao surgimento de outras culturas permanentes como a fruticultura, com destaque para o maracujá que nesse mesmo período aumentou sua área colhida em 108,34% e sua quantidade produzida cresceu 512%.

Tabela 20 – Produto e área colhida lavouras permanentes município de Corumbataí do Sul, 2006-2010

Produto	Área colhida – ha		Quant. Produzida – Ton.		Rendimento Médio – kg/ha	
	2006	2010	2006	2010	2006	2010
Café	2.100	2.010	1.491	2.660	710	1.326
Caqui	1	10	8	15	8.000	1.500
Laranja	-	52	-	1.092	-	21.000
Manga	1	-	12	-	12.000	-
Maracujá	72	150	612	2.000	8.500	13.333
Uva	2	10	8	70	4.000	7.000

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

As lavouras temporárias do município sofreram significativas mudanças em relação ao tipo de cultura no período 2006-2010. A redução das culturas de arroz e milho pode ser justificada pelo baixo preço de mercado desses produtos. Quanto às culturas da cana de açúcar, trigo e soja, houve um aumento significativo, 100%, 200% e 56,25% respectivamente (ver Tabela 21).

Tabela 21 – Produto e área colhida lavouras temporárias município de Corumbataí do Sul, 2006-2010

Produto	Área colhida – ha		Quant. Produzida – Ton.		Rendimento Médio – kg/ha	
	2006	2010	2006	2010	2006	2010
Algodão	50		62		40.000	
Arroz	150	30	180	48	1.200	1.600
Cana de açúcar	15	30	900	1.800	60.000	60.000
Feijão	400	310	495	399	1.238	1.287
Mandioca	300	200	5.400	3.600	18.000	18.000
Milho	1.740	600	6.828	2.448	3.924	4.080
Soja	1.600	2.500	2.584	8.000	1.900	3.200
Trigo	200	600	260	1.380	1.300	2.300

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração Própria

5.6 SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO DO MUNICÍPIO

Os setores secundário e terciário também se revelam importantes na dimensão econômica. Existem no município de Corumbataí do Sul oito indústrias empregando um total de 112 funcionários, sendo o setor predominante o de confecção (ver Tabela 22). O baixo número de empresas nesse setor evidencia um dos principais problemas enfrentados pelos pequenos municípios: a falta de infraestrutura para atrair as indústrias para a localidade. Existe, de fato, uma grande dificuldade não só na capacidade de se oferecer incentivos fiscais, que é uma das possibilidades na atração de empresas, mas também no escoamento da produção, principalmente em função desses municípios, como é o caso de Corumbataí do Sul, estarem distantes dos grandes centros consumidores. Corumbataí do Sul conta com 36 empresas comerciais que oferecem 221 empregos. Nesse setor predomina as atividades de comércio varejista, bares e lanchonetes, oficinas e farmácias (ver Tabela 22).

O comércio do município é bastante incipiente quando analisado em termos de diversificação de produtos, o que pode ser considerado um reflexo do poder aquisitivo da população local, que adquire nesse mercado produtos de consumo básico. O setor de serviços, composto por 23 empresas, conforme tabela 22 é o principal gerador de empregos no município, seguindo a tendência mundial.

Tabela 22 – Composição do setor secundário e terciário do município de Corumbataí do Sul, 2010

Atividade	Empresa	%	Funcionários	%
Indústria	8	12%	112	13%
Comercio	36	54%	221	25%
Serviços	23	34%	528	61%
<hr/>				
Formal	48	72%	611	71%
Informal	19	28%	250	29%
<hr/>				
Pública	2	3%	387	45%
Privada	65	97%	474	55%
<hr/>				
Micro	58	86%	365	42%
Pequena	8	12%	22	2%
Grande	0		0	
Outra	1	2%	474	56%
Total	67		861	

Fonte: IPARDES, 2012 e Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul. Elaboração Própria

De acordo com a Secretaria de Estado da Administração (2012), a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM) é uma das dezessete Regiões político/administrativas do Estado do Paraná. A economia da Região tem na agricultura sua principal fonte de renda, com destaque para o cultivo de soja e trigo. Com exceção, dos municípios de Campo Mourão e Araruna, que apresentam algum destaque industrial, os demais 23 municípios têm no comércio/serviços o principal setor de geração de empregos.

5.7 DIMENSÃO SOCIAL DE CORUMBATAÍ DO SUL

Após uma caracterização econômica do município de Corumbataí do Sul, torna-se importante discutir a dimensão social deste município. Neste sentido, a indigência e a pobreza são elementos essenciais desta discussão. A metodologia utilizada para o cálculo da taxa de

indigentes considera a proporção de indivíduos residentes no município que auferem renda domiciliar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo nacional. Desta forma, a Tabela 23 mostra claramente que houve um decréscimo na taxa de indigentes no período entre 1991 e 2000. A intensidade da indigência considerada, medida em termos percentuais, que separa a renda familiar per capita média dos indivíduos indigentes do valor da linha de pobreza, foi reduzida em 4,68%, índice que significa o percentual de indivíduos que não estão mais em situação de miserabilidade.

O índice relativo ao percentual de pobres, proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo nacional, diminuiu significativamente na análise dos dois períodos, sendo que de 81,64% em 1991 caiu para 52,58% em 2000, uma redução de 29,06%. O percentual de intensidade de pobreza também apresenta uma redução de 9,07% quando analisados os dois períodos.

Tabela 23 – Indicadores de pobreza do município de Corumbataí do Sul, 1991 e 2000

Discriminação/Ano	1991	2000
% de indigentes	54,95	24,87
% da intensidade de indigência	44,70	49,38
% de pobres	81,64	52,58
% intensidade de pobreza	57,67	47,21

Fonte: PNUD, 2012. Elaboração própria

Na tabela 24, pode-se identificar as fontes de renda do município. O que se percebe é que, em 2000, um percentual de 15,83% da população de Corumbataí do Sul tem renda proveniente apenas de transferências governamentais, por exemplo, de aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio (bolsa-escola, seguro desemprego, entre outros). Ainda em 2000, um total de 64,54% dos munícipes tem renda proveniente de rendimentos do trabalho e 15,22% da população de Corumbataí do Sul tinha mais de 50% do total de sua renda provenientes de transferências governamentais. Na análise entre o período de 1991 e 2000, o que podemos perceber é que houve uma redução no percentual de renda proveniente de rendimentos do trabalho em 24,28%. E por consequência um aumento nos percentuais de renda proveniente de transferências governamentais e de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais em 9,56% e 11,01% respectivamente. Uma das causas prováveis é o aumento de aposentadorias e do emprego informal.

Tabela 24 – Indicadores da fonte de renda do município de Corumbataí do Sul, 1991 e 2000

Discriminação/Ano	1991	2000
% Renda proveniente de transferências governamentais	6,27	15,83
% de renda proveniente de rendimentos do trabalho	88,82	64,54
% de pessoas com mais de 50% da renda proveniente de transferências governamentais	4,21	15,22

Fonte: PNUD, 2012. Elaboração própria

A desigualdade de renda também é um indicador importante na composição do perfil socioeconômico de uma região. No caso do município de Corumbataí do Sul, houve uma melhora na desigualdade de renda deste município na medida em que ela passou de 0,580 em 1991 para 0,520 em 2000 (PNUD, 2003).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Corumbataí do Sul e as suas três dimensões estão representados na Tabela 25. Pode-se constatar que o IDH-M cresceu 16,89%, ou seja, houve uma sensível melhora na medida em que ele passou de 0,580 em 1991 para 0,678 em 2000, o que faz com que o município fosse classificado, de acordo com o PNUD (2003), de médio desenvolvimento humano. Outro aspecto importante de se notar é que as três dimensões: educação, longevidade e renda, também apresentaram melhorias no período de 1991 a 2000, sendo que a educação foi a que mais contribuiu para o crescimento do IDH-M.

Torna-se importante sublinhar que o fato da dimensão educação ter sido a principal responsável pelo crescimento do IDH-M é consonante com os dados que foram apresentados na parte inicial deste capítulo. O visível progresso desta dimensão está intrinsecamente relacionado aos esforços do município de Corumbataí do Sul em buscar uma melhor qualidade de vida para os munícipes, embora deva se ressaltar que o referido município está bem longe de ter uma situação confortável ou mesmo ideal. Isso pode ser verificado tanto em sua relação com o contexto nacional, uma vez que ele ocupa 3.327^a posição em relação a todos os municípios brasileiros (5.507), o que significa que 60,39% (3.326) municípios estão em situação melhor e 39,61% (2.180) municípios estão numa situação pior ou igual. Em relação à esfera estadual sua posição é ruim na medida em que ocupa a 378^a posição no ranking, sendo que 94,48% (377) municípios estão numa posição superior ao passo que apenas 5,52% (21) municípios encontram-se num patamar pior ou mesmo igual que o seu.

Tabela 25 – Índice de desenvolvimento humano municipal e suas três dimensões do município de Corumbataí do Sul, 1991 e 2000

Discriminação/Ano	1991	2000
IDH-M	0,580	0,678
IDHM-Educação	0,658	0,775
IDHM-Longevidade	0,611	0,694
IDHM-Renda	0,470	0,566

Fonte: PNUD e IPARDES, 2012. Elaboração própria

Com o objetivo de completar a radiografia socioeconômica do município de Corumbataí do Sul, torna-se importante situar o desempenho deste município dentro da microrregião da COMCAM (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão), que congrega 25 municípios. Neste sentido, a Tabela 26 mostra a intensidade da pobreza nesta microrregião e os dados apresentados mostram que Corumbataí do Sul ocupa a 4ª posição com índice de 47,1, ficando atrás dos seguintes municípios: Altamira do Paraná com 52,04; Roncador, com 48,47; e Nova Cantú, com 47,93.

Tabela 26– Intensidade da pobreza municípios da COMCAM, 2000.

Classificação	Município	Intensidade da pobreza 2000
1º	Altamira do Paraná	52,04
2º	Roncador	48,47
3º	Nova Cantú	47,93
4º	Corumbataí do Sul	47,21
5º	Quinta do Sol	46,96
6º	Mamborê	45,63
7º	Iretama	45,26
8º	Campina da Lagoa	45,22
9º	Joanópolis	45,06
10º	Boa Esperança	44,92
11º	Farol	44,47
12º	Quarto Centenário	43,72
13º	Juranda	43,01
14º	Luiziana	42,40
15º	Goioerê	42,33

Classificação	Município	Intensidade da pobreza 2000
16°	Barbosa Ferraz	41,91
17°	Peabiru	40,86
18°	Ubiratã	40,76
19°	Rancho alegre D'Oeste	40,74
20°	Fênix	40,38
21°	Campo Mourão	39,92
22°	Moreira Sales	38,50
23°	Araruna	36,23
24°	Engenheiro Beltrão	35,45
25°	Terra Boa	31,61

Fonte: PNUD, 2012. Elaboração própria

Conforme a tabela 26, a intensidade da pobreza em Corumbataí do Sul é muito grande, ao analisar a figura 5, pode-se observar que o mesmo está inserido na região de bolsão de pobreza.

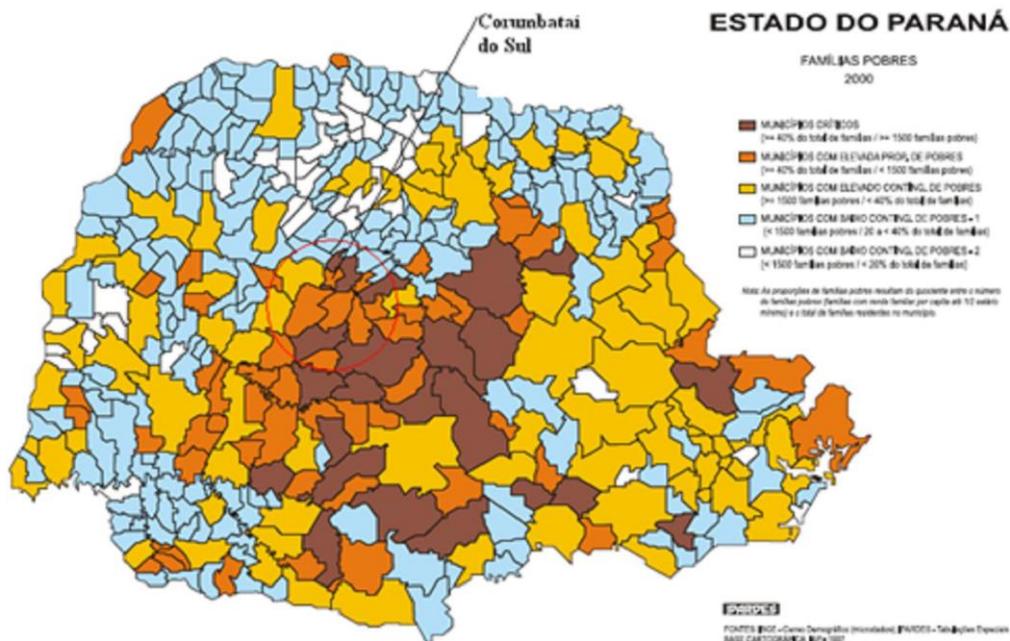


Figura 5 – Mapa da pobreza do estado do Paraná

Fonte: IPARDES, 2000.

De acordo com a figura acima, os municípios de cor laranja possuem elevada proporção de pobreza, isto é, 40% da população vivem com renda familiar per capita de ½ salário mínimo (IPARDES 2000).

Em relação ao IDH-M, Corumbataí do Sul ocupa a 24ª posição dentre os municípios da COMCAM, o que significa dizer que o município está numa situação bastante ruim na medida em que tão somente um município apresenta um desenvolvimento humano inferior ao seu, Altamira do Paraná, (ver tabela 27). Esta situação ruim é plenamente comprovada pelos dados do IPARDES (2012), que situam Corumbataí do Sul na 378ª posição do ranking estadual, ficando atrás apenas de 21 municípios do Paraná, conforme foi salientado acima.

Tabela 27 – IDH-M dos municípios da COMCAM, 2000

Classificação	Município	IDHM - 2000
1º	Campo Mourão	0,774
2º	Engenheiro Beltrão	0,762
3º	Goioerê	0,746
4º	Mamborê	0,745
5º	Terra Boa	0,744
6º	Fênix	0,736
7º	Peabiru	0,736
8º	Ubiratã	0,734
9º	Araruna	0,732
10º	Juranda	0,731
11º	Boa Esperança	0,722
12º	Quinta do Sol	0,712
13º	Campina da Lagoa	0,710
14º	Luiziana	0,704
15º	Moreira Sales	0,703
16º	Farol	0,701
17º	Roncador	0,701
18º	Barbosa Ferraz	0,700
19º	Quarto Centenário	0,700
20º	Iretama	0,699
21º	Rancho Alegre D' oeste	0,698
22º	Nova Cantú	0,698
23º	Joanópolis	0,692
24º	Corumbataí do Sul	0,678
25º	Altamira do Paraná	0,677

Fonte: PNUD, 2012. Elaboração própria

No que tange ao aspecto da desigualdade de renda, o município de Corumbataí do Sul está numa situação muito melhor: ele ocupa a 23ª posição com 0,52, ficando apenas atrás dos municípios de Rancho Alegre do Oeste e Terra Boa. Existem, conseqüentemente, 22 municípios com uma desigualdade de renda mais acentuada (ver tabela 28).

Tabela 28 – Índice de GINI dos municípios da COMCAM, 2000

Classificação	Município	Índice de GINI-2000
1º	Nova Cantú	0,63
2º	Altamira do Paraná	0,62
3º	Campina da Lagoa	0,62
4º	Iretama	0,62
5º	Barbosa Ferraz	0,60
6º	Farol	0,60
7º	Engenheiro Beltrão	0,59
8º	Juranda	0,59
9º	Roncador	0,59
10º	Goioerê	0,58
11º	Mamborê	0,58
12º	Campo Mourão	0,57
13º	Quinta do Sol	0,56
14º	Luiziana	0,55
15º	Moreira Sales	0,55
16º	Peabiru	0,55
17º	Ubiratã	0,55
18º	Boa Esperança	0,54
19º	Fênix	0,54
20º	Janiópolis	0,54
21º	Quarto Centenário	0,54
22º	Araruna	0,52
23º	Corumbataí do Sul	0,52
24º	Rancho Alegre D' oeste	0,51
25º	Terra Boa	0,47

Fonte: PNUD, 2012. Elaboração própria

A tabela 29 apresenta o nível de renda per capita dos municípios da COMCAM. De acordo com estes dados, pode-se observar que Corumbataí do Sul tem o pior desempenho de todos, uma vez que ele ocupa a última posição do ranking, ou seja, o 25ª lugar. Este dado mostra o quão delicada é, em termos econômicos, a situação deste município, uma vez que a microrregião que ele está inserido é bem pobre.

Tabela 29 – Renda per capita municípios da COMCAM, 2000

Classificação	Município	Renda Per Capita – 2000
1º	Campo Mourão	283,08
2º	Engenheiro Beltrão	258,82
3º	Goioerê	227,61
4º	Peabiru	198,81
5º	Terra Boa	196,79
6º	Juranda	193,71
7º	Araruna	188,29
8º	Campina da Lagoa	188,29
9º	Ubiratã	187,83
10º	Boa Esperança	181,61
11º	Mamborê	178,05
12º	Moreira Sales	174,92
13º	Fênix	173,32
14º	Quinta do Sol	162,58
15º	Farol	160,71
16º	Iretama	159,61
17º	Barbosa Ferraz	158,50
18º	Nova Cantú	154,02
19º	Rancho Alegre D' oeste	153,62
20º	Quarto Centenário	148,99
21º	Luiziana	148,15
22º	Roncador	143,17
23º	Janiópolis	139,87
24º	Altamira do Paraná	122,75
25º	Corumbataí do Sul	116,09

Fonte: PNUD, 2012. Elaboração própria

Quanto ao número de empregos formais dos municípios, pode-se notar pela Tabela 30 que o município de Corumbataí do Sul ocupa a 25ª posição dentro da COMCAM. Esta posição precária é condizente com a falta de dinamismo econômico da municipalidade.

Tabela 30 – Número de empregos na região da COMCAM, 2010

Classificação	Município	Número de Empregos - 2010
1º	Campo Mourão	20.720
2º	Goioerê	5.463
3º	Terra Boa	3.918
4º	Ubiratã	3.304
5º	Araruna	3.117
6º	Engenheiro Beltrão	3.115
7º	Moreira Sales	2.406
8º	Campina da Lagoa	1.742
9º	Mamborê	1.669
10º	Peabiru	1.467
11º	Roncador	1.257
12º	Iretama	1.183
13º	Luiziana	1.089
14º	Barbosa Ferraz	924
15º	Juranda	728
16º	Nova Cantú	606
17º	Boa Esperança	601
18º	Quinta do Sol	582
19º	Janiópolis	565
20º	Quarto Centenário	512
21º	Fênix	441
22º	Altamira do Paraná	392
23º	Farol	338
24º	Rancho Alegre do Oeste	338
25º	Corumbataí do Sul	329

Fonte: IPARDES, 2012. Elaboração Própria

Este capítulo objetivou traçar uma radiografia socioeconômica do município de Corumbataí do Sul. Para tanto, foram utilizados os dados disponíveis de diversas fontes, como o IPARDES, PNUD e COMCAM e sempre com a preocupação de situá-lo perante as realidades do Paraná e da microrregião da COMCAM, na qual ele está inserido.

Corumbataí do Sul ainda apresenta um quadro de significativo atraso quando relacionado aos contextos nacional e estadual, e o seu IDH-M reflete bem a sua situação. De fato, ele está classificado como sendo de médio desenvolvimento humano, o que significa que ocupa o 3.327º lugar em relação a todos os municípios brasileiros, ou seja, existem 3.326 municípios em situação melhor e 2180 municípios numa situação pior ou igual. Quando a comparação é feita em relação ao Estado do Paraná, a sua situação não melhora, muito; pelo contrário, é bastante crítica, uma vez que ele ocupa o 378º lugar no ranking estadual, posto esse que o coloca atrás de 377 municípios (94,74%) e acima de tão somente 21 (5,26%) municípios.

Entretanto, são notórias as melhorias alcançadas em todas as dimensões ao longo do tempo. Isso significa que não existe situação irremediável e que novas alternativas devem ser concebidas e incrementadas para que Corumbataí do Sul possa atingir um patamar de desenvolvimento humano mais elevado. No próximo capítulo, o objeto de estudo é a COAPROCOR, que poderá vir a se constituir numa alternativa para o desenvolvimento do município e da região.

6 A COOPERATIVA COAPROCOR

No capítulo anterior, foi apresentado o perfil socioeconômico do município de Corumbataí do Sul. A confecção dessa radiografia deixou muito claro que, apesar das melhorias alcançadas, e comprovadas por vários indicadores, o município se caracteriza por ter consideráveis carências em todas as dimensões, sendo preciso canalizar esforços contínuos para que a realidade, ainda hostil, possa ser transformada.

O presente capítulo tem por objetivo analisar a COAPROCOR (Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região), que pode, pelas suas próprias características e, principalmente, pela natureza do cooperativismo, dar contribuições significativas para o desenvolvimento local.

6.1 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A FORMAÇÃO DA COAPROCOR

Com o objetivo de unir os produtores de café e absorver o melhor preço quando da comercialização do seu produto, foi fundada no ano de 1992, a AMACOR (Associação dos Moradores e Agricultores de Corumbataí do Sul), ficando durante cinco anos sem movimento. No ano de 1997 foi realizada a reestruturação do Estatuto Social onde sua razão social foi alterada para Associação de Produtores de Corumbataí do Sul - APROCOR, com exceção de alguns membros da diretoria executiva, que realizavam em nome da associação algumas comercializações, não havia nenhuma outra ação que envolvesse os demais pequenos agricultores de Corumbataí do Sul.

Até então, a cultura do café em Corumbataí do Sul era a atividade de maior importância econômica. Com a crise de mercado envolvendo o produto e as intempéries que afetaram sua cultura - chuvas de granizo e geadas – a produção teve queda drástica nas safras dos anos de 1997-1999. Como se constata a origem da formação da APROCOR surgiu com intuito de superar as dificuldades provenientes da produção e comercialização do café.

Assim, no ano de 1999, por meio de convênio consolidado entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater-PR) e a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT-PR), com o uso dos recursos do FAT (Fundo de

Amparo do Trabalhador), foram promovidos diversos cursos de Gestão Empresarial em vários módulos, com a finalidade de qualificar o produtor para melhor gerenciar a sua propriedade no âmbito da produção e da comercialização dos produtos. Dentre as pautas programáticas constava o associativismo, com o intuito de evidenciar como essa, até então nova, forma de organização contribuiria para aprimorar a capacitação e os conhecimentos em tecnologias de produção, mercadológicas e gerenciais e, assim melhorar a qualidade de vida das pessoas.

A partir disso, novos caminhos foram sendo abertos, como: visitas a outras organizações associativas, visita a Bolsa de Mercadorias de Londrina, entre outros, passando o produtor rural a acompanhar com mais proximidade a comercialização de sua produção.

O café que até então era vendido na medida quilo/renda, uma vez que os produtores não possuíam informação de mercado, e toda a produção era comercializada por meio de intermediários, passou a partir de março de 1999 a ser comercializado diretamente na Bolsa de Mercadorias de Londrina e em outros canais de comercialização sem a interferência de intermediários e, dessa forma, com o valor por saca mais elevado.

Em razão das dificuldades que envolveram a cultura do café, havia a necessidade eminente de se buscar alternativas de utilização das terras e de geração de renda. Esta busca culminou com a instalação da cultura do maracujá azedo (*Passiflora edulis f. flavicarpa*), no início do ano de 2001, a qual se adaptou muito bem à condição climática da região.

Os motivos da implantação da cultura do maracujá no município de Corumbataí do Sul estão relacionados com as características geográficas locais e a potencialidade econômica dos agricultores de pequenas propriedades. O maracujá se tornou viável em vista dos seguintes aspectos:

- a) Diversificação da pequena propriedade;
- b) Baixo investimento inicial;
- c) Disponibilidade de mão de obra familiar;
- d) Rápido retorno de investimento.

Além dos aspectos enumerados, considerou-se a formação de uma renda programada e o aumento desta com a diversificação de culturas. A cultura do maracujá ocupou também considerável quantidade de terras, que eram, até então, destinadas à pecuária em razão da característica topográfica do município. De fato, por este apresentar grande incidência de relevo acidentado, e como o cultivo do maracujá é feito através de estacas de madeira ou concreto, essas podem ser afixadas em qualquer tipo de terreno.

No início, o grupo apresentou dificuldades em adaptar-se a forma de trabalho associativo, pois o mesmo exigia integração social, confiabilidade na forma de organização e

acesso as tomadas de decisões nas Assembleias Gerais como soberanas. Estas dificuldades fizeram com que grande parte de associados se desligasse e os demais agricultores, que apresentavam interesse em ingressar na sociedade desistissem. O pequeno grupo de aproximadamente 14 sócios que permaneceu na associação trabalhou assiduamente no sentido de demonstrar e conscientizar os demais agricultores das vantagens em se trabalhar em grupo através do sistema associativo.

Conforme o tempo passava, as receitas financeiras com a venda do maracujá começaram de fato a aumentar a renda dos membros que continuaram associados e os demais agricultores do município puderam perceber os pontos fortes da associação, tais como: as vantagens da comercialização em grupo, o aprendizado do convívio em grupo, que em razão da maior quantidade consegue melhor preço no mercado, o banimento dos atravessadores, a compra de insumos em conjunto que oferece melhores descontos, e facilidade em se encontrar recursos para os problemas comuns.

A perseverança desse pequeno grupo foi à etapa inicial do desenvolvimento dessa associação, que tem como força principal os laços cooperativos para a superação das adversidades. Assim, o trabalho empreendido acabou por gerar bons resultados, como se pode observar na tabela 31, que mostra claramente que, em apenas seis anos de existência, o número de associados aumentou em mais de doze vezes, o que é bastante significativo na medida em que revela os bons resultados gerados por esta associação de produtores rurais.

Tabela 31 – Evolução do número de associados da APROCOR, 2001 a 2008

ANO	NUMERO DE ASSOCIADOS
2001	14
2002	68
2003	93
2004	103
2005	144
2006	187
2007	249
2008	298

Fonte: COAPROCOR, 2012. Elaboração própria.

Em 2009, Corumbataí do Sul passou a se destacar como maior produtor de maracujá do Paraná, com mais de 100 hectares plantados, uma safra anual de mais de 1000 toneladas e

com faturamento anual de aproximadamente um milhão e meio de reais. O seu polo industrial, ainda em fase de conclusão, a dificuldade em se comercializar todo esse volume via associação (já que a mesma não podia emitir Nota Fiscal), formação de novas relações de mercado, problemas diversos com produtores associados exigiram uma reestruturação em seu sistema organizacional.

No dia 22 de maio de 2009 realizou-se, na Aprocor, uma assembleia extraordinária e juntamente com todos os produtores associados levantaram-se todas suas dificuldades, chegando à conclusão que o sistema de Associação estava completamente inviável para a realidade do momento. É a partir desta assembleia que foi tomada a decisão de constituir uma sociedade cooperativa como caminho para a solução de seus problemas. Uma comissão providenciou todos os documentos necessários para abertura da cooperativa, inclusive um plano de viabilidade econômica.

No dia 19 de julho de 2009 realizava-se a assembleia geral de constituição da cooperativa, na Câmara Municipal de Corumbataí do Sul, com a presença de 23 produtores. Surgiu, assim, a COAPROCOR – Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região com o objetivo, dentre outros, de prestar serviços aos seus associados, congregando os produtores de sua área de ação e atender o interesse econômico dos mesmos, para oferecer melhores condições de produção e apoiar o processo de comercialização. A nova entidade passou a incentivar ainda mais a diversificação de culturas, sobretudo no que se refere a sua capacitação para o fomento da cultura do maracujá, visando o desenvolvimento local e o bom relacionamento entre o agricultor e a cooperativa.

A COAPROCOR está situada com sua sede na Rua Guarani, s/n, centro, Corumbataí do Sul/Pr.

Até 2009, toda a comercialização das frutas do município era realizada pela APROCOR. Com o surgimento da COAPROCOR, em julho de 2009, todo esse processo foi repassado à cooperativa. A rotina de comercialização permaneceu a mesma, os compradores passam o montante total do valor dos produtos adquiridos à Cooperativa e esta repassa para a conta corrente dos cooperados o valor proporcional aos produtos que individualmente foram entregues, havendo o desconto de 15%, os quais são destinados à manutenção das despesas da Cooperativa.

O maracujá azedo após classificado é comercializado de duas formas: as frutas maiores e com melhor aspecto são vendidas para consumo e aquelas com classificação inferior são vendidas para indústrias de sucos naturais. As frutas destinadas ao consumo são entregues no CEASA de Maringá, São Paulo e redes de supermercados da região.

Já, a comercialização das frutas para a indústria é feita com as empresas que produzem sucos naturais no Estado do Paraná.

Além do maracujazeiro azedo, outras culturas foram implantadas no município, tais como: citros, batata doce, mandioca, tomate e caqui, sendo a cultura do maracujá a mais expressiva, tanto em relação à quantidade de terras ocupadas, quanto na quantidade de toneladas produzidas. Segundo dados do Escritório da EMATER local (2012), em 2008 o município de Corumbataí do Sul é responsável pela produção de aproximadamente 15% do total de maracujá cultivado no Estado do Paraná.

Analisando as tabelas 32 e 33 pode-se observar que a cultura do maracujá implantada no município no ano de 2001 era incipiente e sua comercialização era destinada somente à indústria. Com os bons resultados apresentados, além do aumento da quantidade de área produzida, houve também o aumento do número de produtores da cultura nos anos subsequentes.

Tabela 32 – Relação da comercialização de maracujá para mercado, 2001 a 2008

ANO	CAIXAS	PREÇO MÉDIO POR CX (R\$)	VALOR LÍQUIDO
2001	0	-	0
2002	0	-	0
2003	5.149	6,18	31.820,82
2004	7.988	7,22	57.673,36
2005	8.907	10,11	90.049,77
2006	30.159	11,00	331.749,00
2007	51.679	9,26	478.547,54
2008	48.414	10,51	508.831,14

Fonte: COAPROCOR, 2012. Elaboração própria.

Tabela 33 – Relação da comercialização de maracujá entregues para indústria, 2001 a 2008

ANO	KG	PREÇO MÉDIO POR KG (R\$)	VALOR LÍQUIDO
2001	3.000	0,41	1.230,00
2002	30.000	0,43	12.900,00
2003	275.007	0,42	115.502,94
2004	613.068	0,37	226.835,16
2005	261.621	0,56	146.507,76
2006	416.724	0,57	237.532,68

ANO	KG	PREÇO MÉDIO POR KG (R\$)	VALOR LÍQUIDO
2007	849.901	0,40	339.960,40
2008	923.689	0,44	406.423,16

Fonte: COAPROCOR, 2012. Elaboração própria.

Com o conhecimento e adoção de novas técnicas no cultivo, adquiridas a partir de treinamentos, cursos e palestras ministradas por órgãos como SENAR, FAEP, SERT, SEBRAE e EMATER, com o intuito de capacitar estes agricultores, e por meio de um estudo realizado pela EMBRAPA-PR, selecionou-se a melhor variedade da fruta a ser cultivada no município. Assim, a partir de 2003 o maracujá passou também a ser comercializado no mercado consumidor, o qual agrega maior valor ao produto.

No ano de 2008, a APROCOR comercializou 36.040 caixas de maracujá, que foram destinadas ao mercado; 923.689 kg de maracujá destinados à indústria; O valor total da comercialização no referido ano foi de R\$ 1.140.557,96 conforme se pode constatar nas tabelas 32 e 33.

6.2 ASPECTOS ESTRUTURAIS DA COAPROCOR

A COAPROCOR é uma sociedade de natureza civil e não possui fins lucrativos. Está amparada legalmente pelo artigo 5º da Constituição Federal do Brasil e devidamente legalizada perante os órgãos oficiais. É regida por um Estatuto Social e as decisões são tomadas na Assembleia Geral, por meio do voto de seus cooperados.

Todas as deliberações inerentes a Cooperativa, de acordo com o ESTATUTO SOCIAL (2009), são apreciadas e votadas na Assembleia Geral, na qual prevalece a paridade do valor do voto, ou seja, um cooperado tem direito a um voto, independente do valor de sua integralização de capital ou montante que o mesmo comercializa através da Cooperativa. A Assembleia Geral, normalmente tem como pauta os seguintes assuntos:

- a) Leitura do Edital de Convocação;
- b) Relatório de Gestão;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração de Sobras;
- e) Parecer do Conselho Fiscal;

f) Plano de Trabalho e Orçamento;

g) Destinação das Sobras.

A COAPROCOR localiza-se no mesmo espaço geográfico de uma grande Cooperativa, que atua especificamente na comercialização de grãos, não desenvolvendo no município de Corumbataí do Sul nenhuma ação voltada à diversificação de culturas, principalmente a fruticultura.

A atuação da COAPROCOR junto aos cooperados está pautada nas seguintes ações: apoio à comercialização e diversificação de frutas; promoção de cursos de capacitação aos produtores através de parcerias com as entidades: SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), SERT (Secretaria de Estado do Emprego e Relações de Trabalho), FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná) e EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural); capacitação dos produtores e trabalhadores na produção de maracujá e demais frutas; incentivo ao cooperativismo; apoio ao desenvolvimento rural da região; contribuição para o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida do produtor rural; informação acerca da cotação do mercado de café e frutas; apoio ao benefício e à comercialização de café; assessoria ao produtor com insumos agropecuários; e industrialização de seus produtos, a exemplo do maracujá. Enfim, ela procura disponibilizar aos seus membros serviços que visem facilitar e melhorar as condições de produção e comercialização de suas culturas.

Torna-se importante salientar outra atuação relevante da COAPROCOR, que é a de ajudar aos micro e pequenos agricultores a superarem algumas adversidades, tais como: pouco volume de produção, dificuldade de acesso ao crédito e acompanhamento técnico das culturas. Nesse sentido, a atuação da cooperativa representa uma estratégia capaz de contornar tais problemas, pois a união dos vários produtores resulta numa produção significativa, conseguindo melhor preço de mercado.

6.3 PERFIL DO COOPERADO DA COAPROCOR

A COAPROCOR contou até 30/06/2012, segundo relatório de gestão 01/2012, em seu banco de dados com um total de 642 associados, distribuídos em 30 municípios da região. Ao ingressar na cooperativa o cooperado deverá preencher um cadastro que será apreciado

pela diretoria executiva com intento de avaliar se a cooperativa tem condições de prestar serviço aquele sócio. Na sequência, o cooperado deverá participar de um curso sobre cooperativismo, de 9 horas com no mínimo 75% de aproveitamento. Feito isto, passa a integralizar suas quotas partes de no mínimo duzentos reais. Sua situação será formalizada após ingresso de seus dados no livro de matrícula e registro em ata.

Tabela 34 – Evolução dos numero de cooperados e de empregados – COAPROCOR

ANO	2009	2010	2011	06/2012
Cooperados	86	343	488	642

Fonte: COAPROCOR - Relatório de Gestão 2009, 2010, 2011 e 1º Sem/2012.

Nota-se que em sua constituição, 9 de julho de 2009, até 31 de dezembro de 2009 houve um aumento de aproximadamente 273% de associados. Esse crescimento pode ser registrado em todos os anos, como pode-se notar na tabela 34. De 2009 para o ano de 2010 o aumento de cooperativados foi na ordem de 298%. Em 2011 houve uma evolução de 42% no quadro social da COAPROCOR e até junho de 2012, essa crescente já era superior 31% em relação ao ano de 2011. A razão desse crescimento pode ser atribuída ao ingresso de produtores de outras cidades, destacando-se Barbosa Ferraz e Godoy Moreira.

Tabela 35 – Distribuição dos associados por cidade e ano, 2009 a 06/2012

Município/Ano	2009	2010	2011	06/2012
Corumbataí do Sul	45	109	129	164
Barbosa Ferraz	25	65	87	100
Godoy Moreira	7	93	113	136
Candido de Abreu	0	0	34	34
Arapuã	0	3	14	16
Borrazópolis	0	0	0	1
Cruzeiro do Oeste	0	0	0	16
Fênix	1	1	1	1
Iretama	0	13	21	22
Jandaia do Sul	1	1	8	8
Jardim Alegre	0	15	22	28
Nova Tebas	4	16	16	16
Peabiru	0	1	3	4

Município/Ano	2009	2010	2011	06/2012
Perola	0	0	0	26
Prudentópolis	0	15	17	17
Reserva	0	0	5	17
São João do Ivaí	0	2	2	4
São Pedro do Ivaí	0	0	1	6
Quinta do Sol	1	1	1	1
Luiziana	1	1	1	2
Roncador	1	4	6	7
Campo Mourão	0	1	2	6
Águas de Jurema	0	1	1	1
Lunardelli	0	1	2	2
Lidianópolis	0	0	1	1
Ivaiporã	0	0	1	1
Arapongas	0	0		1
Engenheiro Beltrão	0	0		1
Xambre	0	0		2
Japurá	0	0		1
Total	86	343	488	642

Fonte: COAPROCOR - Relatório de Gestão 2009, 2010, 2011 e 1º Sem/2012.

Nota-se que Corumbataí do Sul detém 25,54% de todos os sócios da cooperativa e que a evolução ano após ano foi muito significativa. Estima-se que de 2009 a 06/2012 o número de Cooperados em Corumbataí do Sul cresceu 264,44%. O crescimento de sócios 2011-2012 foi superior ao crescimento 2010-2011, o que está relacionado à inauguração do polo industrial e à possibilidade de agregar mais valor ao produto do cooperado. Isso fez com que um crescente número de produtores buscasse a cooperativa.

As cidades de Barbosa Ferraz e Godoy Moreira detêm 15,57% e 21,18% respectivamente da quantidade total de sócios da cooperativa. A evolução de sócios nessas cidades de 2009 a 06/2012 foi de 300% e 1.842,85% respectivamente. Essa crescente, principalmente na cidade de Godoy Moreira, se deu pela instalação, em 2010, de uma filial no município, já que sua produção, principalmente do maracujá, e a demanda por produtos agropecuários eram muito expressivas se comparado às outras localidades.

Com base no banco de dados da COAPROCOR, é possível traçar um perfil dos associados efetivados. Em relação à escolaridade dos associados, conforme tabela 36, pode-se observar que 31,46% possuem o ensino fundamental incompleto, 28,81% possuem o ensino fundamental completo, e apenas 1,41% possui superior completo.

Esta situação de baixa escolaridade já foi discutida em Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa em 2010 e protocolada junto ao Núcleo Regional da Secretaria de Educação de Campo Mourão, com a solicitação de implantar, dentro da sede da COAPROCOR, uma sala de aula do Sistema EJA (Educação de Jovens e Adultos), no início do ano de 2011.

Tabela 36 – Escolaridade dos membros da COAPROCOR, 06/2012

Escolaridade	Nº de Associados	%
Ensino Fundamental Incompleto	202	31,46
Ensino Fundamental Completo	185	28,81
Ensino Médio Incompleto	21	3,27
Ensino Médio Completo	197	30,68
Superior Incompleto	28	4,37
Superior Completo	9	1,41
Total	642	100

Fonte: Livro de Matrícula – COAPROCOR, 2012. Elaboração Própria.

Dentre os cooperados, 32,39% estão na faixa etária de 41 a 50 anos; 25,85% encontram-se na faixa etária de 51 a 60 anos e 13,71% na faixa etária maior que 61 anos. Com isso podemos afirmar que mais de 70% dos sócios tem mais de 41 anos.

De acordo com o IBGE (2012), a população economicamente ativa está entre os 10 a 65 anos, com isso, pode-se verificar que a grande maioria dos membros da cooperativa - 86,29% - pertence à faixa etária considerada como População Economicamente Ativa.

Tabela 37 – Faixa etária dos associados da COAPROCOR, 06/2012

FAIXA ETÁRIA	Nº DE ASSOCIADOS	%
Menor de 20 anos	4	0,63
De 21 a 30 anos	67	10,44
De 31 a 40 anos	109	16,98
De 41 a 50 anos	208	32,39
De 51 a 60 anos	166	25,85
Mais de 61 anos	88	13,71
Total	642	100

Fonte: Livro de Matrícula – COAPROCOR, 2012. Elaboração Própria.

Em relação à quantidade de terra, de acordo com FAEP (2012) micro e pequeno produtor é considerado aquele que tem menos de 30 ha. Com isso podemos afirmar que a grande maioria (95,62%) dos cooperados são classificados como micro e pequenos produtores, pois possuem uma área de produção inferior a 30 ha. Apenas 4,38% dos sócios possuem mais de 30 ha.

Tabela 38 – Quantidade de terra dos associados da COAPROCOR, 06/2012

ÁREA DE PRODUÇÃO – HA	Nº DE ASSOCIADOS	%
Até 3 há	196	30,53
3,01 a 5 ha	106	16,51
5,01 a 10 ha	141	21,96
10,01 a 20 ha	139	21,65
20,01 a 30 ha	32	4,97
30,01 a 50 ha	21	3,28
Mais de 50 ha	7	1,10
Total	642	100

Fonte: Livro de Matrícula – COAPROCOR, 2012. Elaboração Própria.

Quanto ao gênero, pode-se observar pela Tabela 39 que 91,9% dos cooperados são do sexo masculino e 8,1% do sexo feminino. Como podemos notar, o número de mulheres ainda não é expressivo, embora a cooperativa tenha apoiado grupos de mulheres para confecção de alimentos caseiros, como mousse de maracujá, bolo de maracujá, pão com farinha da casca do maracujá, etc., porem, de acordo com o Senhor Gerson Rodrigues da Cruz, presidente da COAPROCOR (2012), essa política poderá surtir efeito a longo prazo.

Tabela 39 – Gênero dos associados da COAPROCOR, 06/2012

GÊNERO	Nº DE ASSOCIADOS	%
Masculino	590	91,90
Feminino	52	8,10
Total	642	100

Fonte: Livro de Matrícula – COAPROCOR, 2012. Elaboração Própria.

6.4 DADOS ECONÔMICOS DA COAPROCOR

A COAPROCOR desde sua formação tem apoiado a diversificação de culturas na pequena propriedade em especial o apoio à cultura do maracujá, impulsionando assim o espírito cooperativista, uma vez que a união desses produtores, trabalhando de forma organizada, possibilita a escala de produção, conseguindo assim atingir os grandes mercados.

Tabela 40 – Produção (kg) por cultura/município – ano base 2010

Município/Cultura	Maracujá	Café	Tomate	Uva	Outro
Corumbataí do Sul	404.487,96	77.133,16	3.789,45	18.536,56	29.918,40
Barbosa Ferraz	210.177,67				
Godoy Moreira	299.139,01	21.313,11	61.768,03		666,34
Arapuã	32.515,11				
Fênix	26.012,08				
Iretama	143.066,48				1.972,12
Jandaia do Sul				5.296,16	
Jardim Alegre	37.717,52				
Nova Tebas	97.545,33			9.268,28	1.097,12
Peabiru	24.711,48		1.894,72		
Prudentópolis			8.336,79		
São João do Ivaí	10.404,83				
São Pedro do Ivaí	10.534,89				
Quinta do Sol					
Roncador	2.0159,36				
Campo Mourão		3.044,73			
Águas de Jurema	6.763,14				
Lunardelli	12.615,86				
Total	1.300.604,40	101.491,00	75.789,00	33.101,00	33.654,00

Fonte: COAPROCOR, 2012. Elaboração própria

Nota-se que a cultura do maracujá é ainda a que representa a maior escala de produção em quilos na cooperativa e que o município de Corumbataí do Sul é o que mais produz esta fruta, cerca de 39,10% da produção total, seguido pelos municípios de Godoy

Moreira e Barbosa Ferraz, que entregam em torno de 23% e 16,16% do total de maracujá, respectivamente, na cooperativa.

No que diz respeito à cultura do café, o município de Corumbataí do Sul é o principal fornecedor do produto à cooperativa. Essa representatividade permeia os 76% de toda produção entregue. Em relação ao tomate, Corumbataí do Sul deteve no ano de 2010 apenas 5% do montante entregue a cooperativa. Nesta cultura destaca-se Godoy Moreira com total de 81,50% do total do produto entregue.

Tabela 41 – Produção (kg) por cultura/município – ano base 2011

Município/Cultura	Maracujá	Café	Tomate	Uva	Outro
Corumbataí do Sul	530.054,515	81.640,80	42.526,24	31.807,93	39.051,88
Barbosa Ferraz	245.220,95				
Godoy Moreira	280.287,5459	8.445,60	69.105,14		1.389,159
Candido de Abreu	143.359,94				
Arapuã	75.452,60				
Fênix	47.157,875				
Iretama	207.494,65				7.198,370
Jandaia do Sul				3.717,81	
Jardim Alegre	26.408,41				
Nova Tebas	113.178,90			5.783,26	932,591
Peabiru	35.839,985		7.973,67		
Prudentópolis			15.947,34		
Reserva			130.236,61		
São João do Ivaí	18.863,15				
São Pedro do Ivaí	56.589,45				
Quinta do Sol	15.279,1515				
Roncador	37.726,30				
Campo Mourão		3.753,60			
Águas de Jurema	15.071,65				
Lunardelli	16.071,40				
Lidianópolis	6.224,83				
Ivaiporã	16.033,67				
Total	1.886.315	93.840	265.789	41.309	48.572

Fonte: COAPROCOR, 2012. Elaboração própria

Conforme a tabela 41, em 2011 a cultura do maracujá ainda é a cultura que absorve a maior escala em quilos de produtos na cooperativa. Pode-se notar que de 2010 para 2011 houve em Corumbataí do Sul um aumento de 31,04% de entrega deste produto, fato esse ligado ao aumento do número de associados e ao ótimo resultado obtido na safra de 2010.

A tabela 42 evidencia com clareza a oscilação em quilos dos produtos comercializados pela cooperativa durante o ano de 2010 e 2011. O que podemos notar é que em geral houve um maior número de entregas por quilos de produtos à cooperativa, com exceção do café que apresentou queda de 7,54% em suas entregas.

O tomate foi o produto que mais evoluiu em entregas/quilos no biênio 2010-2011. Seu crescimento atingiu os 250,69%, muito em função da adesão de produtores do município de Reserva ao quadro dos cooperados da COAPROCOR.

Em relação ao maracujá, podemos afirmar que houve um crescimento em volumes/quilos de 2010 a 2011 de 45,03%. Houve, no entanto, uma queda de 4,20% desse produto em relação ao montante de todos os produtos entregues à cooperativa.

Tabela 42 – Evolução das quantidades (kg) comercializadas anos 2010 e 2011

Ano/Cultura	2010	Participação %	2011	Participação %	Evolução %
Maracujá	1.300.604,40	84,20	1.886.325	80,75	145,03
Café	101.491,00	6,57	93.840	4,01	92,46
Tomate	75.789,00	4,90	265.789	11,37	350,69
Uva	33.101,00	2,14	41.309	1,76	124,79
Outro	33.654,00	2,17	48.572	2,07	144,32

Fonte: COAPROCOR, 2012. Elaboração Própria

Conforme tabela 43 contém os dados das Demonstrações de Sobras da COAPROCOR e revela que o faturamento da cooperativa atingiu em 2010 um montante de R\$ 2.897.680,99 e 2011 um total de R\$ 4.382.434,37 distribuídos entre produtos agrícolas e insumos agropecuários, o que representou um crescimento de 51,23%. Deste resultado, o maracujá participou, em 2011, de 40,57% de toda a receita, seguida do café com 31,86% e o tomate com 12,59%.

Tabela 43 – Receitas da COAPROCOR – Anos 2010 e 2011

	2010	Participação	2011	Participação	Variação
		%		%	%
MARACUJÁ	1.640.233,08	56,60	1.778.298,95	40,57	108,41
CAFÉ	807.406,37	27,86	1.396.269,62	31,86	172,93
TOMATE	133.829,77	4,61	551.952,63	12,59	412,42
UVA	112.946,33	3,89	176.388,82	4,02	156,17
INSUMOS AGRÍCOLAS	113.372,51	3,91	350.547,22	7,99	309,19
OUTROS	89.896,01	3,10	128.977,13	2,94	143,47
TOTAL	2.897.680,99	100	4.382.434,37	100	151,23

Fonte: Demonstração de Sobras, 2010 e 2011 – COAPROCOR. Elaboração Própria.

Quanto às sobras, a distribuição da AGO (Assembleia Geral Ordinária) atingiu em 2010 um montante de R\$ 297.248,66, conforme tabela 44; em 2011 esse montante foi de R\$ 356.551,40. O que podemos observar do ano de 2010 para o ano de 2011 houve aumento das sobras a disposição da Assembleia Geral Ordinária de 19,95%.

O crescimento da COAPROCOR foi muito gigantesco em um curtíssimo período de tempo e por ser uma cooperativa nova tivemos dificuldade em conseguir crédito, por isso muitos investimentos tiveram que ser custeados com capital próprio (GERSON RODRIGUES DA CRUZ, produtor rural e diretor presidente. Dados obtidos através da pesquisa de campo).

Tabela 44 – Evolução, em valores reais, das sobras à disposição da AGO – COAPROCOR (R\$) – base 2011

Ano	2010	Participação	2011	Participação	Variação
		%		%	%
Sobras a Disposição da AGO	297.248,66	10,25	356.551,40	8,13	19,95%

Fonte: Demonstrações de Sobras 2010 e 2011 - COAPROCOR – Elaboração própria

Nesta tabela, se compararmos os dois anos em questão, podemos observar que a participação percentual das sobras à disposição da Assembleia Geral caiu em relação ao total da receita. Em 2010 a sobra à disposição da AGO representava 10,25% do total da receita e em 2011 apenas 8,13%, queda de 2,12%.

6.5 COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL: A COAPROCOR ENQUANTO AGENTE INDUTOR DESSE PROCESSO EM CORUMBATAÍ DO SUL

As cooperativas de produtores rurais segundo Veiga (2001) se mostram como uma eficaz forma de agregação social. Segundo o mesmo autor, os motivos que levam um grupo de produtores rurais ou outros seguimentos a se atrelarem em uma sociedade cooperativa estão relacionados ao fato de que a confiança, união e organização são imprescindíveis para o sucesso de qualquer empresa ou grupo social.

As condições de competitividade que sobressaem na economia colocam atualmente em dúvida as possibilidades econômicas dos pequenos agricultores inseridos nos moldes da agricultura tradicional, em se considerando os fatores internos e externos que atingem o funcionamento da unidade de produção.

Como fatores internos, mencionamos o tamanho da propriedade, as diversas relações familiares, além dos custos de produção; e, como fatores externos podem ser citados a política governamental, a tecnologia e o mercado. Em razão dessas influências exercidas por tais fatores é que o produtor rural precisa estar preparado para atuar num ambiente de turbulência, que exige iniciativa, preparo, criatividade e flexibilidade.

No sentido de reverter esse quadro a COAPROCOR tem apoiado a diversificação de culturas, bem como a sua comercialização. O pequeno agricultor rural só consegue sobreviver na propriedade se trabalhar com diversificação de culturas e receber apoio para a comercialização. Por isso a COAPROCOR auxilia os produtores na comercialização de seus, com treinamentos, informações sobre o mercado e aporte logístico, com o objetivo de agregar maior valor à sua produção.

A COAPROCOR incentiva e vende toda a produção do cooperado além de apresentar novas técnicas de manejo. Minha renda melhorou muito. (JOÃO BATISTA CESÁRIO, produtor rural. Informação obtida através da pesquisa de campo).

Conforme a tabela 45, pode-se observar que a COAPROCOR tem contribuído para o aumento de renda dos produtores rurais de toda região, desenvolvendo ações que envolvem a diversificação, que de uma ou outra forma contribui para que tenham melhores condições de sobrevivência no meio rural.

Tabela 45 – Rendimentos (R\$) repassados ao produtor por cultura/município – ano base 2010

Município/Cultura	Maracujá	Café	Tomate	Uva	Outro	Total
Corumbataí do Sul	R\$ 412.577,73	R\$ 489.795,57	R\$ 5.267,34	R\$ 57.463,34	R\$ 73.000,91	R\$ 1.038.104,88
Barbosa Ferraz	R\$ 214.381,22					R\$ 214.381,22
Godoy Moreira	R\$ 305.121,79	R\$ 135.338,25	R\$ 85.857,57		R\$ 1.625,89	R\$ 527.943,50
Arapuã	R\$ 33.165,41					R\$ 33.165,41
Fênix	R\$ 26.532,33					R\$ 26.532,33
Iretama	R\$ 145.927,81				R\$ 4.811,98	R\$ 150.739,80
Jandaia do Sul				R\$ 16.418,10		R\$ 16.418,10
Jardim Alegre	R\$ 38.471,88					R\$ 38.471,88
Nova Tebas	R\$ 99.496,24			R\$ 28.731,67	R\$ 2.676,97	R\$ 130.904,88
Peabiru	R\$ 25.205,71		R\$ 2.633,67			R\$ 27.839,38
Prudentópolis			R\$ 11.588,14			R\$ 11.588,14
São João do Ivaí	R\$ 10.612,93					R\$ 10.612,93
São Pedro do Ivaí	R\$ 10.745,59					R\$ 10.745,59
Quinta do Sol						R\$ 0,00
Roncador	R\$ 20.562,56					R\$ 20.562,56
Campo Mourão		R\$ 19.334,04				R\$ 19.334,04
Águas de Jurema	R\$ 6.898,41					R\$ 6.898,41
Lunardelli	R\$ 12.868,18					R\$ 12.868,18
Total	R\$ 1.326.616,49	R\$ 644.467,85	R\$ 105.346,71	R\$ 102.613,10	R\$ 82.115,76	R\$ 2.261.159,91

Fonte: COAPROCOR, 2012. Elaboração Própria

Tabela 46 – Rendimentos (R\$) repassados ao produtor por cultura/município – ano base 2011

Município/Cultura	Maracujá	Café	Tomate	Uva	Outro	Total
Corumbataí do Sul	R\$ 381.174,38	R\$ 489.844,80	R\$ 64.639,88	R\$ 111.327,76	R\$ 83.180,52	R\$ 1.130.167,34
Barbosa Ferraz	R\$ 176.344,02					R\$ 176.344,02
Godoy Moreira	R\$ 201.561,21	R\$ 50.673,60	R\$ 105.039,81		R\$ 2.958,91	R\$ 360.233,54
Candido de Abreu	R\$ 103.093,43					R\$ 103.093,43
Arapuã	R\$ 54.259,70					R\$ 54.259,70
Fênix	R\$ 33.912,31					R\$ 33.912,31
Iretama	R\$ 149.214,17				R\$ 15.332,53	R\$ 164.546,70
Jandaia do Sul				R\$ 13.012,34		R\$ 13.012,34
Jardim Alegre	R\$ 18.990,89					R\$ 18.990,89
Nova Tebas	R\$ 81.389,55			R\$ 20.241,41	R\$ 1.986,40	R\$ 103.617,36
Peabiru	R\$ 25.773,36		R\$ 12.119,98			R\$ 37.893,33
Prudentópolis			R\$ 24.239,96			R\$ 24.239,96
Reserva			R\$ 197.959,65			R\$ 197.959,65
São João do Ivaí	R\$ 13.564,92					R\$ 13.564,92
São Pedro do Ivaí	R\$ 40.694,77					R\$ 40.694,77
Quinta do Sol	R\$ 10.987,59					R\$ 10.987,59
Roncador	R\$ 27.129,85					R\$ 27.129,85
Campo Mourão		R\$ 22.521,60				R\$ 22.521,60
Águas de Jurema	R\$ 10.838,37					R\$ 10.838,37
Lunardelli	R\$ 11.557,32					R\$ 11.557,32
Lidianópolis	R\$ 4.476,43					R\$ 4.476,43
Ivaiporã	R\$ 11.530,19					R\$ 11.530,19
Total	R\$ 1.356.492,45	R\$ 563.040,00	R\$ 403.999,28	R\$ 144.581,50	R\$ 103.458,36	R\$ 2.571.571,59

Fonte: COAPROCOR, 2012. Elaboração Própria

De maneira geral, o que pode-se observar é que em 2010 a COAPROCOR repassou aos produtores da região R\$ 2.261.159,91, em 2011 esse valor era de R\$ 2.571.571,59.

“Minha renda era menos de um salário mínimo, vivíamos da bolsa família e de diárias, (trabalho boia fria) quando tinha. Hoje nossa renda é maior que dois salários e ainda contratamos os vizinhos para trabalhar na nossa lavoura do maracujá” (CLOTILDE VITORINO DE MATOS GUIROTTO, produtora rural. Informação obtida através de pesquisa de campo).

Em Corumbataí do Sul, só no ano de 2011 a COAPROCOR injetou na economia do município através de seus cooperados R\$ 1.130.167,34. Conforme Canterle (2004) o cooperativismo é um instrumento para o desenvolvimento da agricultura, contribuindo, desta forma, com a criação de mecanismos que contribuem com a autonomia da sociedade no processo do desenvolvimento local e regional.

No processo de desenvolvimento local de Corumbataí do Sul, o cooperativismo tem sido uma alternativa de apoio para a ascensão socioeconômica da população. De acordo com Elias Fernandes da Silva, produtor rural e cooperado da COAPROCOR: “*Se não fosse hoje a COAPROCOR aqui em Corumbataí, os produtores a maioria já teria ido embora.*” (Informação obtida através de pesquisa de campo).

Enfim, entre medidas, ações e estratégias tomadas pelos produtores e gestores da cooperativa fica nítido que a organização, a união e a parceria são fatores relevantes de uma vida cooperativa, refletindo diretamente na economia local. A tabela 47 destaca a importância do setor agrícola na geração do Valor Adicional Fiscal.

Tabela 47- Valor fiscal de Corumbataí do Sul anos 2007 e 2010 – em R\$ 1,00

VAF	2007	%	2010	%
Primária	8.646.827	79,35%	15.559.340	80,95%
Indústria	709.622	6,51%	884.671	4,6%
Serviços	1.540.393	14,14%	2.776.573	14,45%
Total	10.896.842	100%	19.220.584	100%

Fonte: IPARDES, 2009 e 2012. Elaboração própria.

De acordo com a tabela 47, em 2007 o setor agrícola contribuiu com 79,35% para geração do mesmo, em 2010 essa contribuição aumentou 1,6%, ou seja, contribuiu 80,95%. Os dados refletem a importância do setor agrícola, em torno do qual gira a economia local, por isso da importância do fortalecimento deste segmento.

A dinâmica da economia e a divisão internacional do trabalho instigaram a fração empresarial aplicado à agricultura, objetivando maior participação dos produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional, assim como a implantação e desenvolvimento do capital industrial no Brasil. Essa ação alterou as relações de produção, diminuindo drasticamente o trabalho no campo a partir do emprego de tecnologias propostas ao aumento da produtividade do trabalho e da terra.

Apesar dessa realidade, Corumbataí do Sul convive ainda com um processo um pouco diferenciado, que pelas características geoeconômicas já mencionadas, ainda convivia, em 2010, com 46,86% da sua população na zona rural (IPARDES, 2012), sendo este setor o grande empregador da mão de obra local, conforme se observa na tabela 48.

Tabela 48 – População ocupada segundo as atividades econômicas – 2010

ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE DOMICILIAR)	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.	1.285
Indústria extrativista	2
Indústria de transformação	110
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	9
Construção	73
Comércio: reparação de veículos automotores e motocicletas	140
Transporte, armazenagem e correio	33
Alojamento e alimentação	48
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	11
Atividades profissionais, científicas e técnicas	8
Atividades administrativas e serviços complementares	15
Administração pública, defesa da seguridade social	87
Educação	64
Saúde humana e serviços sociais	59
Artes, cultura, esporte e recreação	3
Outras atividades de serviços	22
Serviços domésticos	88
Atividades mal especificadas	89
TOTAL	2.146

Fonte: IPARDES, 2012. Elaboração própria.

Quanto à absorção de mão de obra, podemos observar, conforme a tabela 48, que a agricultura, a pecuária, a produção florestal, a pesca e a aquicultura ocupam 1.285 pessoas, ou seja, 59,88% de toda população ocupada em Corumbataí do Sul. Por isso a importância da união de esforços e o fortalecimento do capital social em busca do desenvolvimento deste setor organizado. O segundo segmento que mais ocupa pessoas em Corumbataí do Sul é o setor de serviços ocupando 749 pessoas ou 34,90% e o setor industrial, menos expressivo, ocupa 5,22% da população.

Os dados do censo demográfico do IBGE (2010) relativos à população ocupada segundo ramo de atividade econômica evidenciam a grande importância do setor primário na utilização de mão de obra ocupada, o que equivale a dizer que a importância política da COAPROCOR, no sentido de desenvolver atividades produtivas, via diversificação, procurando gerar renda aos produtores rurais, é de suma importância.

Nesse sentido, um aspecto relevante de ser ressaltado é o fato de que a COAPROCOR é responsável pela geração de empregos diretos, conforme atesta a tabela 49.

Tabela 49 - Quantidade de empregados COAPROCOR 2010 A 06/2012

Empregados/anos	2010	2011	06/2012
Empregados	12	17	33

Fonte: Livro de Registro de Empregados - COAPROCOR, 2012. Elaboração Própria.

De acordo com a tabela 49, observa-se um crescente aumento de mão de obra ocupada diretamente agregada a COAPROCOR. Segundo Senhor Gerson Rodrigues da Cruz, presidente da COAPROCOR, o valor pago em salários no mês de junho/2012 perfaz um total de R\$ 43.892,00, que, de certa forma, são injetados na economia corumbataiense.

Em relação à mão de obra ocupada indiretamente na COAPROCOR, o senhor Gerson Rodrigues da Cruz revela que na época de polinização e colheita do maracujá, que ocorrem no período de dezembro a agosto, são contratados em torno de 600 trabalhadores diaristas, ao valor de aproximadamente R\$ 40,00 a diária. De acordo com o depoente, é frequente a realização de contratações nos municípios vizinhos por falta de mão de obra disponível no próprio município. Alguns cooperados, que possuem plantações menores, também trabalham como diaristas para os demais cooperados. Essas contratações de mão de obra são direcionadas para as culturas de café e maracujá, uma vez que as demais culturas não demandam um número expressivo de trabalhadores.

Todos os programas de inclusão social do governo, por mais elaborados que pareçam, ainda não são suficientes para um país tão grande como é o Brasil. O apoio do governo é necessário, porém não pode ser tratado como único suporte para uma vida toda, pois o ser humano tem capacidade de buscar suas próprias alternativas de vida e garantir sua sobrevivência de certa forma mais independente.

Foi pensando dessa forma que os gestores da COAPROCOR, numa atitude empreendedora, estão partindo para a verticalização das atividades da cooperativa, com a

inauguração em 06/2012 da primeira agroindústria no município de Corumbataí do Sul, buscando agregar valor a produção do maracujá.

É nesse ponto que alia-se o cooperativismo ao processo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, citado por Franco (2000); e como assegura Frantz (2002), o cooperativismo contém em sua doutrina o desenvolvimento local. A cooperativa promulga uma relação eficaz, uma afinidade circular, em direção a um espaço melhor pela ação coletiva. O desenvolvimento também é um procedimento constituído de relações sociais cooperativas.

Ora, se o *desenvolvimento* pode ser percebido pela melhoria das condições de vida das pessoas, através de um acesso mais qualificado à renda, à riqueza, ao conhecimento, ao poder e à possibilidade de influir nas decisões públicas; O *local* faz referência a um determinado município ou a uma microrregião; A *integração* significa formação de redes sociais; E a *sustentabilidade* ligada à capacidade de auto-organização, de auto reprodução, de autocriação das condições para sua continuidade - (DLIS) Franco (2000). Com isso, pode-se deduzir que a cooperativa COAPROCOR auxilia nesse modelo de desenvolvimento.

A metodologia da DLIS inclui superação da pobreza das pessoas que vivem em locais marginalizados, estimulando o crescimento econômico dos municípios e também o desenvolvimento humano e social, focando na sustentabilidade e inserção.

Diante desse contexto e dos dados apresentados, pode-se observar que há relação entre a COAPROCOR e processo de desenvolvimento local integrado e sustentável de Corumbataí do Sul, e, se conforme Frantz (2002), a cooperativa promulga uma relação de afinidade circular nas relações sociais, voltadas para o desenvolvimento, se pode deduzir que a formação e fortalecimento do capital social, juntamente com sua relação de confiança é uma dimensão essencial para que de fato esse desenvolvimento aconteça de forma sustentável.

7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa de campo, contendo os resultados quantitativos, em forma de tabelas e gráficos e as respectivas análises em forma de comentários, baseados na fundamentação teórica, nos resultados qualitativos obtidos através da observação direta realizada na aplicação dos questionários e conversas informais e, alguns complementos, extraídos da pesquisa documental.

De acordo com as entrevistas, o tempo médio de vínculo com a cooperativa é de aproximadamente 2 anos e meio. Dos 42 sócios entrevistados, um total de 38 cooperados, ou seja, 91%, responderam que já tinham vínculo com o grupo desde a época da associação. Esse vínculo, de acordo com as entrevistas aplicadas, tem em média nove anos.

Quanto à estrutura fundiária da propriedade dos sócios, constata-se que 32 sócios, ou seja, 76,19% possuem menos de 10 ha, destes 81,5%, ou seja, 26 possuem propriedade menor ou igual a 4 ha. Confirmando os dados da tabela 16, fica demonstrado que a maioria das propriedades rurais de Corumbataí do Sul tem área menor que 10 ha. De acordo com a entrevista, 14,28% dos sócios responderam que possuem entre 11 a 25 ha, 2,38%, ou seja, um sócio respondeu que possui entre 26 a 40 há; apenas um sócio também afirmou que sua estrutura fundiária ficava entre 41 a 55 há; e, 4,76% dos sócios entrevistados, ou seja, 2 proprietários afirmaram tem entre 56 a 70 ha. Nenhum sócio entrevistado possui propriedade com mais de 71 ha.

7.1 RAZÕES PARA A ADESÃO À COAPROCOR

Em relação às motivações que levaram os agricultores a se associarem à cooperativa, o gráfico 01 demonstra que 72,54% dos sócios responderam que o principal motivo foi a comercialização da produção; 21,56% responderam que a assistência técnica foi decisiva para a adesão a cooperativa; e, 5,9% responderam que a possibilidade de trabalhar com um mercado institucional foi importante para se associarem a cooperativa. De acordo com Bialoskorski Neto (2002), nas cooperativas de ramo agropecuário ocorre uma forte relação entre a cooperativa, o sócio e o mercado. O que se confirma no resultado de nossa pesquisa,

que corrobora o fator de maior peso para o ingresso dos sócios à cooperativa estar associado à função comercial de seus produtos, ou seja, nas palavras de Bialoskorski Neto (2002), o mercado.

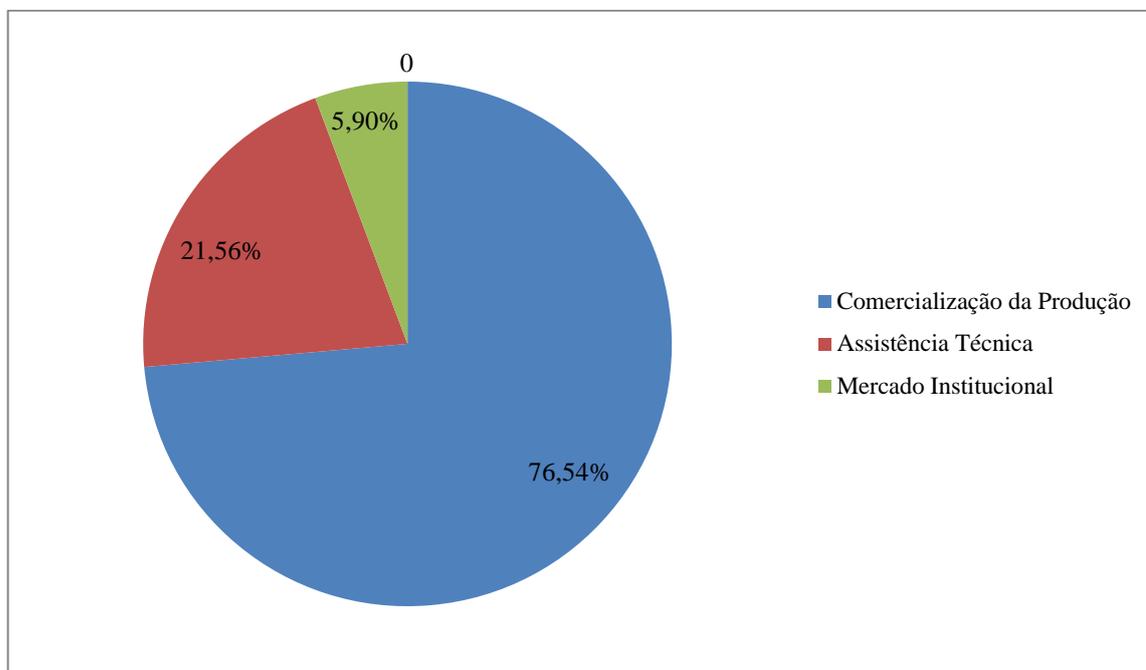


Gráfico 1 – Principal motivo de adesão a cooperativa

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Como o maracujá é o principal produto comercializado pela COAPROCOR, observamos que 78,57% dos cooperados ligaram sua adesão a cooperativa com o produto maracujá e desses sócios 87,87% afirmaram que tiveram apoio da cooperativa para o plantio dessa cultura.

7.2 RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE COOPERADOS E A COOPERATIVA

Conforme Franco (2000), uma cooperativa agropecuária tem poder de criar laços de confiança entre produtores rurais, isso fica expresso no fato do cooperado entregar toda sua produção à cooperativa, na confiança de obter melhor preço, recebimento, armazenamento e venda garantida, entre outros aspectos. Quanto à relação entre cooperados e a cooperativa, os resultados demonstram que a cooperativa cria laços de confiança e credibilidade com o

cooperado. A tabela 50 expressa notas de 0 a 10, onde 0 (ausência) e 10 (forte presença) para indicar os fatores característicos expressam as relações entre os associados e a cooperativa.

Tabela 50 – Fatores característicos nas relações entre membros da cooperativa e a COAPROCOR

ATRIBUTO	NOTA MÉDIA
Confiança	9,23
Cooperação	9,19
Reciprocidade	9,26
Respeito	9,51
Igualdade de Poder	9,26

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração Própria

Em face do exposto, a nota média de 9,29 da soma dos atributos confiança, cooperação, reciprocidade, respeito e igualdade de poder expressa um forte vínculo entre os sócios e a cooperativa. Os laços de confiança e de credibilidade criados pela cooperativa são fundamentais para a formação do capital social. Franco (2000) considera que o capital social constitui em ativo resultante do pertencimento a uma dada comunidade. A confiança criada entre os agentes pertencentes a uma rede de relacionamentos é de fundamental importância para a formação e o fortalecimento do capital social. A confiança possibilita uma maior interação entre participantes, possibilitando que os resultados e os ganhos coletivos sejam maiores que os ganhos individuais.

Se olhar a relação cooperados e cooperativa, pode se afirmar que esses laços de confiança, cooperação, reciprocidade e outros se confirmam em função de outros aspectos como:

1. O agrupamento de produtores com pequena estrutura fundiária que teriam dificuldades para comercializar sua produção agindo de forma individual.
2. A segurança em comercializar a produção do cooperado através da cooperativa, com garantia do recebimento dos produtos entregues.
3. A possibilidade de industrialização da produção do cooperado, aumentando o seu valor agregado.
4. O tempo de vinculação ao grupo, grande parte dos sócios em Corumbataí do sul está atrelada a cooperativa desde o ano de sua abertura.

Na pergunta 07, questiona-se se na cooperativa há pessoas que só pensam em si próprias. O gráfico 2 expressa, que 69,06% dos entrevistados afirmaram que há, porém a minoria, 19,04% afirmaram que na cooperativa não há pessoas que só pensam em si mesmas e 11,9% disseram que a maioria dos sócios só pensam nas vantagens pessoais.

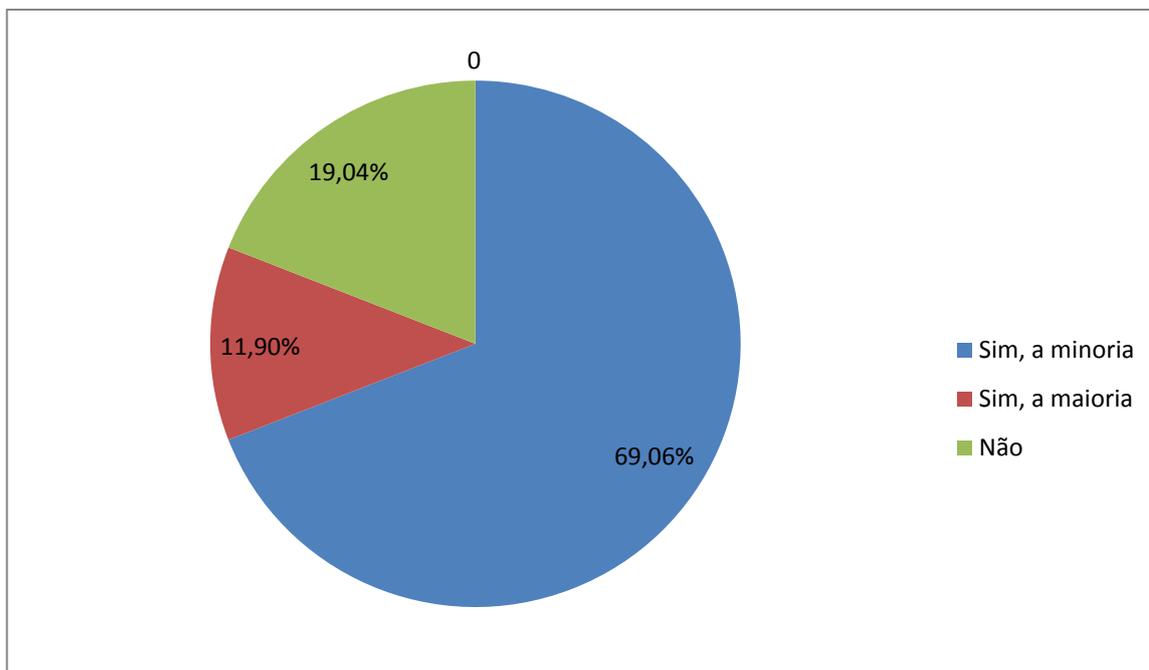


Gráfico 2 – Existência na cooperativa de pessoas que só pensam em si mesmas

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

A análise desses dados assegura que para que o Capital Social exista de fato numa sociedade é necessário que as pessoas subordinem seus interesses individuais aos interesses coletivos; trabalhem em conjunto, buscando objetivos compartilhados e benefícios estendidos a toda comunidade; e sejam capazes de constituir associações, cooperativas, grupos e redes, partilhando valores, normas e gestão comunitária.

Antigamente estávamos à mercê de atravessadores que na maioria das vezes se aproveitavam de nós. Hoje tenho confiança que vou receber por meu produto, e que a cooperativa fará o seu melhor para melhor me recompensar (NELSON MARQUES DE NEIRA, produtor rural. Informação obtida através da pesquisa de campo).

O capital social diz a respeito aos recursos, tais como confiança, cooperação e reciprocidade, associados à existência de conexão ou cooperação entre pessoas e ao empoderamento, ou seja, à democratização do poder que se efetiva com aumento da possibilidade e da capacidade das pessoas influírem nas decisões públicas. Por isso é

fundamental a existência de um corpo administrativo, composto por uma diretoria executiva, que tenha proximidade com o cooperado e que realmente conheça e atenda as necessidades produtivas da coletividade. Nessa questão é de suma importância que haja laços de confiança entre o cooperado e a cooperativa com foco na diretoria executiva uma vez que é ela que representa os interesses do quadro associativo nas tomadas de decisão.

Foi com esta perspectiva que a questão 8 foi elaborada. Através dela o sócio pôde se manifestar se acredita que seus representantes realmente estão preocupados com a qualidade de vida dos associados e o desenvolvimento do município. O resultado da pesquisa mostrou que todos os sócios entrevistados acreditam que seus representantes estão engajados em proporcionar através da cooperativa melhoria na qualidade de vida de seus cooperados e promover desenvolvimento de Corumbataí do Sul.

Ao falar em desenvolvimento local propõe-se a estratégia denominada “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável” DLIS, citada no capítulo 2 dessa dissertação. Franco ao apresentar essa estratégia argumenta que sua adesão se dá principalmente como uma forma de superar a pobreza, estimular a participação das pessoas na condução do seu próprio processo de desenvolvimento através de iniciativas associativas ou cooperativas dentre outras.

A sustentabilidade diz a respeito, na maioria das vezes, ao não esgotamento dos recursos naturais que são necessários para as gerações atuais e futuras, porém, segundo o mesmo autor, os recursos não se limitam aos naturais, mas todos os recursos que se foram gastos sem previsão de seu esgotamento, farão falta para a posteridade. Portanto, a sustentabilidade está ligada à capacidade de auto-organização, de auto-reprodução, de autocriação das condições para sua continuidade.

Nessa perspectiva, podemos entender que *“a sustentabilidade inclui, na dimensão econômica, a criação de mecanismos para um novo sistema produtivo, integrado na base local, através dos quais sejam estimuladas a diversidade e a complementaridade de atividades econômicas, gerando uma cadeia de iniciativas de modo que a agricultura, a indústria e o comércio gerem melhoria nas condições de vida para todos os sistemas envolvidos quer sejam sociais ou naturais”*.

A sustentabilidade na dimensão social inclui o atendimento às necessidades essenciais de uma sociedade, como saúde, educação, habitação, infraestrutura e saneamento básico e a garantia dos direitos fundamentais do ser humano: redução das desigualdades sociais, combate pobreza, dentre outras. Desse modo, deve criar mecanismos para geração de

trabalho e renda e inserção social, de forma a promover condições e dignidade para superar as precárias condições em que vivem muitas pessoas.

Nesse sentido, o gráfico 3 expressa os resultados da questão 9, que foi elaborada com intuito de saber se o cooperado acredita que a cooperativa COAPROCOR é uma organização voltada a sustentabilidade econômica e social.

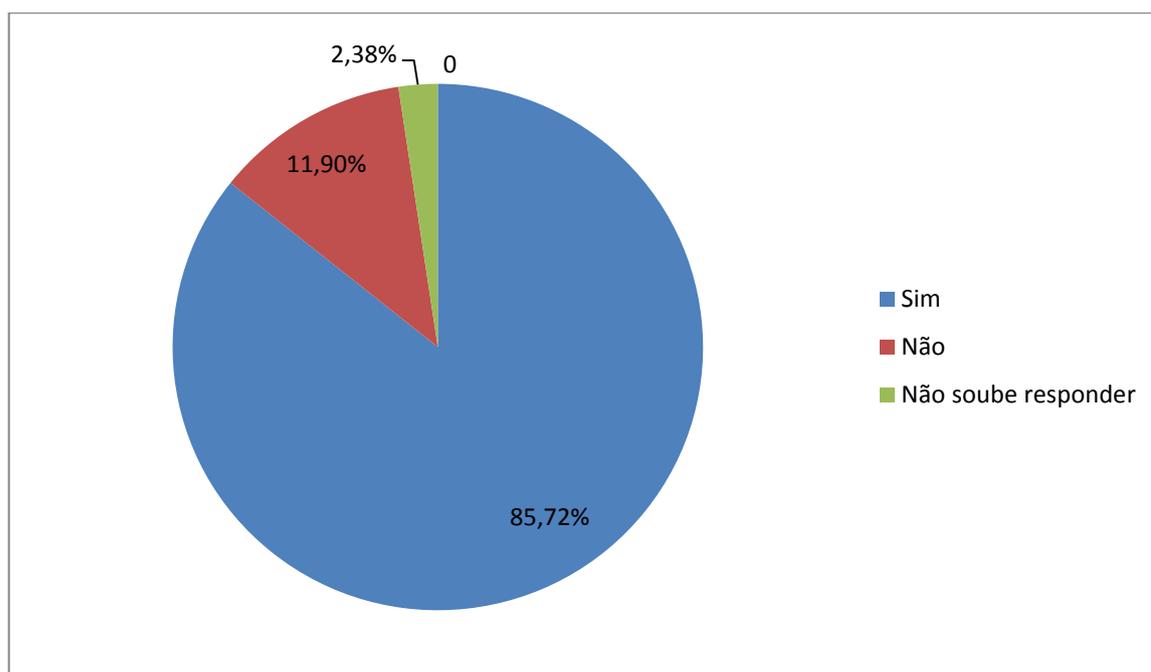


Gráfico 3 – A cooperativa COAPROCOR quanto organização voltada a sustentabilidade econômica e social

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração própria.

Os resultados revelam que 85,72% dos sócios entrevistados acreditam que a COAPROCOR é uma cooperativa voltada para a sustentabilidade econômica e social. 11,9% responderam negativamente e 2,38% dos sócios entrevistados não souberam responder.

7.3 A COAPROCOR ENQUANTO ORGANIZAÇÃO CONTRIBUTIVA PARA A FORMAÇÃO OU MELHORA DE RENDA DO COOPERADO

Todos os 42 entrevistados confirmaram que após sua associação a cooperativa a sua renda melhorou. Destacaram como principais fatores: o fim da exploração, a má fé de

atravessadores, a segurança no recebimento dos produtos entregues, o apoio à diversificação, o aumento de produtividade e o controle de pragas, entre outros.

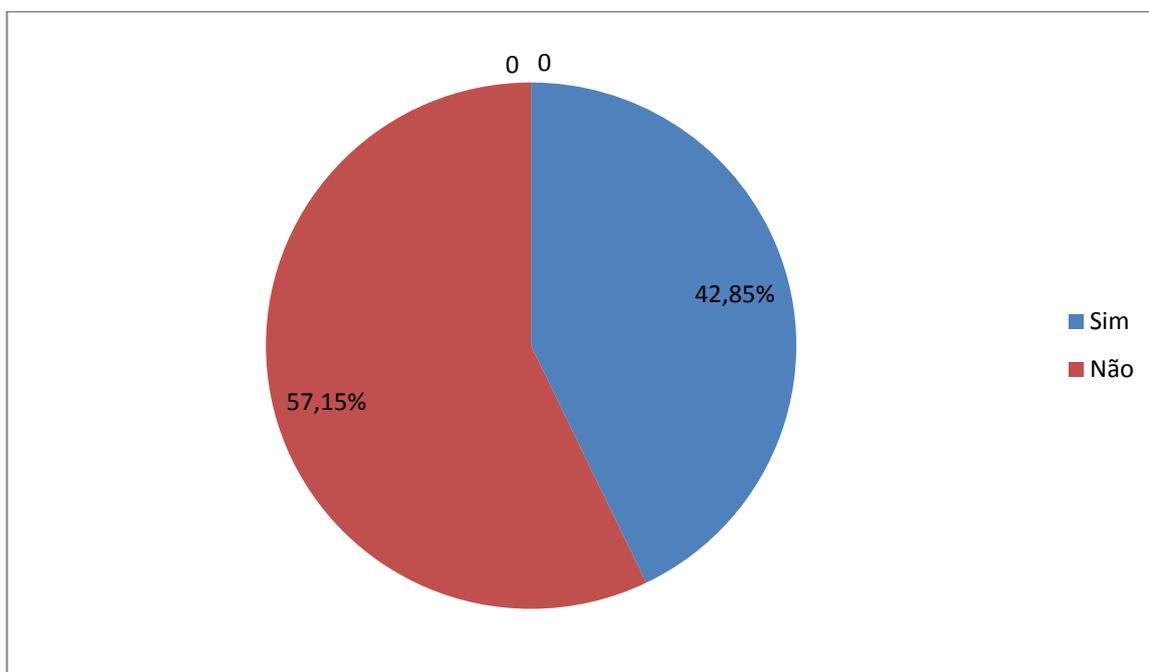


Gráfico 4 – O cooperado possui outra renda

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração própria.

Conforme fica evidenciado no gráfico 4, dos 42 entrevistados 18 sócios, ou seja, 42,85% não possuem outra renda e apenas vivem das fontes da agropecuária; e 57,15% possuem outra renda. O gráfico 5 revela que dos 24 cooperados que possuem outra renda, 33,33% é proveniente de emprego formal, 16,67% provem de emprego informal, 8,33% de repasses ou de bolsas governamentais e 41,67% declararam serem aposentados.

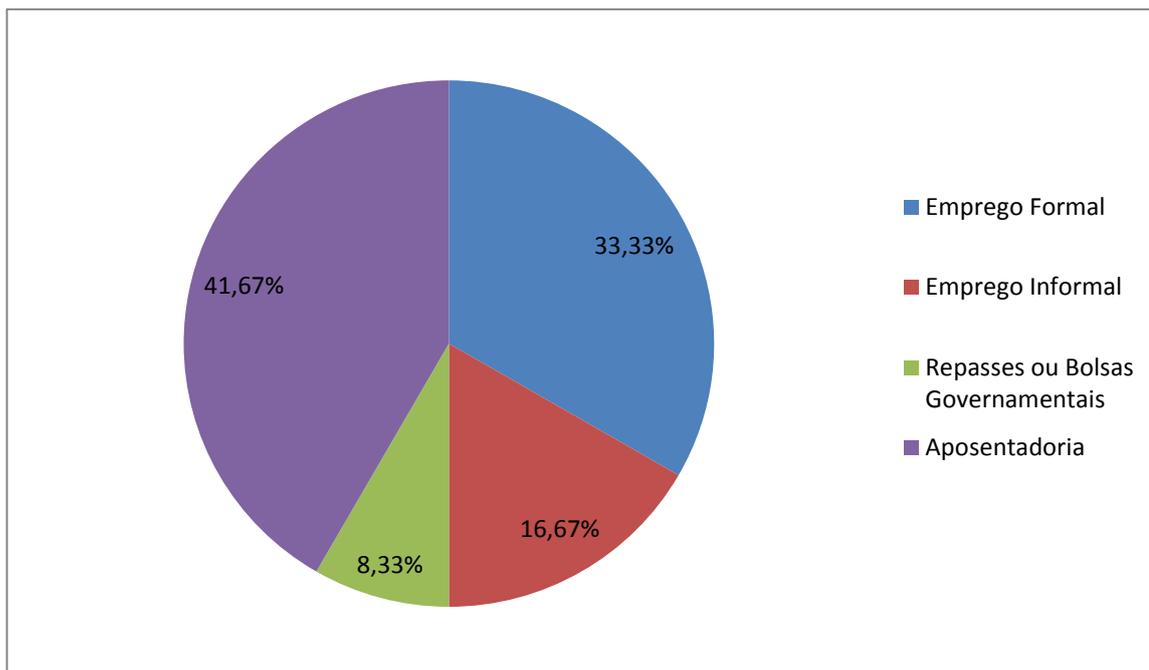


Gráfico 5 – Rendimentos provenientes de outras fontes não agropecuárias

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração própria.

Em relação à renda mensal em salários mínimos (R\$ 622,00), dados de 2012, antes da vinculação à cooperativa, 73,81% informaram ter rendimentos abaixo de um salário mínimo; 19,05% declararam ganhar entre um a um salário mínimo e meio, e 7,14% dos sócios entrevistados assumiram que antes de se vincularem a cooperativa possuíam acima de um salário mínimo e meio.

Após a vinculação com a cooperativa houve uma expressiva mudança no que se diz respeito à renda mensal, ou seja, dos sócios entrevistados que percebiam até um salário mínimo houve queda percentual de 64,29% (apenas quatro sócios entrevistados), ou seja, apenas 9,52% declararam ganhar menos que R\$ 622,00 reais/mês. De acordo com a pesquisa 35,71% dos sócios declararam ganhar rendimentos entre um salário mínimo e um salário mínimo e meio mensal e 19,05% declararam ter rendimentos entre um salário e meio a dois salários mínimos.

A tabela 51 apresenta de forma mais clara e sintética essa variação de renda antes e após a filiação dos produtores junto a COAPROCOR.

Tabela 51 – Rendimentos mensais antes e após vincular-se a cooperativa

Faixas em Salário	Antes de vincular a COAPROCOR		Após vincular a COAPROCOR		
	Quantidade	Participação %	Quantidade	Participação %	Varição %
Até 1	31	73,81%	4	9,52%	- 87,09%
Entre 1 a 1 ½	8	19,05%	15	35,71%	87,50%
Entre 1 ½ a 2	1	2,38%	8	19,05%	700%
Entre 2 a 2 ½	1	2,38%	5	11,90%	400%
Entre 2 ½ a 3			2	4,76%	
Entre 3 a 4	1	2,38%	5	11,90%	400%
Mais de 5			3	7,14%	
Não Sabe					
TOTAL	42	100%	42	100%	

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração Própria

Em relação à porcentagem representativa dos rendimentos agropecuários aos rendimentos totais, o gráfico 6 mostra com muita clareza e objetividade que antes de cooperar-se 45,24% viviam apenas das atividades agropecuárias, e após cooperar-se esse índice caiu 15,18%, ou seja, apenas 38,10% vivam apenas de rendimentos agropecuários. Essa queda pode estar atrelada ao ingresso da renda de aposentadoria já que conforme tabela 37 dessa dissertação 13,71% dos sócios possuem mais 61 anos.

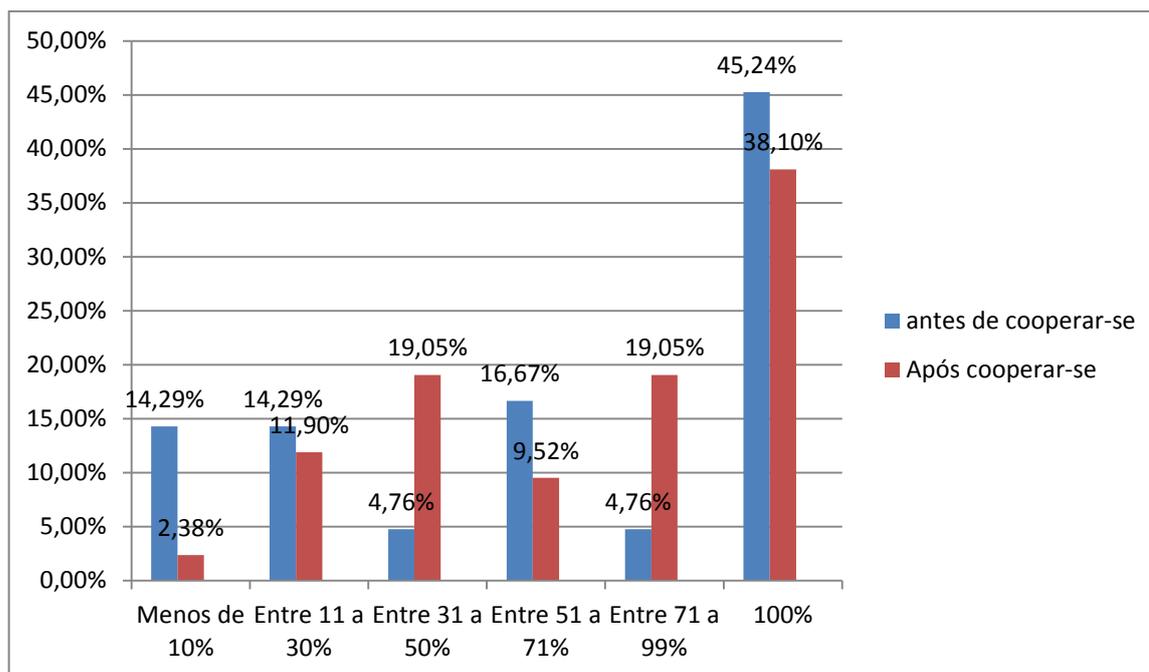


Gráfico 6 – Representatividade dos rendimentos agropecuários aos rendimentos totais

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração própria.

No gráfico 6, pode-se observar que antes de cooperar-se 14,29% dos sócios entrevistados declararam que seus rendimentos agropecuários representavam menos que 10% de seus rendimentos totais. Depois do ingresso na cooperativa apenas 2,38% dos sócios afirmaram que os ganhos auferidos da agropecuária contribuem com menos de 10% de sua renda total.

O que se observa também no gráfico 6 é uma queda no número de produtores que só viviam da agropecuária, pois antes de se associarem à cooperativa, 45,24% dos sócios entrevistados declararam possuir renda apenas da agropecuária e após vincular-se a cooperativa este percentual foi reduzido a 38,10%, isso pode estar atrelado a incorporação de outras rendas, como é o caso da aposentadoria e do emprego formal.

Em relação aos dados acima é importante observar, no entanto, que, tanto antes quanto depois de se associarem à cooperativa mais da metade dos sócios, aproximadamente 66,67%, tinham mais de 50% do total de sua renda proveniente da atividade agropecuária. Isto reforça os dados da tabela 47, que indica que 80,95% do valor fiscal de Corumbataí do Sul, em 2010, foram provenientes do setor primário, destacando mais uma vez a importância do setor e da COAPROCOR para o pequeno agricultor.

Quanto à frequência do recebimento nota-se que antes de cooperar-se 4,76% dos sócios entrevistados recebiam seus rendimentos numa periodicidade semanal, após cooperar-se a mesma porcentagem continuou recebendo seus rendimentos semanalmente. Antes de

coopera-se não havia sócios que tinham rendimentos quinzenais após cooperar-se 11,9% passaram a ter seus rendimentos de quinze em quinze dias. Os dados revelam também que, 50% dos sócios entrevistados declararam que tinham rendimentos mensais antes de cooperar-se, esse percentual elevou-se para 73,81% após cooperar-se, ou seja, houve um aumento de 23,81% de sócios que passaram a receber mensalmente após ingresso na cooperativa.

Um dado que chama a atenção diz a respeito à “‘outra’ forma de periodicidade de recebimento”, 45,24% dos cooperados entrevistados afirmaram que tinham ‘outra’ periodicidade de recebimento, essa forma de recebimento estava atrelada, na maioria das ocasiões, ao café (como a safra do café é anual, por seguinte a dinâmica de seus recebimentos geralmente também se dá anualmente). Conforme dados da pesquisa o que se vê é uma redução no número de pessoas com rendimentos de periodicidade anual de 45,24% para 9,52%.

Com isso, pode-se deduzir que com o ingresso na cooperativa, os agricultores auferiram uma periodicidade menor em seus rendimentos, muitos que recebiam anualmente antes de cooperar-se (45,24%) passaram a receber mensalmente (73,81%), conforme se vê no gráfico 7.

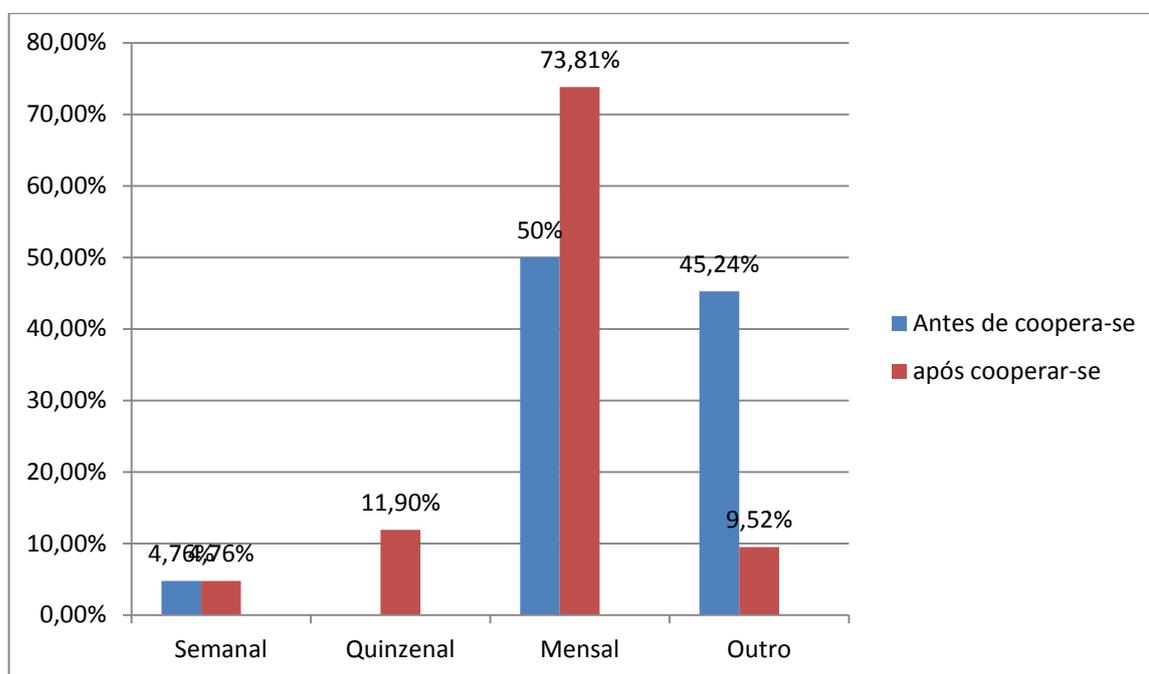


Gráfico 7 – Periodicidade dos recebimentos antes de cooperar-se e após cooperar-se

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração própria

Com relação às atividades desenvolvidas para a cooperativa, conforme expressa o gráfico 8, a pesquisa revela que, 43,53% dos sócios entrevistados desenvolve a cultura do

maracujá em sua propriedade; 30,59% a do café; 4,71% a do tomate; 8,24% a da uva; e 12,94% desenvolve outras culturas. É pertinente lembrar que nessa questão os entrevistados podiam marcar mais de uma opção, visto que a maioria absoluta dos cooperados produz mais do que uma cultura em sua propriedade.

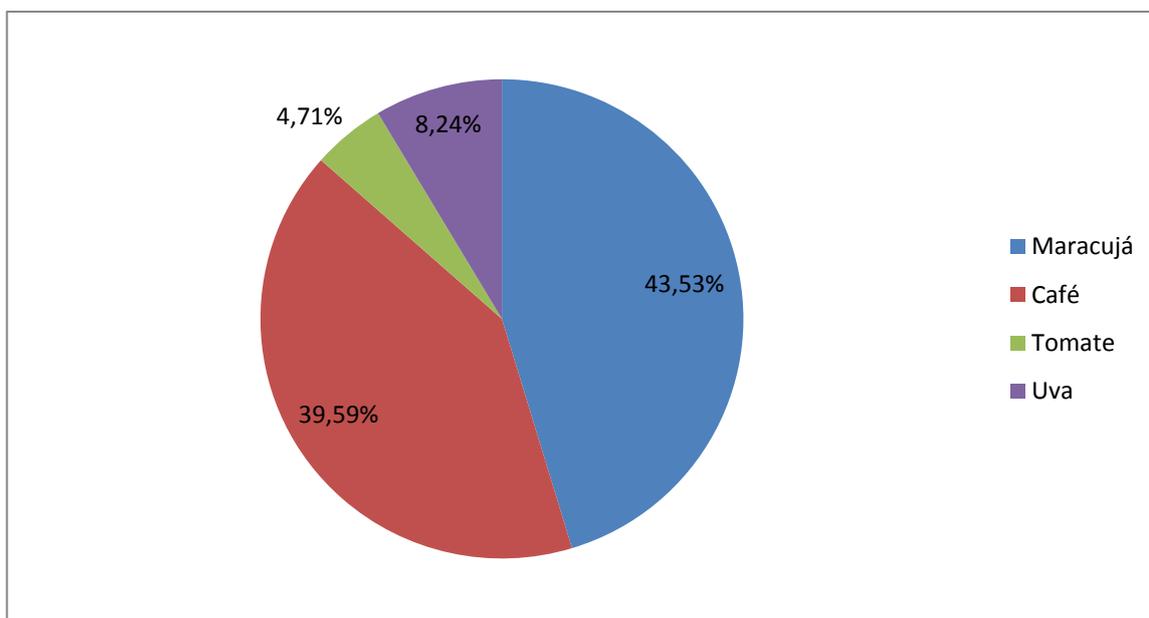


Gráfico 8 – Culturas desenvolvidas para a cooperativa

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

A COAPROCOR promove geração de renda aos produtores rurais, isto foi constatado tanto na pesquisa de campo, uma vez que todos os sócios declararam que houve melhora em sua renda após associar-se à COAPROCOR, quanto na tabela 46 onde se relata o repasse de R\$ 2.571.571,59 aos seus cooperados da região e mais especificamente R\$ 1.130.167,34 aos cooperados do município de Corumbataí do Sul. Além da melhora de renda, a frequência dos recebimentos também melhorou, principalmente para aqueles que viviam apenas do café, onde a frequência de seus recebimentos era anual e agora devido a diversificação de culturas grande parte da periodicidade dos recebimentos (73,81%), são mensais.

As cooperativas especialmente as de produção agropecuária, apresentam duas dimensões consideráveis, a econômica e a social. Normalmente o foco é social, mas mantêm-se uma forte relação com a vertente econômica. Dessa forma, o fator econômico é o principal motivo que leva o produtor a tornar-se sócio da cooperativa, conforme demonstra o gráfico 1, que revela que 76,45% dos agricultores se associam devido a comercialização de seus produtos. Com certeza esse fator também está ligado à geração de renda.

7.4 A COAPROCOR ENQUANTO PROMOTORA DE REDES DE RELACIONAMENTOS COM OUTROS COOPERADOS E ACESSO A NOVOS CONHECIMENTOS

De acordo com a pesquisa de campo o que se nota é que todos os entrevistados afirmaram que o ingresso a cooperativa permitiu melhor relacionamento com os outros produtores.

No que se diz ao tipo de relações consideradas mais importantes entre os produtores no ambiente da cooperativa, o gráfico 9 revela que 45,83% dos entrevistados apontaram a troca de informações gerais como sendo a relação mais importante; a relação comercial foi destacada por 27,08%; a relação social foi apontada por 16,67% dos sócios; e, por fim, a relação profissional e tecnológica foi mencionada por 10,42% dos sócios entrevistados.

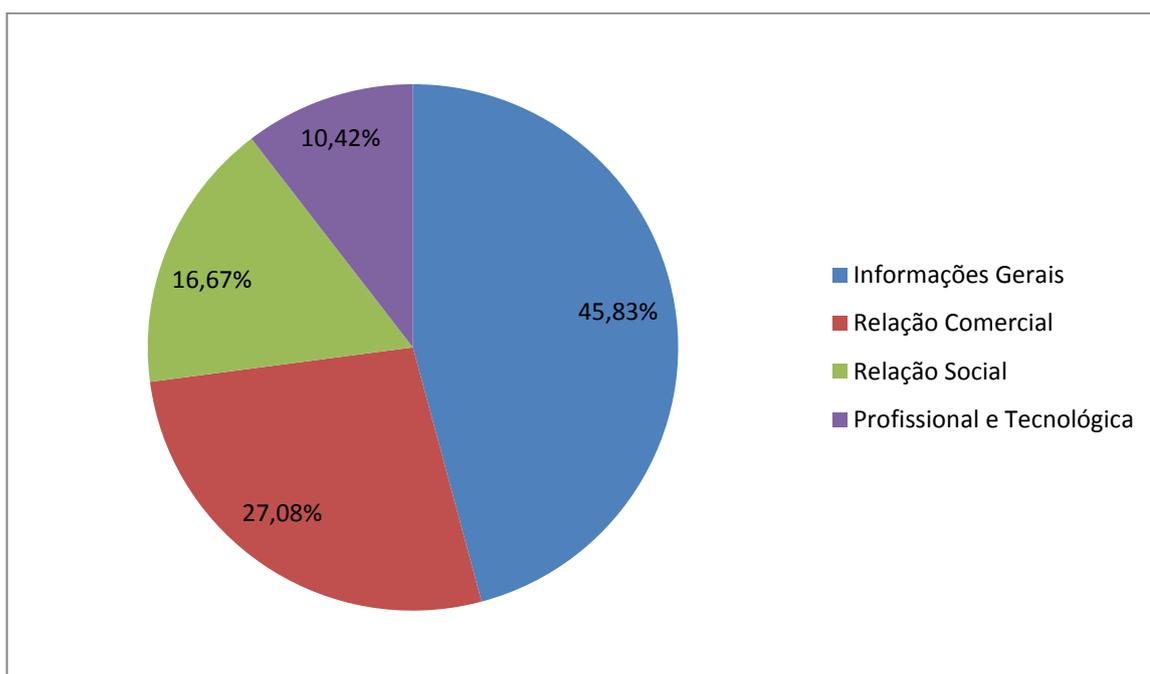


Gráfico 9 – Tipo de relação considerada mais importante entre os produtores

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração própria.

Em muitas das vezes essas relações entre produtores rurais se dá através de eventos promovidos pela cooperativa. A questão 19 revela que 100% dos sócios entrevistados participam dos eventos agenciados pela COAPROCOR. De acordo com a diretoria Executiva da Cooperativa, no ano de 2012 foram promovidos 13 eventos. Nesse sentido, o gráfico 10 revela que 16,67% dos cooperados entrevistados participaram de todos os eventos promovidos pela cooperativa; 30,95% dos sócios participaram de 10 a 12 eventos; ainda de

acordo com a pesquisa 21,43% participaram de 7 a 9 eventos; 23,81% dos sócios revelaram que participaram entre 4 a 6 eventos promovidos pela cooperativa e apenas 7,14% responderam que participaram de 1 a 3 eventos.

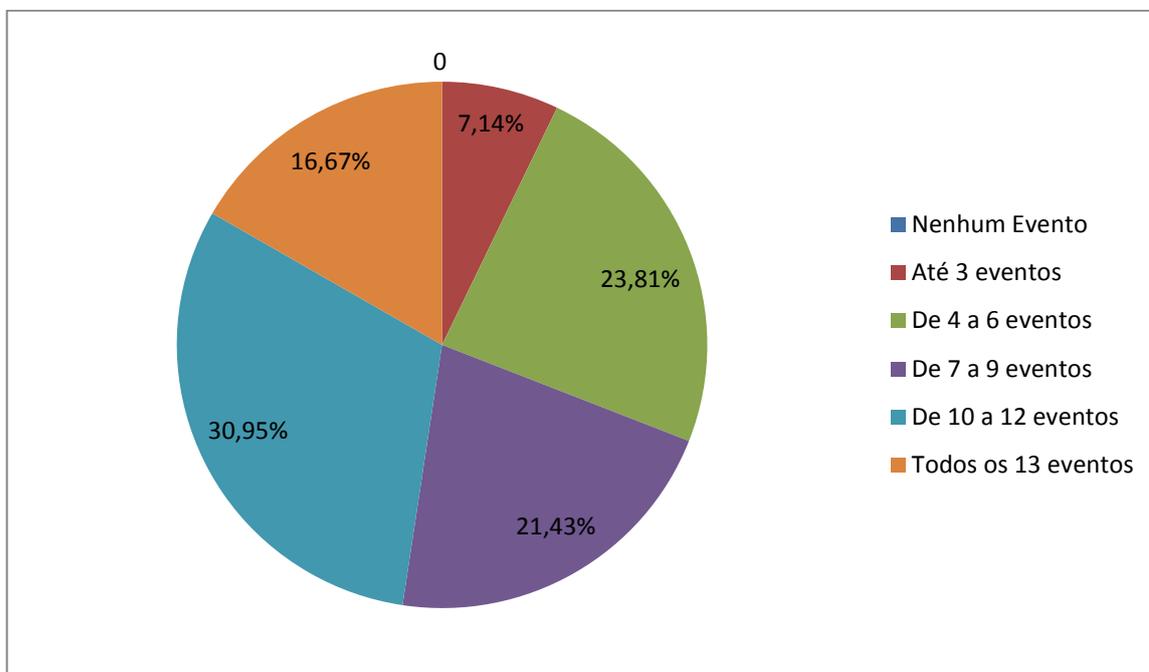


Gráfico 10 – Participação em eventos promovidos pela Coaprocor

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Desses eventos promovidos pela COAPROCOR os mais citados foram “dias de campo”, onde os cooperados se reúnem para trocar informações e aprender novas formas de lidar com sua produção, e “reuniões a campo” que tratam de assuntos diversos desde novas formas de comercialização a industrialização artesanal.

Quando questionados se esses eventos de alguma maneira proporcionavam algum tipo conhecimento que poderia ser aplicado na produção e que, possivelmente, reverteria em renda para o cooperado, todos os 42 entrevistados manifestaram que sim. E, na sequência, perguntados sobre a nota que atribuiriam ao evento, no quesito promoção do conhecimento a ser aplicado no seu cotidiano, os entrevistados pontuaram com nota média de 8,03 a qualidade do curso/evento que participaram.

De forma geral, os resultados demonstram que a cooperativa é uma instituição que promove a participação e a aproximação entre produtores rurais. Esta aproximação fortalece tanto laços horizontais quanto verticais, ou seja, possibilita reunir vários sócios em um mesmo local para troca de informações e promove novos conhecimentos sobre sua atividade.

Os indivíduos auferem muitos benefícios pela sua participação em grupos e o capital social pode se fortalecer nos seguintes elementos: primeiro, na relação social mesmo, a qual permite aos indivíduos possuir acesso a novos recursos e novas informações, e, segundo, no montante e qualidade desses recursos.

Com isso, podemos afirmar que a cooperativa cria redes de relacionamentos com os cooperados e promove, de forma conjunta, o acesso a novos conhecimentos. Os resultados mostram os altos índices de satisfação dos cooperados em relação ao ambiente cooperativo, o que pode ser verificado, também, através do alto índice de participação nos eventos, com ganho de novos conhecimentos e, conseqüentemente, com o fortalecimento do capital social local.

7.5 POSIÇÃO DO COOPERADO FRENTE À ESTRUTURA ECONÔMICA DE CORUMBATAÍ DO SUL

Na questão 23, colocou-se em pauta qual o percentual aproximado da renda mensal dos associados gasto em Corumbataí do Sul. Conforme o gráfico 11, os resultados revelam que 2,38% gastam em Corumbataí do Sul entre 1 a 25% do total de sua renda; 14,29% consomem entre 26 a 50% de sua renda no município; 26,19% gastam entre 51 a 75% de sua renda em Corumbataí do Sul; e 57,14% destinam mais de 76% de sua renda total no município.

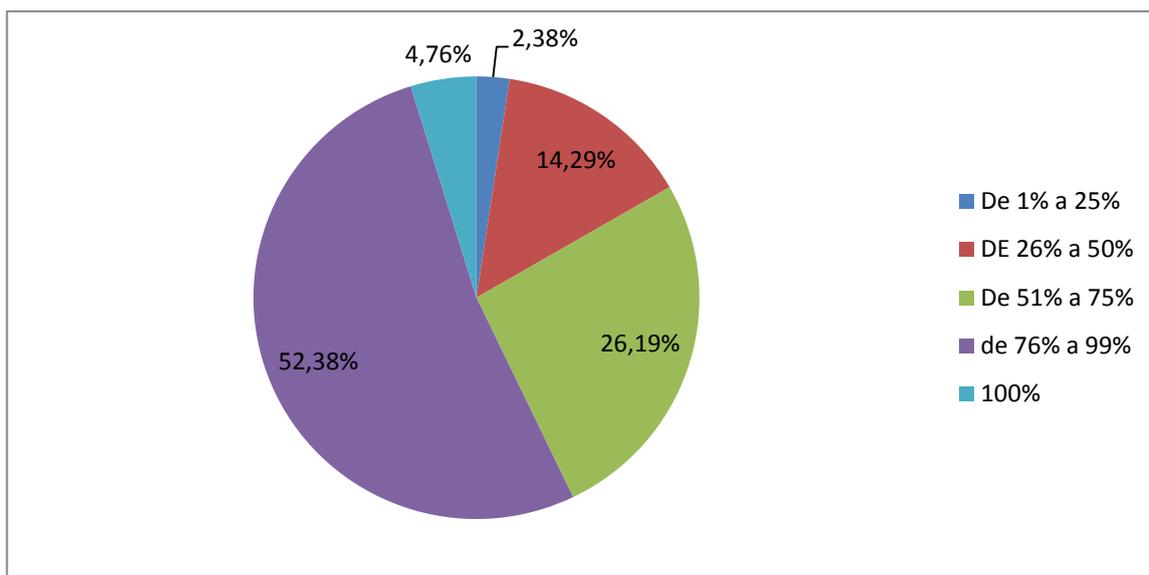


Gráfico 11 – Relação da renda do cooperado ao montante gasto em Corumbataí do Sul

Fonte: Pesquisa de campo, Elaboração própria.

Em relação aos motivos que levam o consumo em Corumbataí do Sul, a pesquisa revela que 79,07% dos sócios adquirem produtos ou serviços no município pela disponibilidade ou acesso rápido ao produto desejado; 2,33% consomem na cidade porque acham os preços atrativos; 2,33% dos pesquisados acreditam que a qualidade dos produtos fazem que sejam adquiridos no local e 16,28% dos entrevistados mencionaram outros motivos que levam o consumo em Corumbataí do Sul.

Quanto ao investimento de fato da renda em Corumbataí do Sul antes de cooperar-se, observou-se que 14,29% revelaram que não investiam nada no município; 45,24% dos sócios afirmaram que investiam entre 1% a 25% de sua renda em Corumbataí do Sul; e 40,48% revelaram que aplicavam mais que 25% de sua renda no município.

Depois de estarem cooperativados, conforme gráfico 12, todos revelaram que investem em Corumbataí do Sul. Destes, 47,62% declararam investir de 1% a 25% de sua renda e 52,38% revelaram investir mais que 25% de sua renda no município. As formas de investimentos mais citadas foram: ampliação da área produção, melhorias nas instalações de armazenamento de produtos e, para alguns, a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos.

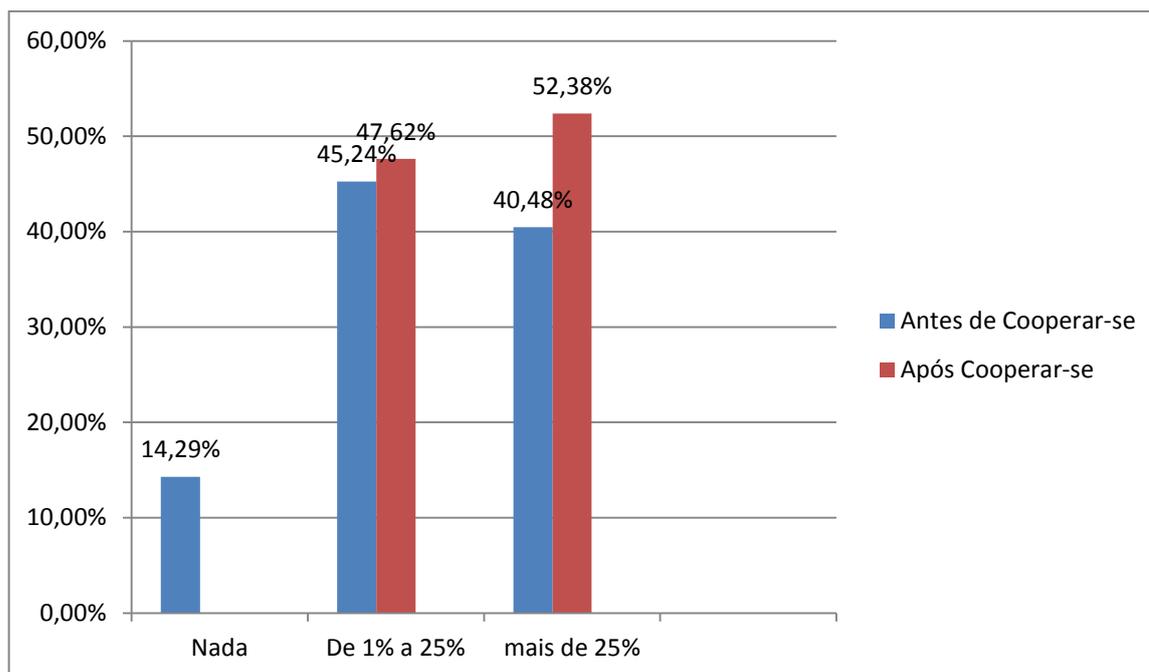


Gráfico 12 – Percentual da renda anual investida em Corumbataí do Sul

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Nesta dimensão econômica, o que se pode observar pela pesquisa é que a maioria dos cooperados entrevistados (83,33%) gasta sua renda no próprio município e destes 79,07% preferem gastar em Corumbataí do Sul pela disponibilidade dos produtos desejados. Os investimentos realizados em Corumbataí do Sul, de acordo com a pesquisa, aumentaram, visto que, após ingresso na cooperativa, esses investimentos aumentaram consideravelmente.

7.6 VISÃO DO COOPERADO QUANTO A IMPORTÂNCIA DA COAPROCOR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL DE CORUMBATAÍ DO SUL

Nesta sessão da pesquisa procurou observar a importância da COAPROCOR segundo o olhar do cooperado em relação ao Desenvolvimento Local Integrado Sustentável. Nas respostas às questões formuladas os entrevistados poderiam classificar essa importância em: pouca, nenhuma, média, muita, ou, que não soube responder.

Em se tratando da visão econômica, conforme o gráfico 13, 14,29% dos sócios entrevistados considera média a relevância da COAPROCOR para o ambiente econômico em Corumbataí do Sul; já 85,71% dos cooperados asseguram que é de muita a importância a presença da cooperativa para o meio econômico do município.

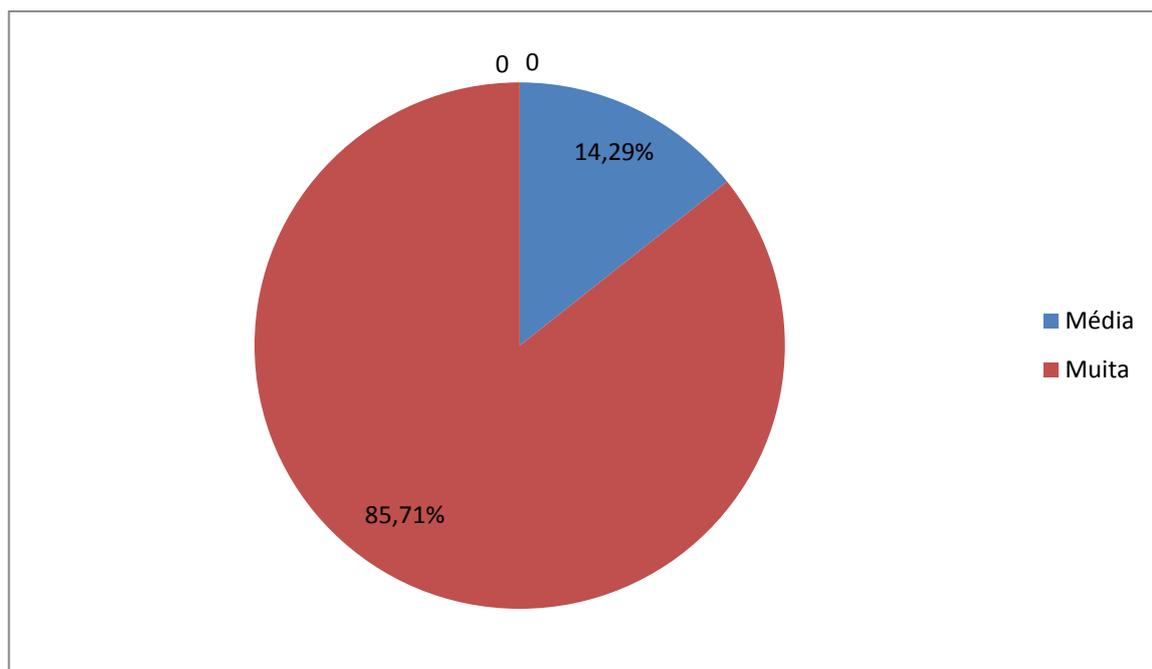


Gráfico 13 – Visão do cooperado quanto a importância econômica da COAPROCOR ao município de Corumbataí do Sul

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Na questão 28, questionou-se a importância da cooperativa para a organização rural em Corumbataí do Sul. Dos sócios entrevistados 11,90% consideram média a importância e 88,10% responderam que é muita a importância da COAPROCOR para o meio rural do município, conforme expressa o gráfico 14.

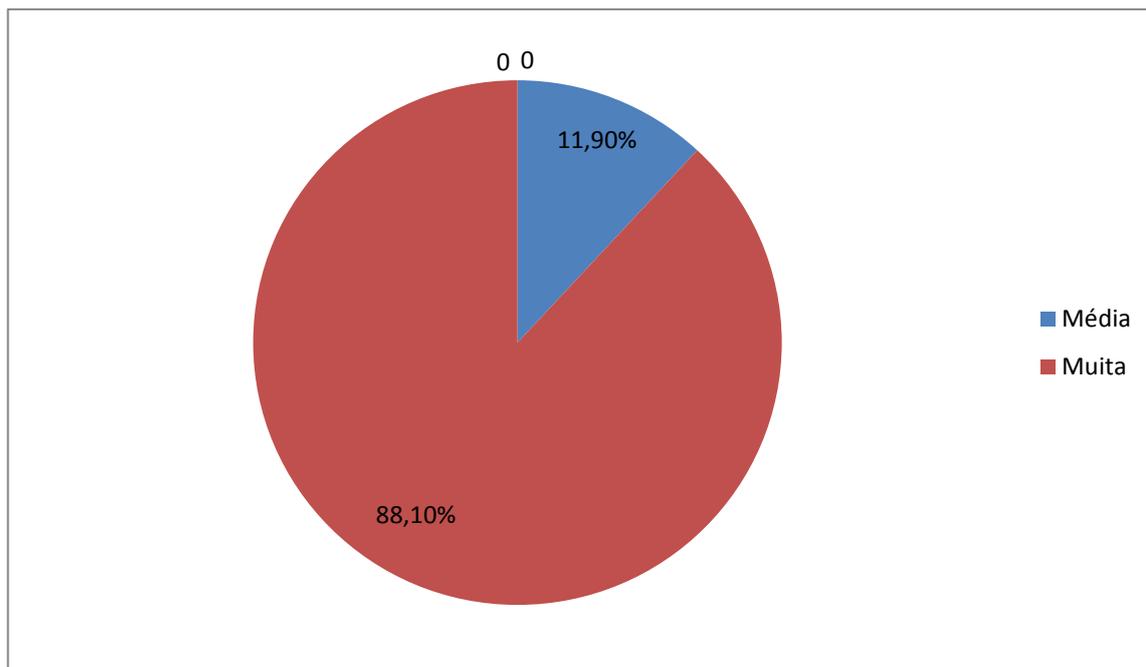


Gráfico 14 – Visão do cooperado quanto a importância da COAPROCOR à organização rural de Corumbataí do Sul

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

A questão ambiental também mereceu referência. Ao serem questionados sobre a importância da COAPROCOR para o meio ambiente de Corumbataí, conforme pode ser observado no gráfico 15, dos 42 sócios entrevistados, 9,53% entendem ser de pouca relevância; 28,57% responderam ser média; e, 61,90% consideraram de muita importância a atuação da COAPROCOR para o meio ambiente do município.

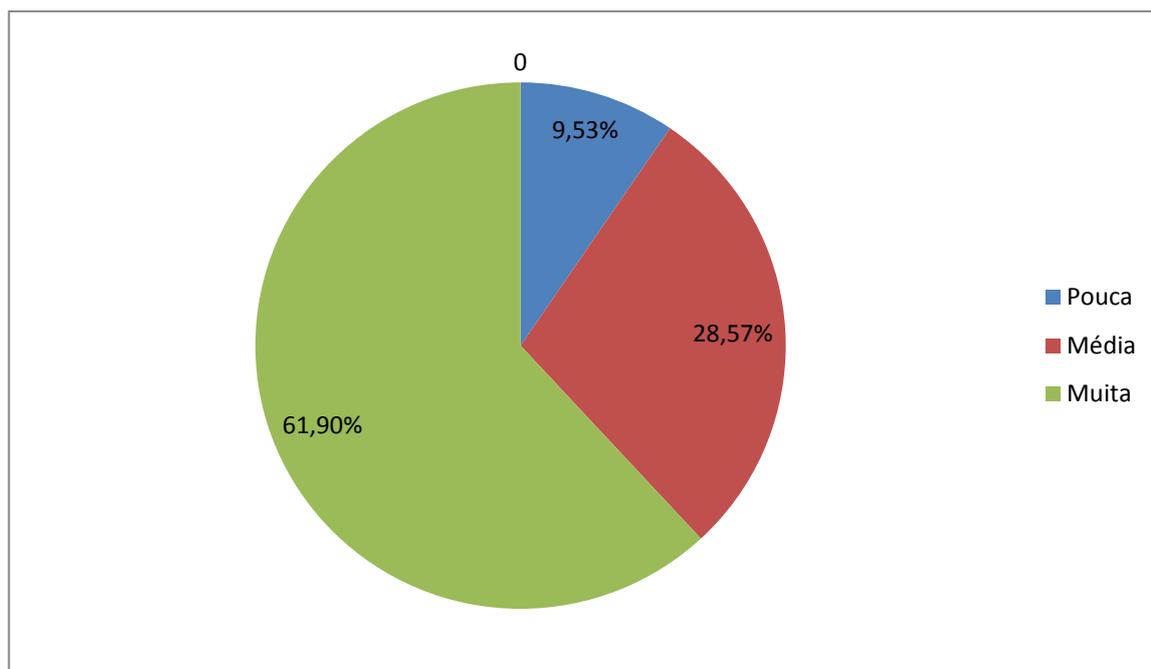


Gráfico 15 - Visão do cooperado quanto a importância da COAPROCOR ao meio ambiente de Corumbataí do Sul

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria.

Na penúltima questão foi perguntado ao cooperado: caso não houvesse a COAPROCOR em Corumbataí do Sul se ele continuaria residindo no município. Os dados da pesquisa revelam que 50% dos sócios pesquisados não estariam mais morando em Corumbataí do Sul. Isso demonstra que a COAPROCOR também se apresenta como agente que auxilia no combate ao êxodo rural. De acordo com os dados da pesquisa, é possível identificar que esse resultado está diretamente vinculado ao sócio que tem como ganho financeiro principal ou total os rendimentos provindos apenas da agropecuária. Para estes a COAPROCOR faz toda a diferença.

A última questão, por ser uma pergunta aberta, foi respondida por apenas 25% dos sócios e estas respostas estão dispostas ao longo desta dissertação.

Nesta pesquisa de campo, foi possível observar todos os pontos apresentados no embasamento teórico, no que diz respeito à relação entre capital social e cooperativismo, relacionados à dinâmica do desenvolvimento local integrado sustentável.

Em relação à dimensão do desenvolvimento local integrado e sustentável, os resultados da pesquisa de campo apontam que a cooperativa desenvolve em todas essas dimensões, alguma atividade em benefício direto ou indireto para sua população cooperada.

Verificou-se também que a cooperativa COAPROCOR é uma instituição importante para organização do meio rural em Corumbataí do Sul; isso ficou claro nas questões 3, 17, 18, 19, 27, 28 e 29.

A vinculação do agricultor à cooperativa é viabilizada, antes de tudo, por questões econômicas, tendo como fator principal a comercialização de seus produtos. Após o ingresso na cooperativa, os associados começam a perceber e a se articular em vista de outras dimensões relacionadas ao desenvolvimento integrado sustentável. Tanto a educação quanto as novas informações ocorrem por meio de redes de contatos promovidas pela cooperativa através de treinamentos, capacitação técnica, entre outros. Estes aspectos promovem novos conhecimentos aos cooperados em áreas ligadas a conjuntura social, econômica, ambiental, dentre outras.

Diante disso, o fortalecimento do capital social, aliado a organização cooperativa, no caso a COAPROCOR, apresenta estratégias capazes de melhorar as condições de vida da comunidade cooperada, viabilizando uma sociedade organizada, voltada a sustentabilidade social e o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve como objetivo central avaliar a importância da organização cooperativa agropecuária no processo de desenvolvimento local sustentável em Corumbataí do Sul, bem como seus efeitos junto aos pequenos produtores arrolados a COAPROCOR. Como lócus de nossa pesquisa, delimitou-se o município de Corumbataí do Sul no estado do Paraná onde a organização social local por meio da COAPROCOR está se iniciando.

Este trabalho buscou através de um arcabouço teórico verificar as relações existentes entre o cooperativismo, o capital social e desenvolvimento local sustentável. E com base nessas pesquisas, verificou-se que realmente existem ligações teóricas entre esses conceitos, pois se um determinado grupo social irá agir de forma coletiva com anseios comuns, além de estabelecer melhores condições para promover o desenvolvimento local, poderá fazê-lo de forma sustentável.

Com isso a instituição cooperativa, através da organização econômica e social de determinado local, propiciará a formação e o fortalecimento do capital social, que é um fator de suma importância para o desenvolvimento de dada comunidade rural.

Através de nossa pesquisa de campo resgatou-se alguns aspectos históricos, econômicos e sociais de Corumbataí do Sul bem como da cooperativa COAPROCOR, com intuito de chamar a atenção ao estado delicado em que esse município está inserido. Nesse contexto, falar em desenvolvimento torna a pesquisa mais audaciosa.

Na pesquisa de campo pode-se notar que a cooperativa agropecuária COAPROCOR facilita a organização da comunidade de produtores rurais em Corumbataí do Sul. Os cooperados pertencem a essa comunidade e os resultados oriundos das atividades da cooperativa são em grande parte investidos no mesmo local. Com isso, acredita-se que o processo de desenvolvimento em Corumbataí do Sul está associado ao tipo de organização existente, desde que a mesma possua uma característica de desenvolvimento endógeno, como foi o caso da cooperativa COAPROCOR, sendo possível observar esse fato tanto na discussão teórica quanto na pesquisa de campo.

Além do fator econômico, como aumento de renda, a pesquisa também demonstrou que a cooperativa proporciona outros ganhos indiretos, de conotação social. A criação de laços de confiança, a cooperação e a credibilidade são ganhos paralelos que promovem o fortalecimento do capital social. Conforme a pesquisa, a cooperativa estreita os laços sociais

entre produtores rurais possibilitando maior interação entre eles, do que resulta, em grande parte dos casos, uma maior absorção e socialização do conhecimento, o acesso às novas tecnologias, evidenciando assim o fortalecimento dos laços horizontais e verticais.

Em relação às dimensões do desenvolvimento local integrado sustentável, ficou claro que, aos olhos dos associados e de acordo com as informações deles coletadas, a cooperativa promove o desenvolvimento local integrado e sustentável. Esse reconhecimento está relacionado aos fatores econômicos que indicam que a cooperativa gera emprego e renda; à dimensão social, pois resgata a dignidade humana, combate a exclusão social e promove o acesso ao conhecimento; à questão ambiental, pois incentiva a recuperação de matas ciliares e a redução do uso de agrotóxicos, e isso de forma coletiva.

A COAPROCOR começou a atuar efetivamente no município apenas em 2009, ou seja, há pouco tempo, embora os agricultores estejam atuando de forma coletiva em Corumbataí do Sul desde 1992 sob forma de associação. De fato, é preciso salientar que a cooperativa ainda está em fase embrionária de desenvolvimento e que a disponibilidade de dados para realização dessa dissertação em muitos casos foi escassa. Apesar desta dificuldade real, pôde-se perceber que a COAPROCOR, conforme ressalta parte do capítulo 5 e o capítulo 6 é um grande agente indutor do desenvolvimento no município e tem potencial suficiente para no futuro contribuir mais expressivamente no processo de desenvolvimento local sustentável de Corumbataí do Sul e região.

REFERÊNCIAS

- ARNS, P. C; ZAPATA, T; PARENTE, S; OSÓRIO, C; BRITO, M. S. **Desenvolvimento institucional e articulações de parcerias para o desenvolvimento local**. Recife: BNDES, 2000.
- BENKO, G. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 1, número 2. Março de 2001.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Capital social e cooperativas na agricultura do estado de São Paulo: um ensaio analítico. **Revista Vanguarda Econômica**, Belo Horizonte, n. 9, 2001, pp.
- _____. **Estratégias e cooperativas agropecuárias**: um ensaio Analítico. In: Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios da UFV, Viçosa, 2002.
- BOESCHE Leonardo. **Fidelidade cooperativa**: uma abordagem prática. Curitiba: SESCOOP/PR, 2005.
- BRITO, L. **Desenvolvimento local**: um olhar sociológico. (S.I): 1999
- BROSE, M. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**. 103 experiências no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNIC, 2002.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CAMPOS, M. M. C. **Processo de desenvolvimento local**: uma análise da implementação do projeto aliança com o adolescente. 2003. 173 f. (Dissertação) Mestrado em Administração. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- CANTERLE, N. M. G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**. 2004. Disponível em: <<http://www.gestipolis.com/canales3/eco/pratiass.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2012.
- CARON, A. **Inovações tecnológicas nas pequenas e médias empresas industriais em tempos de globalização**: O caso do Paraná. Florianópolis. Universidade de Federal de Santa Catarina. Tese (Doutorado) em Engenharia da Produção. 2003.
- COELHO. F.D. Reorganização do território e desenvolvimento local. In: **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, Fase, V. 23, n. 65, junho 1995.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. 3. ed. Cambridge: The Belknap of Harvard University Press, 2000.
- CUNHA, L. A. G. Por um projeto sócio espacial de desenvolvimento. **Revista de História Regional**. Vol. 3, número 2. 1998.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE. **Principais vias de acesso à Corumbataí do Sul**. Paraná, 2002. (mapa).

FERREIRA, M. C. Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988-1996: Revisitando o problema da participação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 90-102, out. 1999.

FRANCO, A. de. **Capital social**: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília: Instituto de Política, 2001.

_____. Porque precisamos de desenvolvimento local, integrado e sustentável. **Revista Século XXI**, número 3. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: jul. 2007.

FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista de Sociologia e Política**, número 21. Curitiba, 2003. p. 165-185.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Mesorregião centro ocidental paranaense**. 2004. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: jan. 2010.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

JARA C. J. **Repensando o desenvolvimento comunitário**: o essencial nem sempre é visível. Prorural: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1998.

MAIA, I. **Cooperativa e prática democrática**. São Paulo: Cortez, 1985.

MEC/INEP – **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/Site>>. Acesso em: 02 mar. 2008.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: censo agropecuário. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 18 maio 2010.

MOURA, M. S. Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 36.2002.

NALLE JR. C. **Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas**: O caso do projeto Amanhã da Companhia de desenvolvimento dos vales do São Francisco e Parnaíba. 2006. Dissertação (mestrado em Administração) USP. São Paulo. 2006.

NETTO. F. F.; VIANA. G.; OST. P. R. A importância do cooperativismo na agricultura familiar. Bauru, SP: Canal 6, 2011.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Sistema OCB reúne 7,8 milhões de associados em 2009**. Disponível em <<http://www.brasilcooperativo.coop.br>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

OCEPAR. Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Disponível em <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/>>. Acesso em: 08 maio, 2012

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2001.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. PNUD, 2000.

PRÉVOST, P. As dimensões e processos do desenvolvimento das coletividades locais. **Seminário “Cooperativismo e Desenvolvimento Local”**, 9 e 10 de Novembro de 2005. Curitiba.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RICCIARDI, L.; JENKINS, R. L. **Cooperativa a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

SCHALLENBERGER, E. **O Guairá e o espaço missionário**: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRA, M. A. & PAULA, N. M. de, **Desenvolvimento Local**: A Experiência Paranaense com os Arranjos Produtivos Locais. In: MELO, R. L. de & HANSEN, D. L. (orgs.), **Desenvolvimento Regional: novas e velhas questões**, Aracaju: Editora da UFS, . 2007.

SILVA, D. R. **Agricultura familiar no contexto do cooperativismo em assentamento rural coletivo**: o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória. Toledo. Dissertação UNIOESTE, 2007.

SILVEIRA, C. M. **Desenvolvimento local: uma hipótese política.** In: SILVA, G.; COCCO, G. (Orgs.). **Territórios produtivos:** oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: Sebrae, 2006.

SOUZA, H. **Acervo IBASE Memória.** Rio de Janeiro, nov. 1993

SOUZA, M. R. P. **Fatores determinantes do crescimento das regiões:** um processo de mensuração. 2004. Tese (Doutorado) Engenharia da Produção. Florianópolis. – UFSC.

VEIGA, S. M. **Cooperativismo uma revolução pacífica em ação.** Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

ZAPATA, T. et al. **Desenvolvimento local:** estratégias e fundamentos metodológicos. Rio de Janeiro: Ritz, 2001.

APÉNDICE

APÊNDICE 1 - ENTREVISTA A CAMPO

Entrevista com os cooperados da COAPROCOR Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região

Nome do Cooperado: _____

O que levou a tornar-se sócio da COAPROCOR

- 1) Quanto tempo está vinculado a cooperativa? _____
- 2) O tamanho da sua propriedade em ha.
 - 1 Até 10 ha
 - 2 Entre 11 a 25 ha
 - 3 Entre 26 a 40 há
 - 4 Entre 41 a 55 há
 - 5 Entre 56 a 70 há
 - 6 Entre 71 a 85 há
 - 7 Entre 86 a 100 há
 - 8 Mais de 100 há
- 3) Qual principal motivo que fez você associar-se a COAPROCOR
 - Comercialização da produção
 - Assistência técnica
 - Possibilidade de trabalhar com mercado institucional
 - Outros cooperados indicaram-na
 - Outro Motivo: _____
- 4) Seu ingresso a cooperativa se deu através do plantio do maracujá.
 - a. Sim
 - b. Não
- 5) Se sim na pergunta anterior, teve incentivo da COAPROCOR
 - a. Sim
 - b. Não

Relação sociais entre cooperados

- 6) Atribua nota de 0 (para ausência) a 10 (forte presença) para os fatores característicos nas relações entre membros da cooperativa
- Confiança _____
 - Cooperação _____
 - Reciprocidade _____
 - Respeito _____
 - Igualdade de Poder _____
- 7) Você acredita que, na cooperativa, existem pessoas que só pensam em si mesma
- 1) Sim, a minoria
 - 2) Sim, a maioria
 - 3) Não
- 8) Você acredita que os membros da diretoria executiva estão preocupados com a qualidade de vida de seus associados e o desenvolvimento do município
- a) Sim
 - b) Não
- 9) Você acredita que a COAPROCOR é uma organização sustentável socialmente e economicamente
- a) Sim
 - b) Não
 - c) Não soube responder

A COAPROCOR contribui para formação ou melhora de sua renda

- 10) Houve melhora na sua renda após cooperar-se junto a COAPROCOR
- a. Sim b. Não
- Por que? _____

11) Qual sua renda mensal média antes de associar-se junto a COAPROCOR e hoje

Antes de cooperar-se

- Até um salário
- De 1 salário a 1 salário e meio
- De 1 e meio a 2 salários mínimos
- De 2 salários a 2 salário e meio
- De 2 e meio a 3 salários mínimos
- De 3 a 4 salários mínimos
- Mais de 5 salários mínimos
- Não sabe

Após cooperar-se

- a) Até um salário
- b) De 1 salário a 1 salário e meio
- c) De 1 e meio a 2 salários mínimos
- d) De 2 salários a 2 salário e meio
- e) De 2 e meio a 3 salários mínimos
- f) De 3 a 4 salários mínimos
- g) Mais de 5 salários mínimos
- h) Não sabe

12) Quantos seus rendimentos agropecuários representa aproximadamente de sua renda total

Antes de coopera-se

1. Menos de 10%
2. Entre 11% a 30%
3. Entre 31% a 50%
4. Entre 51% a 71%
5. Entre 71% a 99%
6. 100%

Após cooperar-se

- a) Menos de 10%
- b) Entre 11% a 30%
- c) Entre 31% a 50%
- d) Entre 51% a 71%
- e) Entre 71% a 99%
- f) 100%

13) Você possui outra renda que não seja vinda da agropecuária

- Sim b. Não

14) Se sua resposta for sim à questão anterior, seus outros rendimentos são proveniente de:

1. Emprego formal
2. Emprego informal
3. Repasses ou bolsas governamentais
4. Aposentadoria
5. Outros _____

15) Qual periodicidade de seus recebimentos

Antes de coopera-se

Depois de coopera-se

- Semanal a) Semanal
- Quinzenal b) Quinzenal
- Mensal c) Mensal
- Outro _____ d) Outro _____

16) Quais culturas você desenvolve para a cooperativa

- 1 Maracujá
- 2 Café
- 3 Tomate
- 4 Uva
- 5 Outros

Avaliar a Criação de redes de relacionamento com outros cooperados e acesso a novos conhecimentos

17) O ingresso na cooperativa permitiu melhor relacionamento com outros produtores:

- Sim
- b. Não

18) Se sua resposta for sim na pergunta anterior, que tipo de relação você considera mais importante com os outros produtores:

1. Comercial
2. Profissional e tecnológica
3. Informações gerais
4. Social
5. Outra _____

19) Você quanto cooperado, participa dos eventos e treinamentos promovidos pela COAPROCOR:

- Sim
- b. Não

20) De acordo com a COAPROCOR, no ano de 2012 foi realizado _____ eventos. Quantos destes eventos você participou:

1. Nenhum evento
2. Até 3 eventos
3. De 4 a 6 eventos
4. De 7 a 9 eventos
5. De 10 a 12 eventos
6. Todos os 13 eventos

21) Você considera que esses eventos de alguma maneira proporcionou algum conhecimento aos cooperados:

- Sim b. Não

22) Se você participou de algum evento, que nota você daria (de 0 a 10) para a promoção do conhecimento a ser aplicado na sua produção e rentabilidade. _____

Verificar a questão econômica do cooperado e da cooperativa bem como os motivos que levam o consumo em Corumbataí do Sul

23) Qual percentual aproximadamente da sua renda é gasto em Corumbataí do Sul

Antes de cooperar-se

Após cooperar-se

- | | |
|-----------------|-----------------|
| 1. Nada | a) Nada |
| 2. De 1% a 25% | b) De 1% a 25% |
| 3. De 26% a 50% | c) De 26% a 50% |
| 4. De 51% a 75% | d) De 51% a 75% |
| 5. De 76% a 99% | e) De 76% a 99% |
| 6. 100% | f) 100% |

24) Que motivos o levam a adquirir produtos ou serviços em Corumbataí do Sul

- a) Disponibilidade
- b) Preço
- c) Qualidade
- d) Outros _____

25) Que motivos o levam a adquirir produtos ou serviços fora de Corumbataí do Sul

1. Disponibilidade
2. Preço
3. Qualidade
4. Outros _____

26) Quanto da sua renda anual você considera que está sendo investida em Corumbataí do Sul

Antes de cooperar-se

Após cooperar-se

- | | |
|-----------------|-----------------|
| 1. Nada | a) Nada |
| 2. De 1% a 25% | b) De 1% a 25% |
| 3. De 26% a 50% | c) De 26% a 50% |
| 4. Mais de 50% | d) Mais de 50% |

Avaliar a relação da cooperativa com o meio rural e a população local

27) Qual importância econômica você daria a COAPROCOR em relação a Conjuntura econômica de Corumbataí do Sul:

1. Nenhuma
2. Pouca
3. Média
4. Muita
5. Não soube responder

28) Qual importância você daria a COAPROCOR em relação à organização rural em Corumbataí do Sul

1. Nenhuma
2. Pouca
3. Média
4. Muita
5. Não soube responder

29) Qual a importância da COAPROCOR para o meio ambiente de Corumbataí do Sul

1. Nenhuma
2. Pouca
3. Média
4. Muita
5. Não soube responder

30) Caso não houvesse a COAPROCOR em Corumbataí do Sul, você acredita que estaria residindo em Corumbataí do Sul:

- Sim b. Não

Opinião do cooperado em relação ao papel da COAPROCOR quanto agente que promove o desenvolvimento em Corumbataí do Sul

31) Qual sua opinião sobre o papel da COAPROCOR como entidade que promove o desenvolvimento local em Corumbataí do Sul.
